

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO AMBIENTE HOSPITALAR

AMANDA ROSSONI TRENTIN¹; PRISCILA DALLA COLETTA MACCARI²;
DANIEL MORAES BOTELHO³; IEDA LOURDES GOMES DE ASSUMPÇÃO⁴

Brincar; Ambiente hospitalar; Cuidado infantil

INTRODUÇÃO

O ambiente hospitalar, apesar de hostil, não se limita a presença de adultos, mas também de crianças que ainda estão no processo de desenvolvimento, aprendizagem e descontração. Assim, percebem-se limitadas e desmotivadas em um meio totalmente novo, o que acaba por até mesmo interferir na efetividade dos tratamentos propostos em relação aos profissionais da saúde que buscam seu cuidado. (CASTANHEIRA NASCIMENTO et al, 2011).

Nesse contexto, o desenvolvimento de atividades lúdicas com esses jovens promove a fuga desses ambientes desgastantes, permitindo que consigam passar esse tempo de maneira mais saudável e prazerosa, reduzindo tensão, ansiedade e raiva. Por consequência, tende a auxiliar na construção da relação com os profissionais da saúde com quem tem contato, de modo que não seja somente a criança que é beneficiada nesse processo. (AMORIM; DE PAULA BEDAQUE, 2018)

Com isso em mente, na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) os estudantes têm a oportunidade de participar em projetos de extensão que visam o desenvolvimento de crianças que se encontram nessa situação. Este relato de experiência, por sua vez, está vinculado ao Programa de Extensão Educação com a Comunidade (PEEC), que ocorre no Projeto Brinquedoteca do Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP-UCPel), visando promover o bem-estar, e o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças internadas e acolhimento dos responsáveis por meio da prática do brincar.

¹ Instituição: Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: amanda.trentin@sou.ucpel.com.br

² Instituição: Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: priscila.maccari@sou.ucpel.com.br

³ Instituição: Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: daniel.botelho@sou.ucpel.com.br

⁴ Instituição: Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: ieda.assumpcao@sou.ucpel.com.br

OBJETIVO

Dessa forma, o objetivo é oferecer atividades lúdicas na brinquedoteca da instituição, a fim de proporcionar saúde física e mental às crianças hospitalizadas e aliviar a tensão dos responsáveis que também se encontram presentes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

As propostas extensionistas são realizadas por estudantes dos cursos de Medicina, Psicologia e Pedagogia no período de segunda a sexta. As ações procuram desenvolver a interação com esses pequenos pacientes, que costumam ter idade de até dez anos no ambiente da brinquedoteca, que pode ser visualizado na Figura 1. Esse local, é composto por diversos materiais e brinquedos e se adequa a todos os gostos, instigando a interação das crianças que o acessam, de modo que todas elas sempre encontraram algo que as interessasse ainda que continuassem em um ambiente hospitalar. Assim, a brinquedoteca e suas materialidades configuram-se em um ambiente para exploração e expressão das crianças.

Figura 1 - Espaço da brinquedoteca



Fonte: Elaborado pelo Autor

O estudante, por sua vez, tem o papel de mediar as crianças nesse local, mediando as atividades lúdicas e agindo como verdadeiras companhias para os pequenos, focando ainda em promover a saúde física e mental desses jovens, como atividades de pintura, jogos de imaginação e desenvolvimento de histórias fantásticas, jogos de tabuleiro, entre outros, conforme apresentado pela Figura 2. Nesse sentido, o participante da extensão deve

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

ser um verdadeiro facilitador das atividades, adequando-as às necessidades da criança e incentivando a sua descontração, diversão e aprendizado, criando um ambiente acolhedor que favoreça a expressão criativa, o desenvolvimento emocional e a socialização.

Figura 2 - Crianças realizando atividades na brinquedoteca



Fonte: Elaborado pelo Autor

Nesse sentido, por diversas ocasiões os pacientes desenvolviam histórias, que continham tanto o próprio quanto o estudante, desenvolvendo verdadeiras aventuras que às vezes deslocavam a um imaginário paralelo, onde esqueciam suas dores, angústias e temores. Enquanto isso, os seus responsáveis acompanhavam de perto as atividades e muitas vezes aproveitavam esse momento descontraído e livre de julgamentos para descansar e contar um pouco de sua história e trajetória, o que permitia aos discentes que se conectassem ainda mais com aquelas famílias de forma humana e aprofundada, enxergando além dos aspectos clínicos.

DISCUSSÃO

Nesse contexto, percebe-se que as atividades na brinquedoteca demonstram a importância de um ambiente humanizado internamente ao contexto hospitalar, especialmente para crianças que se encontram nessa situação. Esse espaço não só traz benefícios positivos para o bem-estar físico, mas também ao psicológico, permitindo que por meio dessas interações os pequenos explorem e expressem os seus sentimentos e imaginação, revelando o papel da brinquedoteca como refúgio em meio às adversidades.

Além disso, essa experiência é capaz de proporcionar ganhos valiosos para os integrantes da atividade de extensão, que conseguem desenvolver habilidades essenciais enquanto futuros profissionais, como a empatia, a comunicação e a sensibilidade em lidar com pacientes e suas famílias em um ambiente muitas vezes hostil e desafiador. Ainda a interação com responsáveis, que compartilham histórias tomadas de luta e superação, engrandece o aprendizado dos estudantes, fortalecendo a percepção do impacto que causam na vida dos pacientes por meio do cuidado completo e da escuta ativa. Assim, é possível destacar que as atividades realizadas na brinquedoteca beneficiam pacientes, responsáveis e envolvidos no projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência buscou demonstrar o funcionamento da atividade extensionista Programa de Extensão Educação com a Comunidade (PEEC) onde os alunos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) conseguiram entrar no ambiente de cuidado do projeto Brinquedoteca pertencente ao Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP- UCPel), promovendo o bem estar de crianças internadas nesse ambiente, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas. Além disso, conseguem se aproximar dos responsáveis dessas crianças que acompanham de perto o seu desenvolvimento e conseguem também, por um momento, distrair-se em meio ao desgaste gerado pela situação do cuidado aos pequenos.

Por fim, fica evidente que a prática dessas atividades é fundamental para um cuidado integral e humanizado, permite que os sujeitos envolvidos no ambiente da brinquedoteca consigam, mesmo em um contexto adverso, encontrar na leveza dos brincantes momentos de bem-estar físico, cognitivo e mental. Além disso, essas práticas não só favorecem como fortalecem o vínculo emocional, promovendo a expressão emocional com criatividade, e oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de atividades sociais e motoras em um ambiente acolhedor e inclusivo, de modo que a combinação do cuidado com o brincar demonstra-se uma estratégia adequada para promover a qualidade de vida daqueles pertencentes ao contexto discutido nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

CASTANHEIRA NASCIMENTO, Lucila et al. O brincar em sala de espera de um Ambulatório Infantil: a visão dos profissionais de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 465-472, 2011.

AMORIM, Karla Patricia; DE PAULA BEDAQUE, Henrique. A Percepção dos Estudantes de Medicina sobre a Influência do Mediarte na Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 2, p. 54-62, 2018.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE CRIANÇAS ABRIGADAS NA COLÔNIA Z3 DURANTE O PERÍODO DAS ENCHENTES

ANA CAROLINA GOULART¹; ANA HELENA JORDÃO²; EDUARDA MIRANDA CORTEZ³; ANA CAROLINA JORDÃO CUIMBRA⁴; REGINA BARROS GOULART NOGUEIRA⁵

Palavra chave: Enchentes; Raça; Crianças; Saúde; Declaração de Estado de Emergência em Desastres

INTRODUÇÃO:

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi severamente impactado pelas enchentes. Como resultado, muitas famílias foram obrigadas a deixar suas casas, localizadas em áreas de risco, e procurar abrigo em locais seguros. A ação que descrevemos foi uma iniciativa do projeto de extensão “Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento”, que visava proporcionar aos alunos de medicina uma experiência prática no atendimento a pacientes pediátricos em seu próprio território, em uma situação de emergência, como as enchentes. Além disso, o projeto buscou uma análise de variáveis importantes, como as questões raciais e étnicas. O reconhecimento de que situações traumáticas geraram mudanças significativas nas rotinas e no cotidiano das crianças afetadas ressaltou a importância de desenvolver uma pedagogia de emergência, envolvendo os profissionais no apoio e no cuidado adequado a essas crianças durante e após uma crise.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi destacar a relação direta entre as alterações no cotidiano das crianças e os impactos causados pelas mobilizações em resposta às enchentes, abordando tanto os aspectos psicológicos quanto

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹ Graduanda do 3º semestre do Curso de Medicina da UFPEL. Extensionista do Projeto Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento; email: carolvitanna.goulart@gmail.com

² Graduanda do 3º semestre do Curso de Medicina da UFPEL. Extensionista do Projeto Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento; email: anahjordao2@gmail.com

³ Graduanda do 3º semestre do Curso de Medicina da UFPEL. Extensionista do Projeto Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento; email: eduardacortez68@gmail.com

⁴ Professora do Curso de Medicina da UCPEL. Coordenadora do Projeto Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento ana.cuimbra@ucpel.edu.br

⁵ Professora do Curso de Medicina da UCPEL. Coordenadora do Projeto Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento regina.nogueira@ucpel.edu.br

os desafios relacionados à atenção à saúde e à renda das famílias desabrigadas. Além disso, buscou-se compreender como deve ser a atuação do médico em uma situação traumática como essa, reconhecendo a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada para lidar com as especificidades do momento. O estudo também propôs uma análise detalhada das condições dessas crianças residentes na Colônia Z3, incluindo a identificação de aspectos como raça/cor, idade, sexo e o cumprimento do calendário vacinal, com o intuito de oferecer um panorama completo sobre as condições de saúde dessa população vulnerável. Ao considerar esses fatores, esperamos fornecer subsídios para a criação de estratégias de intervenção mais eficazes e sensíveis às necessidades da comunidade, além de refletir sobre o papel do médico como agente de transformação.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

As comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais, são comunidades que mantêm princípios e valores próprios na sua atividade laboral, que resistiram mesmo dentro de um sistema hegemônico. Uma catástrofe ambiental e social como as enchentes os atinge não só pelas suas perdas físicas como o fato de em uma situação de emergência não puderem exercer sua rotina e modo de vida. O local definido foi o abrigo que recebeu moradores da colônia de pescadores artesanais denominada Colônia Z3 em Pelotas/RS. As atividades se deram no dia 21 de junho de 2024, que não é o ideal segundo a teoria da pedagogia de emergências, que orienta atender as crianças pós trauma de forma imediata, mas a colônia ficou no período mais agudo da emergência climática praticamente isolada e sem acesso fácil. A ação foi organizada pelas professoras do projeto de extensão “Raça como Determinante de Saúde e Adoecimento”, do qual participaram três alunas do curso de Medicina. O método definido foi o de entrevistas semi estruturadas com as famílias abrigadas e realização de análise dos dados obtidos. Acerca da entrevista os questionamentos foram a respeito de puericultura, vacinação, alimentação, comportamento e histórico de saúde. As respostas foram registradas e analisadas através de planilhas do aplicativo Google Forms. Durante a ação, foram entrevistadas nove crianças, entre as quais: 55,6% foram declaradas pardas pelos pais; 44,5% declaradas brancas; 44,4% meninos e 55,6% meninas, crianças de 0 a 11 anos. Os dados mais relevantes: no quesito de vacinação, apenas 4 foram vacinadas contra influenza; na alimentação, relataram receber menos refeições no abrigo do que em casa. É válido ressaltar que a maioria das famílias utilizava o Centro de Atendimento Psicossocial para tratar psicopatologias de membros familiares (pais, mães, filhos maiores de 28 e crianças hiperativas com traços de agressividade),

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DISCUSSÃO

Segundo o último Boletim da Saúde da População Negra em Pelotas, 26,2% dos nascidos vivos em 2023, residentes em Pelotas são filhos de mães negras (pretas e pardas). Encontrar em uma amostragem pequena como esta um valor de 55,6% de pardos demonstra uma discrepância que deve nos levar a pensar como estão sendo colhidos estes dados na população de Pelotas. O mesmo não ocorre em relação ao sexo, no qual os dados se aproximam. A escolha de utilizar a vacinação como variável foi considerada relevante, especialmente em um momento emergencial, dado que as crianças abrigadas estavam em contato mais próximo com outras, o que aumenta a importância do acompanhamento em saúde. Partíamos sim de uma hipótese do impacto na saúde mental das crianças e famílias a partir do trauma da enchente, mas nos deparamos com a constatação do fato de estarem em uma comunidade, em um bairro distante, exercendo uma atividade laboral específica que é a pesca artesanal. O escoamento da produção de pesca e as dificuldades das mulheres em se cadastrarem como pescadoras artesanais já as tornavam vulneráveis em termos de saúde mental, com uma grande maioria da população sendo atendida pelos serviços de saúde específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocorrência de crises climáticas e outras catástrofes expõe ainda mais as desigualdades, sociais e raciais. Pretos e pardos enfrentam maior falta de acesso a serviços de saúde, o que nos obriga a ter um olhar diferenciado sobre intervenções médicas, e também alertam para planejamento em setores de atenção à saúde (Unidades Básicas de Saúde, Saúde Mental). As famílias abrigadas encontram-se em situação de vulnerabilidade social, mas ainda assim durante este período receberam visitas de diversos profissionais de saúde de forma pontual e emergente. Com o fechamento dos abrigos estas famílias não possuem perspectiva de melhores condições, nem de seguimento da assistência que receberam. O projeto visa, justamente, analisar pontos críticos que podem se agravar com o passar dos anos, tendo em vista que mais da metade das crianças foram declaradas pardas e sabe-se que no Brasil essa população historicamente já enfrenta dificuldades, e os dados sobre a vacinação, alimentação e saúde mental comprovam isso. Logo, é necessário o acompanhamento dessas crianças e a realização de mais ações em saúde e educação a fim de possibilitar melhor qualidade de vida para estas famílias. A pedagogia de emergência cabe não apenas quando estas catástrofes sociais acontecem, mas parte do reconhecimento que o racismo impacta como um trauma a estas famílias e crianças.

Nossos agradecimentos a existência de cada criança que possibilitou este trabalho e aperfeiçoamento na nossa educação como médicas.

REFERÊNCIAS:

FRATER INTERNACIONAL. Método da pedagogia de emergência. 2020. <https://www.fraterinternacional.org/wp-content/upload/2020/05/metodo-pedagogia-em.pdf> . Acessado em: 10.12.2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2022. <https://www.ibge.gov.br/pt/censos/censo-2.html> Acessado em: 28.10.2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS - SMS/PELOTAS. Boletim Saúde da População Negra: dados epidemiológicos <https://sai4.pelotas.com.br/arquivos/59ca314847803fee.pdf> Acessado em: 12.12.2024

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

ATIVIDADE PRÁTICA DE DESINFECÇÃO POR ULTRAVIOLETA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CARLOS ANDRÉ SUDO ESAU¹; ZARA RAQUEL SANTOS DOS SANTOS¹;
EVERTON GRANEMANN SOUZA¹

¹Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS

Palavras-chave: Radiação; Educação Médica; Irradiação por Ultravioleta;
Desinfecção; Métodos

INTRODUÇÃO

A prática médica está em constante evolução, incorporando inovações como a inclusão de novos conteúdos tecnológicos nos currículos de formação. Um exemplo notável de tecnologia utilizada nos contextos atuais, é o da radiação ultravioleta do tipo C (UV-C) como método de desinfecção em ambientes hospitalares. A radiação UV-C causa danos fotoquímicos irreversíveis em microrganismos, incluindo a desnaturação de enzimas bacterianas (TORTORA et. al., 2017) e a desorganização da parede celular, sendo um método eficaz no combate ao desenvolvimento de resistência antimicrobiana (WEIRICH, 2022). Esse tema está diretamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 3, “Saúde e Bem-estar”, da Organização das Nações Unidas (ONU) (NAÇÕES UNIDAS, 2015), apresentando-se como uma solução que promove a segurança e a qualidade nos ambientes hospitalares, ao reduzir a disseminação de infecções.

Uma oportunidade para incorporar esse conhecimento à sala de aula é adaptar atividades práticas desenvolvidas em projetos de extensão universitária para experimentos voltados ao ensino. Esse trabalho visa relatar a experiência de uma atividade prática de ensaios de diluição seriada e irradiação UV-C para inativação bacteriana, com uma turma de Medicina da UCPEL.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: carlos.esau@sou.ucpel.edu.br

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: zara.santos@sou.ucpel.edu.br

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: everton.granemann@ucpel.edu.br

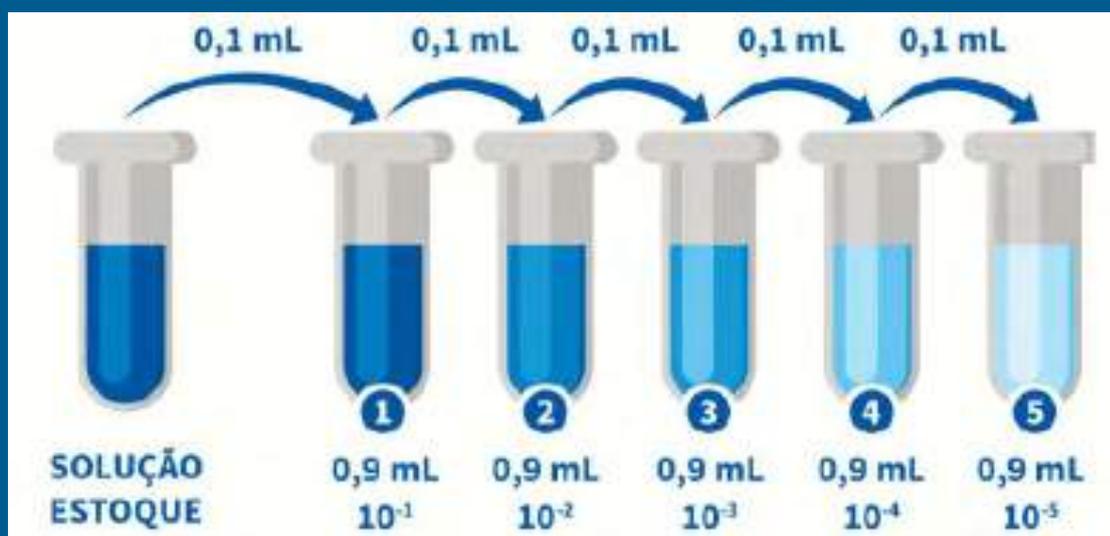
OBJETIVOS

Relatar a experiência de uma atividade prática de laboratório realizada com 21 alunos do 3º ano do curso de Medicina da UCPel, envolvendo ensaios de diluição seriada e irradiação UV-C para demonstrar o processo de inativação bacteriana.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A atividade foi estruturada em três etapas: diluição seriada (Figura 1), plaqueamento (Figura 2) e exposição à radiação UV-C (Figura 3). Na primeira etapa, ilustrada na figura 1, os alunos, organizados em grupos de 3, prepararam diluições seriadas (1:10) do inóculo bacteriano de *Staphylococcus aureus*, bactéria cuja escolha se fundamenta na sua facilidade de crescimento em cultura. Partindo de uma turbidez de 0,5 McFarland, foram escolhidos os fatores de diluição 10^{-4} , 10^{-5} e 10^{-6} . Cada aluno era responsável por diluir dois tubos, dos seis necessários.

Figura 1 – Ilustração do processo de diluição seriada a partir de uma solução estoque com turbidez 0,5 McFarland.

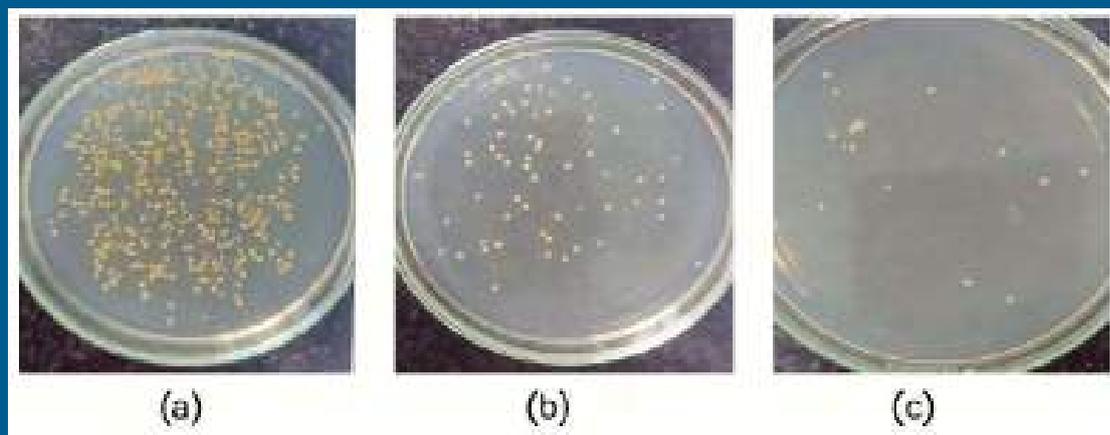


Na segunda etapa, 100 µl de cada um dos fatores de diluição escolhidos, foram pipetados em placas de Petri contendo agar base. Nessa etapa, foram produzidas seis placas de agar base, duas por fator de diluição, uma para controle e outra para ser irradiada. A figura 2 mostra o resultado do crescimento bacteriano, executado por um dos grupos, após crescimento em estufa por 24 h.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Figura 2 – Exemplo de crescimento de colônias de *Staphylococcus aureus*, realizado por um dos grupos por meio de plaqueamento a partir de diluições seriadas, utilizando as seguintes concentrações (a) 10^{-4} , (b) 10^{-5} e, (c) 10^{-6} .



Na terceira etapa, três placas, cada uma correspondente a um fator de diluição, foram expostas à radiação UV-C em uma câmara escura por 5 segundos, posicionadas a 12 cm de distância de uma fonte de luz LED UV-C (280 nm) com potência de 20 W, conforme ilustrado na Figura 3. O objetivo final foi comparar o crescimento de colônias bacterianas com e sem a incidência da radiação ultravioleta. A atividade foi realizada com o suporte do professor e de dois alunos extensionistas.

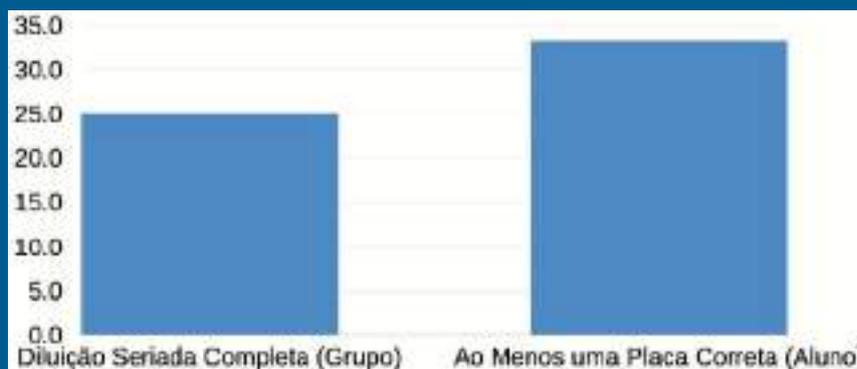
Figura 3 - Irradiação de uma placa com bactérias em câmara escura utilizando luz UV-C LED de 20 W.



DISCUSSÃO:

Durante a prática, os alunos levantaram diversas dúvidas relacionadas à execução da pipetagem, diluição e semeadura nas placas. Apesar das explicações detalhadas fornecidas antes do experimento, a alta demanda tornou essencial o apoio dos alunos extensionistas. Essas dificuldades impactaram nos resultados de algumas amostras. A Figura 4 apresenta a taxa de acerto na realização da diluição seriada por grupo e na semeadura de placas individuais por aluno.

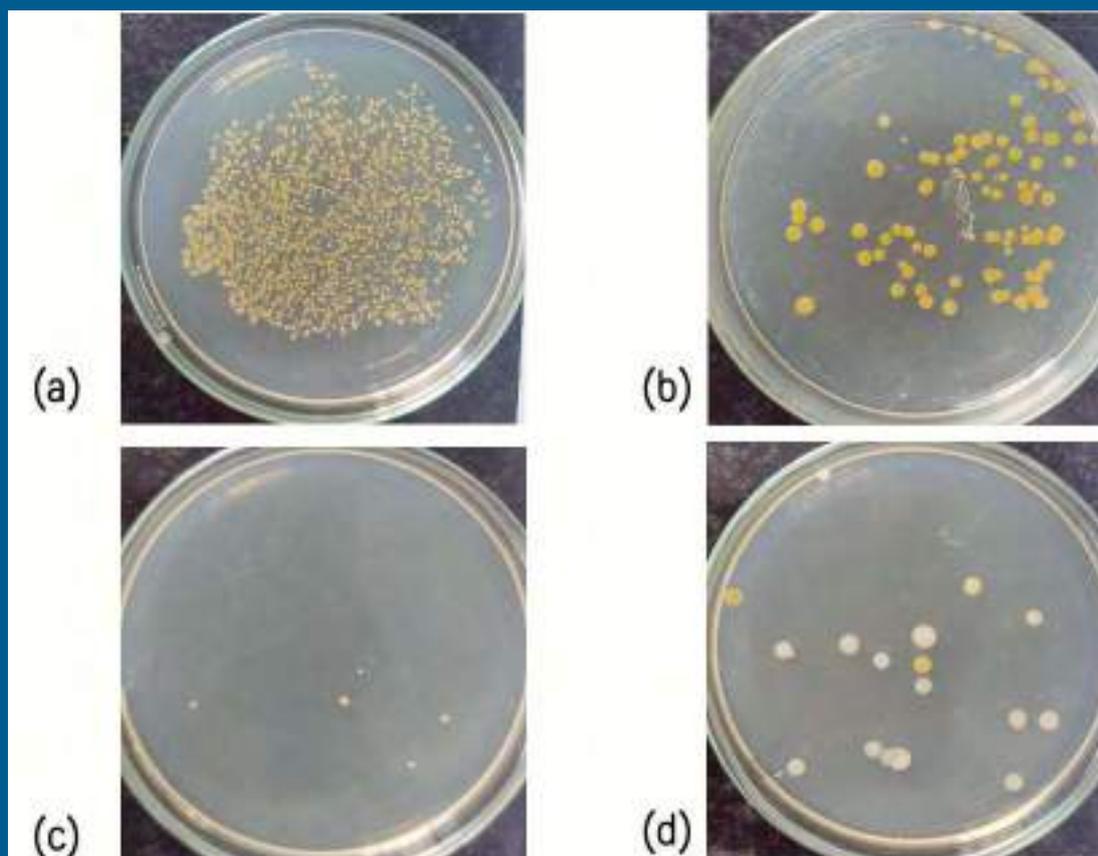
Figura 4 – Percentual de acertos da diluição seriada e semeadura nas categorias grupo e aluno.



O resultado sugere que, embora o grupo de 21 alunos tenha conseguido uma taxa de acerto moderada na diluição seriada completa, individualmente eles tiveram chances maiores de semear ao menos uma placa corretamente, mesmo sem concluir a série. Isso pode indicar que os participantes demonstram mais facilidade de acertar em tentativas individuais do que ao realizar todo o processo em conjunto.

Outros fatores podem ser apontados como razões para essa discrepância. Por exemplo, a maioria dos alunos relatou não ter tido experiência prévia com o manejo da pipeta, instrumento necessário para fazer a transferência de volumes com precisão a fim de garantir a concentração correta em cada etapa da diluição seriada. A Figura 5 exemplifica um experimento correto e um no qual houve erro.

Figura 5 – Exemplos de um experimento correto (quadros a e b) e de um experimento incorreto (quadros c e d)



Os quadros (a), controle e (b), irradiada, para a diluição de 10^{-4} , representam um resultado compatível com o esperado, ou seja, uma diminuição do número de colônias. Já as placas (c) e (d), de controle e irradiada, respectivamente, para o fator de diluição 10^{-2} , demonstram erro na execução do experimento já que a placa irradiada apresenta mais unidades formadoras de colônia (UFC) do que a placa controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade prática envolvendo diluição seriada e irradiação UV-C demonstrou ser uma experiência enriquecedora para os alunos do 3º ano do curso de Medicina, proporcionando um aprendizado aplicado sobre técnicas laboratoriais e princípios microbiológicos. Apesar das dificuldades encontradas, como a falta de familiaridade com a pipetagem e a execução de etapas críticas do experimento, os participantes conseguiram, em grande parte, compreender a importância dos procedimentos na obtenção de resultados confiáveis.

A análise dos dados reforça a necessidade de treinamento prévio mais aprofundado em técnicas laboratoriais básicas, o que pode reduzir erros e melhorar a precisão nas etapas experimentais. Além disso, a vivência prática possibilitou uma reflexão sobre os desafios e benefícios de tecnologias modernas, como a radiação UV-C, em processos de desinfecção e controle microbiológico, promovendo uma visão integrada entre o aprendizado acadêmico e sua aplicação clínica.

Por fim, a integração de atividades práticas e projetos de extensão no currículo contribui significativamente para o desenvolvimento das habilidades técnicas e críticas dos estudantes, além de ampliar o entendimento sobre o impacto de inovações tecnológicas no campo da saúde. A continuidade de iniciativas como essa pode fortalecer o vínculo entre teoria e prática, preparando os futuros médicos para uma atuação mais consciente e eficaz.

REFERÊNCIAS:

¹TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12th ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. E-book. p.114. ISBN 9788582713549.

²JUNIOR WEIRICH, J. SISTEMA DE ESTERILIZAÇÃO PARA AMBIENTES HOSPITALARES, UTILIZANDO RADIAÇÃO UVC. Engenharia Mecânica e Industrial: tecnologias e tendências em pesquisa, p. 169–186, 2022.

³NAÇÕES UNIDAS. TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. NOVA YORK: ONU, 2015. DISPONÍVEL EM: <https://www.un.org/sustainabledevelopment>. Acesso em: 13/12/2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DESENVOLVIMENTO DE SIMULADORES ODONTOLÓGICOS PARA FINS ACADÊMICOS

CLARA VAZ BARBOSA¹; MARCEL LUIS BASSO²; CHIARA DAS DORES DO NASCIMENTO³

Simuladores Interativo; Tecnologia Educacional; Odontologia; Materiais de Ensino;

INTRODUÇÃO:

A formação acadêmica em odontologia, assim como outras especialidades no âmbito da saúde, requer ferramentas didáticas que, ao replicar de forma fiel os tecidos humanos, permitam que os acadêmicos desenvolvam habilidades práticas com segurança e eficiência. O uso de peças anatômicas e a dissecação do corpo humano é um ato que tem seu início por volta do século III a.C, mas essa prática apresentava desafios éticos, logísticos e econômicos (Ghosh, 2015).

O desenvolvimento de manequins, então, é impulsionado com o avanço industrial que proporcionou a criação de modelos mais realistas e eficientes do que em comparação com os primeiros modelos registrados, compostos de marfim e outros materiais artesanais. Em conjuntura, o primeiro registro de um simulador odontológico surge em 1894, com a influência de Oswald Fergus, como uma alternativa inovadora, ao conter uma haste de metal, maxila e mandíbula de latão replicando com fidelidade os tecidos humanos, idem Figura 1.



Figura 1: Phantom Head (Cabeça Fantasma) de Oswald Fergus.
Fonte: Bairsto, 2021

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: clara.barbosa@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: marcel.basso@sou.ucpel.edu.br

³Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: chiara.nascimento@sou.ucpel.edu.br

Com isto, a pesquisa acerca do desenvolvimento de tecnologias, métodos e biomateriais que auxiliem na formação acadêmica de futuros profissionais da saúde tem ganhando crescente reconhecimento ao longo dos anos. Discussões sobre a criação de simuladores que possam substituir de forma fiel o uso de materiais biológicos e contribuir para o enriquecimento acadêmico são, portanto, cada vez mais relevantes.

OBJETIVOS

O núcleo de extensão **Confeção de Simuladores Acadêmicos para o Ensino em Saúde** comprometeu-se com a pesquisa e fabricação de simuladores odontológicos de incisão, sutura e frenectomia lingual, desenvolvidos por alunos e professores. O objetivo principal foi criar e validar simuladores odontológicos de alta fidelidade, substituindo peças anatômicas reais, para atender às demandas de ensino em técnicas cirúrgicas básicas, alinhando-se a princípios éticos e fortalecendo a formação de profissionais mais capacitados.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto seguiu uma abordagem sistemática, idem Figura 2, organizada em quatro etapas principais compostas por: **Revisão de Literatura**; **Fabricação dos simuladores de incisão e sutura**; **Validação dos simuladores de incisão e sutura**; **Fabricação de um simulador de frenectomia lingual**.



Figura 2: Fluxograma das Etapas da Pesquisa e Diagrama do Processo de Fabricação dos Simuladores de Frenectomia Lingual e de Incisão e Sutura.

Para a revisão de literatura, fez-se uma ampla pesquisa bibliográfica so-

bre o uso de simuladores como ferramentas pedagógicas no âmbito da saúde e da odontologia, com foco em seus benefícios, limitações e materiais utilizados. Essa etapa teve como objetivo identificar as melhores práticas e tecnologias disponíveis. Para isso, utilizou-se as bases de dados Medline via BVS, PubMed, SciElo, bem como o Google Acadêmico para coleta de literatura cinzenta.

Para a fabricação dos simuladores de incisão e sutura, fez-se uso de materiais biomiméticos, como a Borracha de Silicone Sigmol, com corantes específicos para o material, e filamento de PLA para a base e molde - impressos em impressora 3D cedida pela instituição. A escolha dos materiais buscou replicar características essenciais dos tecidos humanos, como textura, resistência e elasticidade.

O processo de confecção do simulador de frenectomia iniciou-se com a modelagem 3D, utilizando os Softwares Meshmixer e Fusion 360 da Autodesk, para posterior renderização e impressão 3D do molde com filamento de PLA na impressora 3D Creality Ender-3 V3 SE. Os mesmos materiais utilizados primeiramente nos simuladores supracitados foram utilizados para confeccionar os simuladores de frenectomia lingual.

Os simuladores de incisão e sutura passaram por testes conduzidos por um Cirurgião Dentista e professor de odontologia encarregado pelas práticas laboratoriais de cirurgia odontológica. Este avaliou aspectos como funcionalidade, realismo e impacto no aprendizado. Feedbacks qualitativos e quantitativos foram coletados para aprimorar os protótipos e garantir sua eficácia como ferramenta pedagógica. O simulador de frenectomia, apresenta-se em estágio inicial, aguardando sua validação.

DISCUSSÃO

O uso de simuladores no ensino odontológico representa uma revolução na formação acadêmica, eliminando limitações éticas e logísticas associadas ao uso de peças anatômicas reais. No projeto desenvolvido, os simuladores apresentaram alto grau de realismo, permitindo que os estudantes pratiquem técnicas cirúrgicas com precisão e repetição, aspectos essenciais para a consolidação de habilidades práticas e ganho de confiança.

Por conseguinte, outro ponto relevante é o impacto ético do projeto. A substituição de peças anatômicas por simuladores reduz a dependência de materiais biológicos e se alinha aos princípios éticos da prática acadêmica, além de ser mais inclusivo para alunos relutantes ao uso de materiais biológicos de origem animal, como mandíbulas de porcos.

Não o bastante, apesar dos resultados positivos, o projeto identificou desafios, como a necessidade de aprimorar os simuladores para procedimentos mais complexos, incluindo técnicas avançadas de reconstrução tecidual e falhas na confecção do freio lingual. Isso reforça a importância

de continuar investindo em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao ensino da odontologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de odontologia, com ênfase em atividades práticas e clínicas, se beneficia da evolução contínua de manequins e tecnologias de simulação. O desenvolvimento de ferramentas acessíveis e de alta qualidade fortalece a formação acadêmica e impulsiona o avanço científico. O projeto destaca a relevância da integração entre pesquisa, extensão e ensino, consolidando práticas pedagógicas inovadoras e marcando um avanço significativo no ensino odontológico, além de contribuir para a consolidação de práticas pedagógicas inovadoras.

REFERÊNCIAS

GHOSH, S. K. Human cadaveric dissection: a historical account from ancient Greece to the modern era. *Anatomy & Cell Biology*, v. 48, n. 3, p. 153, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5115/acb.2015.48.3.153>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PERRY, Suzanne; BRIDGES, Susan Margaret; BURROW, Michael Francis. A review of the use of simulation in dental education. *Simulation in Healthcare*, v. 10, n. 1, p. 31–37, fev. 2015. DOI: 10.1097/SIH.0000000000000059.

FUGILL, M. Defining the purpose of phantom head. *European Journal of Dental Education*, v. 17, p. e1–e4, 2013.

BAIRSTO, R. Phantom head. *British Dental Journal*, v. 231, p. 152, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41415-021-3346-8>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AMAR, Manel Ben; GASSARA, Yosra; HENTATI, Hajer; SELMI, Jamil. Simulation in dental medicine: Current state and prospects. *Global Journal of Research in Medicine and Dentistry*, v. 1, n. 1, p. 38–46, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53022/oarjmccr.2021.1.1.0028>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OWEN, H. Simulation in dentistry and dental hygiene. In: *Simulation in Healthcare Education*. Springer, Cham, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-26577-3_11. Acesso em: 10 dez. 2024.

MALIHA, S. G.; DIAZ-SISO, J. R.; PLANA, N. M.; TORRONI, A.; FLORES, R. L. Haptic, physical, and web-based simulators: are they underused in maxillofacial surgery training? *Journal of Oral and Maxillofacial Surgery*, v. 76, p. 2424, nov. 2018.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

PAPA, V.; VAROTTO, E.; VACCAREZZA, M.; et al. The teaching of anatomy throughout the centuries: From Herophilus to plastination and beyond. *Medicina Historica*, v. 3, n. 2, p. 69–77, 2019. ISSN 2532-2370.

VICENTE, B. dos S.; QUEIROGA, D. A. de; SILVA, K. T. da; et al. Aspectos éticos e legais da utilização de cadáveres com fins de ensino na extensão. Centro de Ciências da Saúde, 2013. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CCSDMPROBEX2013422.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALEXANDRIA, A. R. de. Avanços tecnológicos no ensino de odontologia: mapeamento de patentes sobre o uso de simuladores. *Cadernos de Prospecção*, v. 14, n. 4, p. 1159–1173, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36896>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SANTOS, J. P.; OLIVEIRA, M. T. Tecnologias educacionais na odontologia: impacto dos simuladores. *Journal of Dental Education*, v. 83, n. 7, p. 845–850, 2019.

POBLETE PACHECO, P. I. The need for and the use of three dimensional simulation in dental education. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia em Educação Dentária) – University of Dundee, Dundee, 2017.

HIGGINS, D.; HAYES, M.; TAYLOR, J.; WALLACE, J. A scoping review of simulation-based dental education. *MedEdPublish*, v. 9, p. 36, 27 fev. 2020. DOI: 10.15694/mep.2020.000036.1. Disponível em: <https://doi.org/10.15694/mep.2020.000036.1>. Acesso em: 10 dez. 2024. CASSU, S.

N.; FELISBERTI, M. I.. Comportamento dinâmico-mecânico e relaxações em polímeros e blendas poliméricas. *Química Nova*, v. 28, n. 2, p. 255–263, mar. 2005.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DOQUINHAS EM FOCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA APÓS ENCHENTE

DJULI VAZ DE SOUZA¹; GABRIELE KAZANOWSKI²; KAMILLE PEREIRA MOTTA³; ALEXANDRE PEREIRA MACIEL⁴

Doquinhas; Moradia; Comunidade;

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul foi palco de eventos climáticos extremos em maio de 2024, com chuvas torrenciais que provocaram enchentes em diversas regiões, incluindo a cidade de Pelotas/RS. Diante da urgência em auxiliar as comunidades afetadas, a REDE HIS (Habitat de Interesse Social), um grupo de professores e profissionais engajados na questão da moradia em áreas vulneráveis, mobilizou-se para oferecer suporte e desenvolver ações de apoio. A REDE HIS, a partir do Escritório Modelo da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, assim como outras entidades e organizações não governamentais, junto com o Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social da Universidade Católica de Pelotas - Curso de Arquitetura e Urbanismo, direcionou esforços para a comunidade conhecida popularmente na região como Doquinhas, localizada no bairro Porto, uma das áreas impactadas pelas enchentes na cidade de Pelotas.

A comunidade das Doquinhas tornou-se foco de um estudo após as enchentes devido a alguns fatores. Primeiramente, está situada em uma área historicamente suscetível a alagamentos, o que a torna vulnerável a eventos climáticos extremos. Além disso, a proximidade da comunidade com a Universidade Católica de Pelotas e a Universidade Federal de Pelotas (tanto geograficamente quanto por trabalhos anteriores desenvolvidos na área), contribuiu para que as atividades do grupo fossem mais efetivas e rápidas, visto que a logística, transporte e comunicação não seriam difíceis. No entanto, no caminhar do processo, notou-se a grande importância do projeto, o que qualificou a experiência que o contato com a comunidade trouxe para alunos, professores e profissionais engajados com essa causa.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: djuli.souza@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: gabrielle.kazanowski@sou.ucpel.edu.br

³Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: kamille.pereira@sou.ucpel.edu.br

⁴Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: alexandre.maciell@ucpel.edu.br

OBJETIVOS

A pesquisa em andamento nas Doquinhas tem como objetivo principal realizar um diagnóstico aprofundado da área afetada pelas enchentes, buscando compreender as condições de moradia, infraestrutura e as necessidades da população local. Para tanto, o grupo utiliza um questionário base adaptado de um instrumento de diagnóstico habitacional municipal desenvolvido pelo IAB/PR Núcleo Maringá - CAU/BR. A aplicação deste questionário visa coletar dados relevantes sobre a realidade da comunidade, permitindo traçar um panorama detalhado da situação habitacional e identificar os principais desafios enfrentados pelos moradores.

A partir da análise dos dados coletados, o objetivo final da pesquisa é contribuir com a elaboração de propostas e ações que visem a melhoria das condições de moradia nas Doquinhas, em colaboração com entidades e o poder público. A pesquisa busca, portanto, ir além do simples levantamento de informações, propondo-se a ser um instrumento de transformação social que promova a participação da comunidade na construção de soluções para os problemas que a afligem.

METODOLOGIA OU RELATO DA EXPERIÊNCIA

A pesquisa nas Doquinhas se desenvolve em etapas, cada uma delas com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade local e construir para um diagnóstico abrangente.

Etapas 1: Levantamento da área através de fotografias aéreas por drone

Esta etapa inicial visa obter uma visão panorâmica da comunidade, permitindo uma análise espacial detalhada da relação entre os lotes, recuos, localização das moradias e identificação dos pontos mais afetados pelas enchentes. A utilização de drones para a captação de imagens aéreas oferece uma perspectiva privilegiada da área, facilitando a identificação de padrões e características que poderiam passar despercebidas em um levantamento em solo.

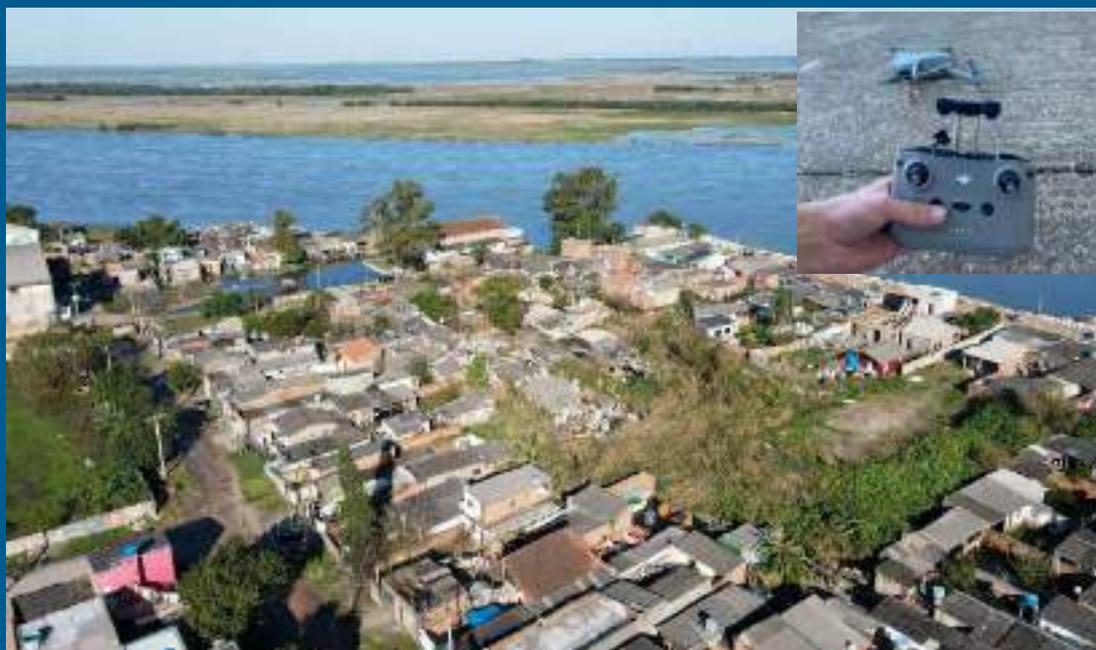


Figura 1: Área de levantamento e equipamento (drone)

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2024

Etapa 2: Visitas in loco para registro fotográfico e anotações

Após a análise das imagens aéreas, a equipe realiza visitas in loco para registrar fotograficamente a comunidade e anotar informações relevantes sobre a infraestrutura existente, como a presença ou ausência de rede de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação, mobiliário urbano, entre outros aspectos. Essa etapa permite um contato direto com a realidade da comunidade, complementando as informações obtidas através das imagens aéreas e aprofundando o entendimento sobre as condições de vida local. Ou seja, obtêm-se informações mais detalhadas.



Figura 2: Equipe em deslocamento para registros

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2024

Etapa 3: Aplicação de questionários

A aplicação de questionários junto aos moradores é a etapa central da pesquisa, permitindo a coleta de dados primários sobre as condições de moradia, acesso a serviços públicos, percepção dos moradores sobre os problemas da comunidade, entre outras informações relevantes. É nessa etapa que obtêm-se informações que vão além das ruas e do urbano, mas adentra as casas. A equipe já entrevistou cerca de 35 famílias, o que representa 50% do total estimado para a comunidade. A metodologia utilizada na aplicação dos questionários busca garantir a representatividade da amostra e a confiabilidade dos dados coletados.



Figura 3: Aplicação de questionários

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2024

DISCUSSÃO:

A pesquisa já revelou diversos aspectos importantes sobre a realidade da comunidade das Doquinhas, evidenciando a complexidade dos desafios enfrentados pelos moradores. Um dos principais problemas identificados é a precariedade da infraestrutura, com a falta de saneamento básico e sistema de drenagem adequado, especialmente na área central do quarteirão. Essa situação agrava o problema das enchentes, expondo a população a riscos de saúde pública e comprometendo a qualidade de vida.

A localização da comunidade em uma área historicamente sujeita a alagamentos, agrava a vulnerabilidade dos moradores a eventos climáticos extremos. As enchentes de maio causaram perdas materiais significativas e geraram transtornos para a população local.



Figura 4: Alagamento pós enchente Canal São Gonçalo - Quadrado

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2024

Vale mencionar que a pesca é uma atividade econômica importante para a comunidade das Doquinhas, e a proximidade com o canal é fundamental para a subsistência de muitas famílias. Esse fator deve ser considerado em qualquer intervenção urbanística ou social na área, garantindo que a atividade pesqueira seja preservada e valorizada.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os moradores demonstraram grande receptividade à pesquisa, expressando abertamente suas necessidades e expectativas. Essa postura demonstra a importância da escuta e do diálogo com a comunidade na busca por soluções para os problemas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa em andamento nas Doquinhas demonstra a importância da realização de diagnósticos participativos em comunidades vulneráveis, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas e ações sociais efetivas.

A participação da comunidade em todas as etapas do processo, desde a identificação dos problemas até a proposição de soluções é fundamental para garantir que as intervenções sejam adequadas à realidade local e atendam às necessidades reais da população.

Assim, também se destaca, a importância da interdisciplinaridade e da colaboração entre diferentes atores sociais na busca por soluções para os problemas que afetam as comunidades vulneráveis. A união de esforços entre universidades, organizações não governamentais, poder público e a própria comunidade é fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil Núcleo Maringa CAU/BR. **Modelo de Diagnóstico Habitacional** (2020).

UCPEL, Universidade Católica de Pelotas – Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social** (2024).

REDE HIS, Rede Habitat de Interesse Social. **Relatórios e Documentos Técnicos** (2024).

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

ANÁLISE DA VIABILIDADE CELULAR DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS UTILIZANDO INDICADOR DE OXIDORREDUÇÃO

EDUARDA BIZARRO BENITES¹; EVERTON GRANEMANN SOUZA²

Palavras-chave: Resazurina; Viabilidade celular; Diluição; *Staphylococcus aureus* ATCC 11632;

Introdução

A extensão tecnológica oferece um ambiente diferenciado para aprendizado e inovação, permitindo maior liberdade para experimentar, errar e ajustar processos. Diferentemente da pesquisa científica tradicional, que exige rigor metodológico e resultados consistentes, a extensão permite uma abordagem mais flexível, focada no aprendizado e na adaptação constante.

Nesse contexto, testes envolvendo bactérias e indicadores, como a resazurina, frequentemente apresentam desafios, como erros nas etapas iniciais e a necessidade de várias tentativas até se determinar as concentrações adequadas. Essas características tornam esse tipo de experimento especialmente adequado para projetos de extensão tecnológica, que oferecem o espaço necessário para ajustes progressivos e construção coletiva de conhecimento, alinhando a prática acadêmica às demandas reais do mercado.

Estudos recentes têm demonstrado resultados promissores em relação ao uso da resazurina como indicador de viabilidade celular, destacando sua eficácia e precisão em ensaios de avaliação da atividade metabólica de células. Esse indicador permite uma avaliação qualitativa e quantitativa, o que é fundamental em estudos toxicológicos, de proliferação celular e na avaliação da eficácia de compostos terapêuticos (DRIESSCHE et al., 2014).

A resazurina é um indicador químico colorimétrico roxo-azulado. Ao entrar em contato com enzimas envolvidas na respiração celular, é metabolizada e reduzida à resofurina, o que causa uma mudança de cor de azul para rosa, emitindo fluorescência e indicando viabilidade celular. A quantidade de fluorescência gerada está relacionada ao número de células viáveis presentes (PETITI et al., 2024).

REVISTA

**EX
TEN
TIO**

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹ Graduanda do 5º. ano do curso de Farmácia e Extensionista no Projeto SDUV: Sistemas de Desinfecção por Ultravioleta; Universidade Católica de Pelotas; eduarda.bizarro@sou.ucpel.edu.br

² Professor do Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação, Engenharias, Biomedicina e Coordenador do Projeto SDUV; Universidade Católica de Pelotas; everton.granemann@ucpel.edu.br

O *Staphylococcus aureus* é uma bactéria amplamente conhecida por sua presença na microbiota da pele e mucosas humanas, além de ser frequentemente associada a infecções em ambientes hospitalares. Sua escolha como modelo experimental se deve à sua relevância clínica e epidemiológica, sendo uma das principais causadoras de infecções hospitalares, incluindo infecções de pele, pneumonias e septicemias, que são presença de bactérias na corrente circulatória que causam choque séptico (OTTO, et al.,2014). Por essas razões, o estudo da viabilidade celular da *S. aureus* é essencial para a avaliação de métodos de controle microbiológico e desenvolvimento de estratégias terapêuticas, contribuindo para avanços em aplicações práticas no setor de saúde.

Objetivo

O objetivo deste estudo é determinar a concentração satisfatória de resazurina e de bactérias e avaliar a eficácia da resazurina como indicador de viabilidade celular em bactérias com cepas padrão do tipo *Staphylococcus aureus* (ATCC 11632), recebidas em sua forma inativa, mantidas em tubos de ágar base inclinados e vedados por cinco meses, à temperatura ambiente.

Metodologia

No dia anterior ao teste, foi semeada uma placa de petri com caldo da cepa de *Staphylococcus aureus* pronto e foi colocada na estufa para crescer por 24 horas a 38°C. A escolha desse tempo de armazenamento buscou avaliar o impacto deste armazenamento prolongado na viabilidade celular; aspecto ainda pouco explorado na literatura.

Foi pesado 25 mg de resazurina em um vidro de relógio em uma balança analítica. Acrescentou-se 1 mL de água destilada, criando a solução-estoque 25 mg/mL. A partir da solução-estoque, dilui-se em duas concentrações, conforme ilustrado na Tabela 1:

Diluição	Fator de diluição	Concentração
C1= 0,1 mL – estoque 0,9 mL – água	1:10	C1= 2,5 g/mL
C2= 0,25 mL – C1 0,75 mL – água	1:4	C2: 0,25 g/mL

Tabela 1: concentrações de resazurina adotadas no estudo.

Os inóculos foram ajustados utilizando padrões de turbidez 3,0, 2,0 e 1,5 McFarland , representando concentrações bacterianas elevadas, intermediárias e reduzidas, respectivamente. Esses padrões foram selecionados para avaliar a sensibilidade da resazurina em diferentes densidades celulares.

O primeiro teste foi realizado preparando o inóculo, colocando a bactéria e a água destilada em um tubo de vidro específico do turbidímetro, até obter 3,0 McFarland. Em um tubo Eppendorf, pipetou-se 0,525 mL (75%) de inóculo 3,0 e 0,175 mL (25%) de resazurina C1, homogeneizado para ser colocado na estufa a 38°C por quatro horas.

No segundo teste, o inóculo foi preparado até obter 2,0 McFarland. No tubo Eppendorf, pipetou-se 0,525 mL (75%) de inóculo 2,0 e 0,175 mL (25%) de resazurina C2, homogeneizando e colocando na estufa a 38°C por quatro horas.

No terceiro teste, o inóculo foi preparado até obter 1,5 McFarland. No tubo Eppendorf, pipetou-se 0,525 mL (75%) de inóculo 2,0 e 0,175 mL (25%) de resazurina C2, homogeneizando e colocando na estufa a 38°C por quatro horas.



Imagem 1: turbidímetro com a escala McFarland.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS



Imagem 2: inóculo sendo homogeneizado com resazurina.



Imagem 3: tubos prontos para incubação.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Discussão e Resultados:

Os resultados obtidos corroboram a literatura existente sobre a eficácia da resazurina como indicador de viabilidade celular. A correlação observada entre a densidade do inóculo e a intensidade da coloração indica que a atividade metabólica das células desempenha um papel crucial no processo de redução da resazurina à resofurina.

Nos testes em que o inóculo foi ajustado para 3,0 McFarland, a mudança de coloração para um tom fúcsia intenso destacou a rápida resposta do in-

dicador, sugerindo alta densidade celular e elevada atividade metabólica. Este resultado é compatível com estudos anteriores que relataram maior fluorescência em culturas mais concentradas.

Por outro lado, os inóculos ajustados para 2,0 e 1,5 McFarland apresentaram mudanças de coloração menos intensas, embora ainda perceptíveis. Isso sugere que a resazurina é eficaz em identificar viabilidade celular mesmo em concentrações bacterianas mais baixas, desde que o tempo de incubação seja adequado, de pelo menos quatro horas. Essa observação é particularmente relevante para aplicações clínicas e industriais, onde amostras podem variar em densidade bacteriana.



Imagem 4: resultados obtidos após incubação.

Além disso, a simplicidade do método e o custo acessível da resazurina o tornam uma alternativa viável e acessível para laboratórios com recursos limitados. Contudo, a padronização rigorosa das concentrações de inóculo e resazurina é essencial para garantir a reprodutibilidade dos resultados.

Considerações finais:

Os resultados dos ensaios realizados demonstraram que a resazurina é eficaz como indicador de viabilidade celular em cepas de *Staphylococcus aureus*. A mudança de coloração observada, de roxo-azulado para rosa, associou-se à presença de células viáveis, evidenciando a capacidade da resazurina de detectar a atividade metabólica das bactérias, neste estudo sendo fundamental uma turbidez acima de 1,5 McFarland, para obter resultados satisfatórios. Este método mostrou-se eficiente e pode ser uma ferramenta valiosa para estudos microbiológicos, especialmente para monitorar a viabilidade das células em diferentes condições experimentais, como estresse ambiental, eficácia de agentes antimicrobianos e crescimento de culturas.

O indicador é uma ferramenta útil não apenas em pesquisas acadêmicas, mas também em ambientes clínicos, laboratoriais e industriais, onde a identificação rápida e precisa da viabilidade celular é de extrema importância.

Para aumentar a robustez do método, é recomendável a utilização de ferramentas analíticas complementares, como o espectrofotômetro, para quantificar com maior precisão as mudanças de coloração. Além disso, estudos adicionais podem investigar a aplicação da resazurina em outros tipos de microrganismos, incluindo bactérias gram-negativas e leveduras, ampliando ainda mais sua aplicabilidade.

O impacto da estabilidade do reagente em diferentes condições ambientais também precisa ser mencionado, considerando que sua eficácia pode variar com o tempo de armazenamento e exposição a fatores externos, como luz e calor.

Em suma, a resazurina se apresenta como uma ferramenta promissora para análise de viabilidade celular, especialmente em contextos que demandam simplicidade, custo-benefício e resultados confiáveis. Seu uso combinado com técnicas mais avançadas pode potencializar sua eficiência, tornando-a uma escolha ainda mais atrativa para futuros estudos e aplicações.

Referências bibliográficas:

DRIESSCHE, F. Optimization of resazurin-based viability staining for quantification of microbial biofilms. *Journal of Microbiological Methods*, Amsterdam, v. 98, p. 31-34, 2014.

OTTO, M. *Staphylococcus aureus* toxins. *Current Opinion in Microbiology*, v. 17, n. 1, p. 32-37, 2014.

PETITI, J.; REVEL, L.; DIVIETO, C. Standard operating procedure to optimize resazurin-based viability assays. *Biosensors*, v. 14, n. 4, p. 156, 2024.

ROSA, G. A. FELIX, C. R.; BARBOSA, L. N. McBRIDE, A. J. A. Utilização de resazurina para quantificação de leptospiros in vitro. *Edu.br*, 2019. Disponível em: <https://www.edu.br/artigo>. Acesso em: 13 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE ACESSO À SAÚDE

Autor(es): EDUARDA RODRIGUES PAGLIARINI¹; ANDRESSA GABRIELE LENZ²; CAROLINA PROCHNOW VALENTI³; JÚLIA CECÍLIA FERRARI BRAGA ; LUIZA PROVENSÍ STEFENON ; MARIA PAULA TRIMOLET REBULI ; MONIQUE WES WELTER ; SARAH ELOI RODRIGUES BRATZ ; ÉDER ARAÚJO MASSAUT ; CAINÁ CORRÊA DO AMARAL¹ .

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; SUS; Conscientização; Saúde do Adolescente; Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

Na Atenção Primária à Saúde (APS), fatores geográficos, sócio-organizacionais, culturais e financeiros interferem no acesso aos serviços de saúde. A longitudinalidade do cuidado destaca-se como característica essencial da APS, promovendo o uso contínuo desses serviços ao longo do tempo (ENDALAMAW et al., 2021). Para adolescentes, o acesso à saúde pode ser dificultado por barreiras relacionadas ao acesso físico, à falta de recursos, à insuficiência de profissionais capacitados para atender suas demandas e um determinante pouco comentado na sociedade atual: a falta de conhecimento sobre o funcionamento do sistema de saúde brasileiro (SALUM et al., 2024). Por conta dessa conjuntura, observa-se um cenário de superlotação nos hospitais, em virtude da visão de que todos os problemas são resolvidos nesse ambiente, desconsiderando a importante função de outros ambientes como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) (MINAYO et al., 2024; ENDALAMAW et al., 2021.). Diante disso é fundamental criar espaços de confiança e informação, nos quais os jovens possam compreender o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

OBJETIVO

Relatar a experiência vivenciada no Instituto de Menores Dom Antônio Zattera que promoveu o aprendizado sobre a APS e o funcionamento do SUS entre adolescentes de 12 a 17 anos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência trata de uma vivência acadêmica de alunos do primeiro ano do curso de medicina da universidade católica de Pelotas durante a disciplina de Projeto de Extensão Integrativo Institucional. A metodologia utilizada na realização do trabalho envolveu um questionário elaborado pelos alunos e aplicado no primeiro contato com os adolescentes a fim de avaliar o conhecimento prévio deles sobre o SUS. Foram realizadas onze perguntas, questionando sobre o conhecimento do grupo em relação a hierarquização do sistema e a funcionalidade do SUS, com perguntas como “qual local devo me dirigir quando apresento uma queimadura”, “qual telefone devo chamar quando me deparo com uma situação de afogamento” e “onde devo buscar ajuda quando apresentar febre alta”.

Os resultados iniciais apontaram uma preocupante lacuna no conhecimento sobre a APS, visto que a maior parte dos adolescentes não conseguiu responder a maioria das perguntas. Num segundo momento, foi realizada uma roda de conversa, abordando temas como o funcionamento do SUS e a sua hierarquização. Em seguida, os alunos foram divididos em três grupos e o questionário foi reaplicado em formato de gincana, com premiação para o grupo e o aluno que tiveram melhores resultados. Além disso, foi entregue aos estudantes um mapa com a localização de todas as UBSs do município de Pelotas.

Figura 1: Registro com os estudantes do IMDAZ e que participaram da atividade junto aos acadêmicos de medicina da UCPel. Pelotas, 2024.



REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Figura 2: Apresentação de gráficos referentes as respostas às perguntas no primeiro momento de entrevista com adolescentes frequentadores do IMDAZ. Pelotas, 2024. (N=15)



Os resultados da reaplicação do questionário afirmaram que as dinâmicas educativas, como rodas de conversa e mapas ilustrativos, são eficazes em aumentar o conhecimento dos participantes sobre o funcionamento do SUS e da APS. Nesse sentido, vale salientar que ao final do processo, observou-se maior interesse e familiaridade dos estudantes com o sistema de saúde local. A avaliação dos questionários mostrou que estudantes que anteriormente apresentaram um resultado extremamente baixo, na segunda aplicação chegaram em resultados bastante satisfatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, conclui-se que estratégias educativas, baseadas em atividades lúdicas e interativas, são fundamentais para conscientizar adolescentes sobre a APS e o SUS. Esses métodos promovem um vínculo mais forte com o público jovem, facilitando a adesão ao cuidado em saúde e à busca por serviços adequados, além de serem essenciais para resolver problemas de superlotação em hospitais e garantir que os indivíduos consigam receber o tratamento adequado. A experiência vivenciada foi extremamente enriquecedora na trajetória como estudante de medicina, através dela foi possível identificar que muitas vezes, o que parece óbvio para uma determinada bolha social, pode representar uma lacuna de conhecimento para um determinado grupo.

REFERÊNCIAS

ENDALAMAW, A.; KHATRI, R. B.; ERKU, D.; NIGATU, F.; WOLKA, E.; ZEWDIE, A.; ASSEFA, Y. Successes, weaknesses, and recommendations to strengthen primary health care: a scoping review. *Archives of Public Health*, 2021. Disponível em: <https://archpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13690-021-00591-2>. Acesso em: 13 dez. 2024

SALUM, G. A.; KOCHHAN, B.; SANTOS, A. P. L.; et al. The science of child and adolescent mental health in Brazil: a nationwide systematic review and compendium of evidence-based resources. 2024. Disponível em: <https://www.medrxiv.org>. Acesso em: 13 dez. 2024

MINAYO, M. C. S.; GUALHANO, L. Adolescência e saúde: demandas e desafios para o cuidado integral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ENDALAMAW, A.; KHATRI, R. B.; ERKU, D.; et al. Barreiras no acesso à saúde para jovens no Brasil: implicações para o SUS. *Archives of Public Health*, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov>. Acesso em: 13 dez. 2024

QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PENAIS NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

EDUARDA ROSS DA CRUZ¹; LARA BOTELHO CROCHI ²; FLAVIA GIRIBONE ACOSTA DUARTE³; MARINA NOGUEIRA MADRUGA⁴; LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES⁵

Políticas Penais; Conselhos da Comunidade; Fundos Municipais; Servidores Penitenciários.

INTRODUÇÃO

A questão penitenciária reflete os paradoxos entre o discurso de um castigo penal civilizado, baseado na privação de liberdade, e a realidade das prisões. As manifestações mais evidentes deste problema incluem superlotação e violação de direitos fundamentais, degradação das estruturas físicas, falta de recursos humanos e materiais, desvalorização e adoecimento dos servidores. Esses desafios são particularmente observados na 5ª Região Penitenciária, que abrange seis unidades prisionais, localizadas nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, e um Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico.

O projeto de extensão tem duração prevista de 24 meses. Possui dois campos temáticos: 1) Organização e fortalecimento dos conselhos da comunidade; 2) Área da saúde dentro dos ambientes prisionais. Nos primeiros 12 meses, ficou acordado que o enfoque seria para o primeiro campo temático e, é sobre esse item que discutiremos neste trabalho. O objetivo principal do projeto é fomentar ações de valorização, qualificação, capacitação e assessoramento de atores e órgãos da Execução Penal — com ênfase em Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, eduarda.cruz@sou.ucpel.edu.br.

² Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, contato.laracrochi@gmail.com.

³ Pós-Doutoranda, Doutora em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, flavia.duarte@sou.ucpel.edu.br.

⁴ Doutoranda e Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, marina.nogueira@ucpel.edu.br.

⁵ Orientador Luiz Antônio Bogo Chies, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), luiz.chies@ucpel.edu.br.

As extensionistas, discentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e do curso de Graduação em Serviço Social, desenvolvem pesquisas voltadas para temas relacionados à questão penitenciária. Importante salientar que o projeto conta também com a participação de um estudante do Mestrado Profissional Saúde e Ciclo Vital e uma estudante do Curso de Odontologia. Sendo uma das propostas do projeto relacionar mais de um programa de Pós-graduação da Universidade, envolvendo desde estudantes da graduação até o pós-doutoramento.

OBJETIVO E METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato das atividades e experiências desenvolvidas pelas extensionistas no âmbito do Projeto de Extensão “Qualificação das Políticas Penais na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul”.

Em relação a metodologia de trabalho do projeto, a primeira reunião foi realizada em 11 de março de 2024 e definiu diversas ações, como capacitações para mapeamento e fortalecimento de conselhos comunitários, incluindo eventos do ano e para 2025. Também foram previstas a elaboração de duas cartilhas, uma nota técnica e boletins técnicos com ênfase nos conselhos comunitários.

Para a execução do plano de trabalho, foi formada uma equipe fixa, com comunicação facilitada por um grupo de WhatsApp e uma pasta no Google Drive para compartilhamento de documentos. As reuniões, realizadas quinzenalmente às quartas-feiras na Universidade Católica de Pelotas, têm como objetivo desenvolver metodologias, avaliar atividades e distribuir tarefas. As ações, como capacitações e o Fórum, foram articuladas com parceiros como o LABIPP, SUSEPE, Secretaria dos Sistemas Penal e Socioeducativo, Escola do Serviço Penitenciário, 5ª Delegacia Penitenciária Regional e o Conselho da Comunidade da Execução Penal de Pelotas.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA

As extensionistas desempenham um papel fundamental na execução do Projeto, contribuindo ativamente em todas as etapas, desde a organização e realização das capacitações até a produção de materiais técnicos, assim distribuídas:

Capacitação

A ação “Fortalecendo vínculos – Curso de Capacitação em Estratégias para Conselhos da Comunidade” fora desenvolvida no mês de abril de 2024, possuindo a carga horária de 12h e tendo como público alvo os membros de Conselhos da Comunidade da Execução Penal da 5ª Região

Penitenciária do Rio Grande do Sul. O objetivo central foi de fortalecimento institucional destes atores para fins de elaboração e execução de Políticas e Serviços Penais.

Durante o curso, os participantes foram incentivados a explorar o papel das políticas sociais no contexto das comunidades locais, entendendo como os conselhos podem inserir-se na implementação de medidas que impactem a população privada de liberdade e egressa de sua comunidade. Por meio de metodologias ativas que favoreceram a troca de conhecimentos e experiências, foram abordadas as particularidades regionais a fim de identificar ferramentas para a gestão de projetos, proporcionando maior flexibilidade e adaptação às necessidades e desafios. Destaca-se, também, a exploração de técnicas e estratégias para captação de recursos financeiros e materiais, fator crucial para a viabilização de projetos e ações dos conselhos, para além de estratégias organizacionais que visam a otimização dos processos internos e garantem uma atuação mais eficiente.

A programação priorizou momentos imersivos nas realidades locais, tendo seu conteúdo estruturado em módulos que exploraram, entre outros temas, uma radiografia da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, o Programa Fazendo Justiça, as Políticas e Serviços Penais e o gerenciamento de projetos. Assim, esta ação proporcionou uma oportunidade significativa de aprendizado e desenvolvimento para os Conselheiros da Comunidade, fortalecendo suas habilidades e conhecimentos para atuarem de forma mais efetiva em suas respectivas regiões.

Eventos

O 5º Fórum “Prisão, Universidade e Comunidade” aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 na modalidade presencial na Universidade Católica de Pelotas e teve como enfoque a valorização dos Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade. Apesar das fortes chuvas que assolaram a região sul no período, o evento foi mantido. Na ocasião, compareceram cerca de 71 pessoas no evento, além de autoridades e palestrantes. Além das palestras, o evento contou com mostras de boas práticas e pesquisas. O público do evento abarcou estudantes da universidade, servidores da SUSEPE, advogados, membros do judiciário, do poder executivo e pesquisadores.

Cartilhas

Para elaboração da cartilha e da nota técnica, foram identificadas e selecionadas vinte e uma leis municipais sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais. A coleta dessas leis seguiu dois métodos principais: a) Consulta ao site do CNJ: A primeira etapa do processo envolveu a busca e a extração de leis municipais diretamente do site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). b) Busca ativa pelos integrantes do grupo de trabalho: para-

lamente, uma busca ativa foi realizada pelos membros deste grupo de trabalho, envolvendo a análise de sites de prefeituras, câmaras municipais e outros repositórios digitais que pudessem conter legislações sobre o tema. É importante ressaltar que, mesmo diante dos esforços de pesquisa, as leis coletadas não representam a totalidade das legislações municipais existentes sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais, mas sim uma parcela significativa.

Após a etapa da coleta, transcorreu-se o período de análise das leis. Utilizamos as dimensões elencadas por André Cellard (2012), quais sejam: 1) a análise preliminar (exame); 2) o contexto, o autor e os atores, a autenticidade e a confiabilidade do documento, a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna (crítica do documento). Foram observados os seguintes critérios: ordem cronológica da entrada em vigor; distribuição por ano de criação; os tipos de recursos previstos para utilização dos fundos municipais e composição do conselho gestor.

A partir dessas reflexões, está em fase de elaboração a nota técnica e a cartilha, faltando apenas a publicação. Acredita-se que a divulgação desses materiais técnicos facilite a atuação dos conselhos da comunidade e consequentemente da municipalidade para a criação das legislações sobre o fundo municipal.

Boletins Técnicos

Os Boletins Técnicos constituem-se em um produto simples (até duas páginas), mas que tem grande impacto na comunidade. A ideia é que ele sirva para construção de uma pauta, divulgação científica e disputa política de um campo. Esse boletim é encaminhado para os veículos de imprensa da cidade e região, possibilitando, assim, que as pesquisas sejam debatidas pela sociedade. Até o momento, foi publicado um boletim técnico intitulado “Necessidade de apoio dos Poderes Públicos aos Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do RS” em março de 2024, elaborado pelo Professor coordenador do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão penitenciária é um ponto-chave para compreender nossa sociedade. No entanto, momentos reflexivos sobre o tema ainda são raros em ambientes acadêmicos, especialmente nos quais os atores que trabalham no sistema e a comunidade estão envolvidos. Em outras palavras, existem muitos tabus sobre o tema, bem como armadilhas discursivas corriqueiras do dia a dia. Projetos como o apresentado aqui, visam romper com essas barreiras e propor debates aprofundados, qualificação e valorização dos profissionais e compreensão crítica da realidade prisional no Brasil e, sobretudo, na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, além, é claro, de medidas de enfrentamento à realidade.

Nesse sentido, a experiência extensionista proporciona aos estudantes condições de auxiliar na transformação da realidade e qualificação das políticas penais, conectadas aos seus temas de pesquisa, a partir de uma atuação propositiva junto aos atores da realidade local da 5ª Região Penitenciária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Nota Técnica Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais**. Brasília, CNJ, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução N. 488, de 23 de fevereiro de 2023**. Institui a Política Judiciária para o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, 2013.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

NUDIPP E ONG VALE A VIDA: ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA PORTADORES DO HIV

FELIPE MACHADO SALDANHA¹; LAURA ALVES MENON²; MARCELA SIMÕES SILVA³.

Assistência Jurídica; Direitos Humanos; Extensão Universitária; HIV; Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Direito e Participação Popular Campo e Cidade (NuDiPp), vinculado ao curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), é uma iniciativa extensionista que combina a formação acadêmica com a prestação de serviços à comunidade. Em parceria com a ONG ValeaVida, que atua no suporte a pessoas portadoras de HIV em situação de vulnerabilidade, o projeto promove assistência jurídica gratuita e visa ampliar o acesso aos direitos fundamentais dessas populações. Essa colaboração é essencial para mitigar a desigualdade social e combater o estigma enfrentado pelos portadores do vírus, oferecendo suporte para demandas legais, como fornecimento de medicamentos, entre outras demandas urgentes. A atuação do NuDiPp reforça a importância de integrar os estudantes à realidade social desde o início de sua formação, proporcionando a eles experiências que extrapolam os limites acadêmicos.

OBJETIVOS

O projeto NuDiPp, dentre suas atribuições, proporciona assistência jurídica gratuita a indivíduos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com foco especial nas pessoas vivendo com HIV. Essa parceria com a ONG ValeaVida também visa fortalecer a cidadania por meio da promoção do acesso à justiça, permitindo que os assistidos possam reivindicar seus direitos de forma efetiva. Além disso, o projeto busca desenvolver habilidades técnicas e sociais nos estudantes de Direito, inserindo-os em uma prática jurídica humanizada. Essa abordagem se alinha aos objetivos acadêmicos de formar profissionais não apenas tecnicamente competentes, mas também conscientes de suas responsabilidades sociais e preparados para

REVISTA

**EX
TEN
TIO**

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Discentena Universidade Católica de Pelotas; e-mail: felipe.saldanha@sou.ucpel.edu.br

²Discentena Universidade Católica de Pelotas; e-mail: laura.menon@sou.ucpel.edu.br

³Docentena Universidade Católica de Pelotas; e-mail: marcela.silva@ucpel.edu.br

atuar de maneira empática e inclusiva.

A iniciativa também se propõe a combater o estigma associado ao HIV, promovendo a inclusão social dos portadores do vírus. Isso é alcançado tanto por meio da assistência direta quanto pela educação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral sobre os desafios enfrentados por essa população. Com isso, o projeto contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A atuação do NuDiPp em parceria com a ONG Vale a Vida tem proporcionado experiências significativas tanto para os estudantes quanto para as comunidades assistidas. Desde os primeiros anos do curso, os alunos têm a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico em situações reais, enfrentando casos que envolvem diversas áreas do Direito, como demandas por usucapião, alimentos, guarda e fornecimento de medicamentos.

Um exemplo prático relevante foi a intervenção em um caso de negativa de fornecimento de medicamentos essenciais para o tratamento de HIV. Por meio de ação judicial, os estudantes, sob orientação dos professores do NuDiPp, conseguiram garantir o direito à saúde para o assistido, demonstrando a importância de uma assistência jurídica eficiente e comprometida. Outro caso emblemático envolveu a regularização da guarda de uma criança em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, os alunos precisaram não apenas compreender as questões jurídicas, mas também lidar com as dinâmicas emocionais e sociais envolvidas, desenvolvendo habilidades de comunicação e empatia.

Essas experiências destacam a capacidade transformadora da extensão universitária, permitindo aos estudantes vivenciar a prática jurídica enquanto promovem mudanças reais na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, essas vivências ajudam a desconstruir preconceitos e ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por populações marginalizadas.

Importante ressaltar que a Universidade Católica de Pelotas desempenhou um papel fundamental no apoio à causa e no suporte necessário para que a parceria entre o NuDiPp e a ONG Vale a Vida pudesse se concretizar. Esse apoio evidencia a importância de fomentar a extensão universitária como um dos pilares do tripé acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa. Por meio dessa integração, a instituição não apenas contribui para a formação de profissionais mais preparados, mas também reforça seu compromisso com a sociedade, promovendo soluções para problemas reais e ampliando o impacto social de suas iniciativas.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DISCUSSÃO

A importância da atuação de estudantes de Direito em projetos de extensão como o NuDiPp vai além do aprendizado acadêmico. Essa prática proporciona um contato direto com a realidade social, incentivando o desenvolvimento de uma postura profissional mais humanizada e responsável. Por meio da assistência jurídica gratuita, os alunos contribuem para a promoção da justiça social e ajudam a reduzir as desigualdades que afetam as comunidades em vulnerabilidade.

A maioria das pessoas que vivem com HIV e das pessoas que vivem com AIDS no Brasil já passou por pelo menos algumas situações de discriminação ao longo de suas vidas. Um estudo realizado entre abril e agosto de 2019, com 1.784 pessoas em sete capitais brasileiras, revelou dados alarmantes sobre o estigma enfrentado por essa população. Os resultados, apresentados no Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – Brasil, destacam como o preconceito impacta negativamente a inserção social e o acesso a direitos fundamentais.

Nesse cenário, a parceria entre o NuDiPp e a ONG Vale a Vida é essencial para mitigar esses efeitos. Além das dificuldades jurídicas, os portadores de HIV enfrentam barreiras sociais significativas, como discriminação no mercado de trabalho e em serviços de saúde. A assistência jurídica oferecida pelo projeto não apenas garante direitos, mas também contribui para a desconstrução desse estigma, promovendo maior compreensão e acolhimento.

Essa experiência também reflete a importância de uma formação acadêmica integrada à realidade social. Estudantes que participam de iniciativas como o NuDiPp desenvolvem competências que vão além do conhecimento jurídico, como trabalho em equipe, liderança e empatia. Esses atributos são fundamentais para a formação de profissionais que não apenas compreendem as leis, mas também sabem aplicá-las de forma justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto NuDiPp, em parceria com a ONG Vale a Vida, demonstra como iniciativas de extensão universitária podem causar impactos significativos na sociedade, ao mesmo tempo em que enriquecem a formação acadêmica dos estudantes.

Ao atuar na defesa dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente portadores de HIV, o projeto promove acesso à justiça, combate o estigma e fortalece a inclusão social.

A experiência adquirida pelos estudantes no NuDiPp é essencial para sua formação como futuros profissionais de Direito comprometidos com a ética e a responsabilidade social. Além disso, a atuação conjunta com a ONG Vale a Vida destaca a importância de parcerias entre universidades

e organizações sociais na construção de soluções efetivas para os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas.

Por fim, iniciativas como essa devem ser incentivadas e replicadas, pois representam uma ferramenta poderosa para transformar vidas, desconstruir preconceitos e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS:

UNAIDS BRASIL. Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil. 2019. Disponível em: <https://unaid.org.br/2019/12/estudo-revela-como-o-estigma-e-a-discriminacao-impac-tam-pessoas-vivendo-com-hiv-e-aids-no-brasil/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PROTEÇÃO SOCIAL

FELIPE SCHMALS SILVEIRA¹; JULIANI VERONEZI ORBEM²

Palavras chaves: Universidade; Assistência Jurídica; Proteção Social.

INTRODUÇÃO

O serviço assistência jurídica é um instrumento fundamental para promover a igualdade jurídica na sociedade. O mecanismo de assistência judiciária gratuita é um dos principais instrumentos para acessibilidade ao serviço de prestação jurisdicional (CAPPELLETTI; GARTH, 1988), na retirada do fator econômico como impeditivo de acesso dos pobres à Justiça. Apenas por meio de sua prestação efetiva é possível garantir, na prática, os princípios constitucionais, assim como o direito de ação e o acesso à justiça. O acesso à Justiça é um dos princípios básicos da democracia e de exercício da cidadania, na preservação da dignidade da pessoa humana, para recebimento de serviço jurisdicional na ameaça ou lesão a direito (art. 5º, XXXV, da Constituição da República Federal do Brasil de 1988) (BRASIL, 1988). A facilitação do acesso jurisdicional pode ser através da chamada Justiça Gratuita, com a isenção do pagamento de custas e outras despesas periciais e processuais, inclusive da própria isenção de honorários de advogado e perito (Lei federal 1.060/1950) (BRASIL, 1950). A necessidade de fornecimento de assistência jurídica vai além da simples gratuidade de custas, pela possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento dos seus direitos e obrigações e condições de optar voluntariamente pela efetivação do direito de ação, com o ingresso de demanda para defesa do seu direito ameaçado ou lesado, por meio de profissional do direito dotado de capacidade postulatória. A precarização do trabalho e o aumento do desemprego impactaram a qualidade de vida de milhões de brasileiros, gerando um ciclo de pobreza e exclusão social. O trabalho, por sua vez, pode ser encarado tanto como um meio de subsistência quanto como uma forma de autoexpressão. O desmantelamento das políticas de emprego e a reforma trabalhista resultaram em um aumento da desigualdade social e da vulnerabilidade econômica, afetando principalmente os trabalhadores menos favorecidos. No mercado de trabalho, operam dois tipos de incentivos: um positivo, relacionado ao desejo de realização pessoal através do trabalho, e

REVISTA

EXTENTIO

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

um negativo, associado à ameaça de exclusão econômica, que surge com a perda de fontes de renda. O Brasil, historicamente, adotou o modelo acima, sendo que a remuneração era o fator de produção que tinha maior expressão econômica. Entretanto, houve alteração desse quadro, decrescendo o fator trabalho em face do aumento do capital, diminuindo proporcionalmente a receita sobre aquele fator. Além disso, o sistema protetivo foi ampliado com a Constituição de 1988, passando de modelos isolados, que visavam proteger determinados setores da população, para um sistema de seguridade social, o qual objetiva atender a todos os cidadãos nas situações geradoras de necessidades. Já o papel da proteção social consiste em um conjunto de políticas e programas que buscam assegurar o acesso das pessoas a serviços e recursos essenciais para uma vida digna. Promovendo a redistribuição de renda, garantindo que aqueles em situação de vulnerabilidade tenham os meios mínimos necessários para sobreviver e prosperar. Podemos dividir a evolução da proteção social em quatro fases: assistência privada, assistência pública, previdência social e seguridade social. Importante ressaltar que as mencionadas fases são cumulativas, o que significa dizer que a seguridade social compreende todas as fases anteriores. Essas políticas visam reduzir a exclusão e a marginalização social, especialmente durante momentos de maior fragilidade, como o desemprego, a doença, o envelhecimento ou a pobreza extrema, promovendo assim a integração social.

OBJETIVOS

O presente projeto de pesquisa tem o intento de analisar, descrever e compartilhar a práxis de assistentes e assistidos do projeto de Extensão GETP, dispondo como base os atendimentos exercidos a população durante as práticas de Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Católica de Pelotas no ano de 2023. Visando demonstrar a importância do desenvolvimento do tripé ensino-pesquisa-extensão na construção da autonomia e competência do Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Católica de Pelotas, além de, constituir-se em um meio de integração da população em situação de vulnerabilidade social sob a forma de aperfeiçoamento, moral, ético, científico, político, cultural e econômico de relacionamento humano no âmbito do Direito Previdenciário e Direito Trabalhista. Utiliza-se métodos de pesquisa empíricos para compreender através dos processos de interações sociais de cooperação, competição e conflito às relações entre Estado, Proteção Social e Acesso ao Judiciário dentro do campo da prática extensionista do projeto GETP.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizará um rol de técnicas que concilia recursos metodológicos de caráter qualitativos e quantitativos, contando inicialmente com as análises de dados primários, permitindo remontar uma linha cronológica das principais pautas políticas de emprego e reformas trabalhistas que resultaram em um aumento da desigualdade social e da vulnerabilidade econômica. Em segundo momento propõe-se a aplicabilidade dos questionários de estruturas simples com questões fechadas através de dados obtidos pela população que busca atendimento no Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Católica de Pelotas na perspectiva de pluralismo jurídico. Esses dados serão analisados e permitirão a contextualizar a representação da população que sofre de vulnerabilidade social e através da análise multivariada será possível exibir as variações encontradas em cada uma das variáveis de interesse.

DISCUSSÕES

O Serviço de Assistência Judiciária da Universidade Católica de Pelotas declarou-se um espaço fundamental para atender a comunidade em demandas trabalhistas e previdenciárias, registrando um total de 20 agendamentos em 2023 (Figura 1 e 2). O ambiente universitário também pode ser considerado serviço essencial, de natureza estratégica, ou de relevância pública, prestado diretamente pelo Estado ou por ele patrocinado. Dentre os 9 atendimentos realizados, cerca de 7 ocorrências foram de mulheres, o que reflete uma realidade histórica de desigualdades de gênero que afeta tanto o mercado de trabalho quanto o acesso a direitos sociais (Figura 3). As mulheres enfrentam formas diversas de exploração, como desigualdade salarial e condições precarizadas como o setor doméstico. É inegavelmente direito de relevante repercussão social na eliminação da litigiosidade por prestação jurisdicional, em substituição ao exercício da autotutela. Pode ser considerado direito fundamental como também direito social e até direito humano. Entretanto, apesar do elevado número de agendamentos e do fornecimento de informações, aproximadamente 80% da população em situação de vulnerabilidade social ainda não tem acesso efetivo ao Judiciário (Figura 4). O serviço transcende à pessoa do necessitado individual, pelo interesse coletivo de que o serviço de assistência jurídica do Estado funcione e atenda às pessoas carentes, milhões neste país (Brasil) injusto e de-

sigual, por deficiência histórica no sistema de distribuição de rendas para uma vida digna do povo. Isso evidencia a necessidade de estratégias para ampliar o alcance desses serviços e garantir programas de educação jurídica popular, como oficinas, palestras e materiais acessíveis, podendo ajudar a informar melhor a população vulnerável sobre seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Figura 1

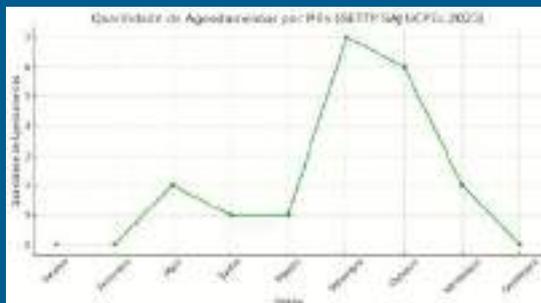


Figura 2

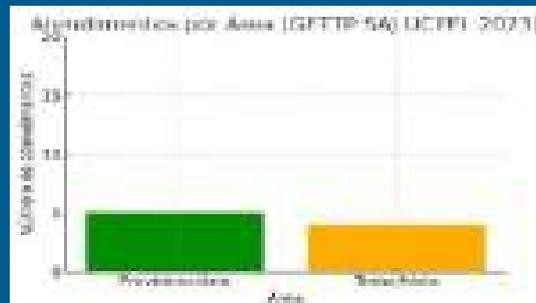


Figura 3

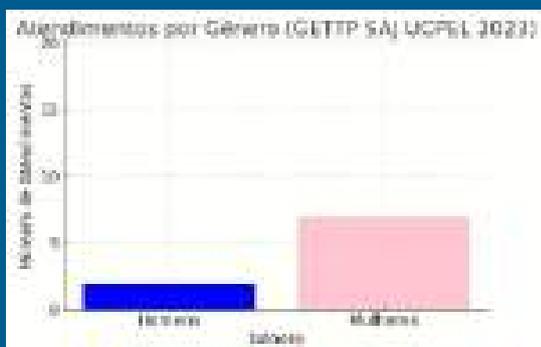
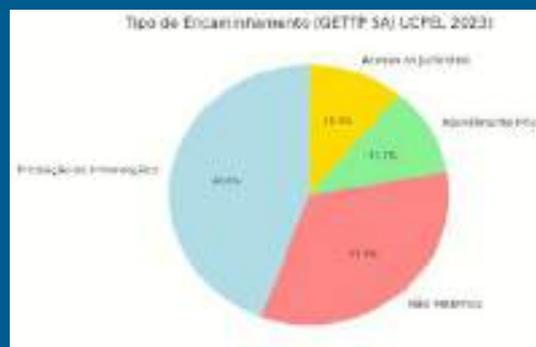


Figura 4



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, após as análises dos dispositivos textuais relacionados a precarização do trabalho e o aumento do desemprego que impactam a qualidade de vida de milhões de brasileiros, gerando um ciclo de pobreza e exclusão social, no qual a proteção social instituída pela Constituição de 1988 tem como característica principal a universalidade, garantindo, assim, condições de vida a todos, nas situações geradoras de necessidades. E através a contextualização da representação da população que busca o atendimento no Serviço de Assistência Jurídica da Universidade Católica de Pelotas que sofre de vulnerabilidade social. A falta de autonomia econômica da população que sofre de vulnerabilidade de custear os serviços jurídicos e os elevados custos do processo afetam toda a sociedade, em especial as mulheres tendo em vista a função social do processo de

pacificação social e solução das lides pelo Estado, que pelo exercício da jurisdição impede o emprego da autotutela nas divergências entre membros da sociedade. Tem nítido caráter coletivo ou difuso, transindividual, além de serviço essencial e inerente à cidadania, no regime de Estado Democrático de Direito, em que há predominância do direito, cujo garantidor é o Judiciário na prestação jurisdicional. A busca de ampliação do acesso à justiça passa também pela possibilidade de legitimidade de agir para novos sujeitos coletivos, como as universidades, os movimentos sociais, dentro da visão de interação entre as esferas pública e privada, na “equitativa divisão de responsabilidades” entre o Poder Público e a sociedade civil para a defesa de interesses transindividuais (LIMA; GÓES, 2016).

REFERÊNCIAS

- MENEZES. V. A história do seguro-desemprego no Brasil: regras, dinâmicas do mercado de trabalho e proteção social. Rio de Janeiro vol.67 n.2 ano 2024.
- OLIVEIRA. F; JÚNIOR. C. O papel do núcleo de prática jurídica na promoção da justiça e igualdade: um elo entre a faculdade e a sociedade de Santo Antônio da Platina – Paraná. vol. 01, nº 10, ano 2024, p. 108-118.
- PIERDONÁ. Z. A proteção social na constituição de 1988. Buscalegis. ccj.ufsc.br, 2008.
- SANTIN, V. Direito à assistência jurídica integral e gratuita no Brasil. Ano 10 (2024), nº 1, 887-919.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – VILA DAER/RG

GABRIELA BARWALD¹; LUISA CARRILHOS²; MARCELLE JACKEL³; RICARDO MÉNDEZ⁴

Regularização fundiária; Direito à cidade; Comunidade

INTRODUÇÃO

A cidade de Rio Grande, localizada no Rio Grande do Sul, é marcada por um intenso processo de industrialização e urbanização e experimentou um crescimento urbano acelerado e desordenado nas últimas décadas, resultando em um cenário complexo de ocupações irregulares e clandestinas. A localização estratégica da cidade, como principal porto do Estado, a tornou um polo de atração para migrantes, intensificando a pressão sobre o sistema urbano. A falta de planejamento urbano e a ausência de políticas públicas adequadas para acompanhar esse crescimento desenfreado resultaram na formação de assentamentos precários, com infraestrutura deficiente e acesso limitado a serviços básicos. Esse cenário é comum em muitas cidades brasileiras, particularmente acentuada em Rio Grande, onde a combinação de fatores históricos, geográficos e socioeconômicos agrava as desigualdades sociais e limita o direito à cidade para uma parcela significativa da população.

A regularização fundiária surge como uma estratégia fundamental para reverter esse cenário, garantindo a segurança jurídica dos moradores e promovendo a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável. A ausência de regularização fundiária em áreas ocupadas de forma irregular, como a Vila DAER em Rio Grande, impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento urbano da cidade, além disso dificulta a implementação de políticas públicas de urbanização e a prestação de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, iluminação pública e saneamento básico, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e desigualdade. A participação ativa da comunidade é fundamental para o sucesso do processo, uma vez que assim é possível construir soluções mais adequadas às suas necessidades e fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade, além de contribuir para a legitimidade do processo e para a construção de um projeto de cidade mais justo e democrático.

REVISTA

EXTENTIO

UCPEL

CATÓLICA DE PELOTAS

¹ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: gabriela.ferraz@sou.ucpel.edu.br

² Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: luisa.carrilhos@sou.ucpel.edu.br

³ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: marcelle.nunes@sou.ucpel.edu.br

⁴ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: ricardo.mendez@ucpel.edu.br

OBJETIVO

Diante desse contexto e em busca de promover uma sociedade mais justa e igualitária o programa de extensão Sustentabilidade no Habitat Social, da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em parceria com a prefeitura da cidade de Rio Grande, localizada no Rio Grande do Sul (RS), se propôs a auxiliar nas etapas iniciais do processo de regularização fundiária da Vila DAER, entregando o desenho da gleba e dos lotes, assim como suas devidas descrições e a elaboração dos termos de concordância para que a prefeitura forneça aos moradores e assim dar continuidade ao processo jurídico.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho foi realizado em etapas mediante uma abordagem sistemática e integrada, envolvendo coleta de dados, processamento, validação e aplicação dos dados, visando garantir precisão, eficiência e confiabilidade dos resultados.



Figura 1: Área de levantamento

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2023

1º Levantamento aéreo e processamento de imagens: utilizando um drone, realizou-se um levantamento fotográfico da região, capturando imagens detalhadas dos lotes para a identificação das edificações existentes. Com um software especializado, gerou-se um ortofoto, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre a topografia e características físicas da área.



Figura 2: Equipamento (drone)

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2023

2º Delineamento dos lotes: a ortofoto georreferenciada foi importada para o software Revit (BIM), permitindo o desenho inicial dos limites da gleba e lotes. Novos limites foram definidos para a otimizar a descrição dos lotes, respeitando as áreas das edificações existentes e delimitando também as áreas de passeio público.



Figura 3: Limite dos lotes antes das alterações

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2023

3º Validação: o desenho com os novos limites foi apresentado à prefeitura responsável com o objetivo de validar os dados e novas áreas.

4º Termo de concordância: Após a validação dos dados foram elaborados os termos de concordância com as plantas individuais e a descrição dos lotes, possibilitando assim a prefeitura a dar continuidade no processo jurídico.



Figura 4: Exemplo do termo de concordância

Fonte: Acervo da Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, 2023

DISCUSSÃO:

A regularização fundiária da Vila DAER não se restringe à questão técnica da delimitação dos lotes. Ela envolve, também, a discussão sobre os impactos ambientais e urbanísticos da ocupação da área, a necessidade de garantir o acesso a serviços públicos essenciais e a promoção da inclusão social dos moradores. A articulação com os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano e pela gestão ambiental foi fundamental para garantir a sustentabilidade do processo. Ao garantir o direito à propriedade e o acesso a serviços básicos, contribui para a valorização dos imóveis, a melhoria da qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento sustentável da cidade. A Lei Brasileira 10.257 (2001), do Estatuto da Cidade, tem como objetivo democratizar o acesso à terra urbana, promover a participação na formulação das políticas urbanas, integrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais no planejamento e gestão das cidades.

Com a utilização de tecnologias, como o drone, softwares especializados, otimizou o processo da regularização fundiária da Vila DAER. A captura de imagens aéreas de alta resolução, aliada à capacidade de processamento de dados georreferenciados, permitiu a criação de modelos precisos da área, facilitando a identificação de conflitos fundiários, a delimitação de lotes e passeios públicos. Essa abordagem além de otimizar o tempo e recursos, contribui para a maior precisão e confiabilidade dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A conclusão do desenho geral da gleba e delimitação dos lotes nos permitiu dar continuidade no processo com o desenho das plantas individuais, elaboração dos termos de concordância e a descrição dos lotes. Importante ressaltar que a constante tratativa com a Prefeitura Municipal é fundamental para assegurar a implementação das próximas etapas de regularização, como a emissão dos títulos e implementação de infraestrutura urbana. A participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo foi fundamental para garantir que as soluções encontradas atendessem às suas necessidades e aspirações. Essa parceria entre o poder público e a comunidade, além de promover a inclusão social, contribui para a valorização dos imóveis e o acesso a serviços essenciais, como saneamento básico e transporte público.

A regularização fundiária, ao garantir o direito à propriedade e o acesso a serviços essenciais, é um passo fundamental para a concretização do direito à cidade. Ao promover a segurança jurídica e a inclusão social, contribui para a construção de um espaço urbano mais justo e democrático, onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas. Além disso, a regularização fomenta o desenvolvimento sustentável, ao evitar ocupações irregulares em áreas de risco e promover a valorização do patrimônio ambiental. A cidade, enquanto bem comum, deve ser um espaço de convivência e de realização de sonhos, e a regularização fundiária é um instrumento essencial para garantir esse direito a todos os seus habitantes.

REFERÊNCIAS:

Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 dezembro de 2024.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

A ABORDAGEM FAMILIAR NO SERVIÇO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UBS SANGA FUNDA

GABRIELA PINTO TOMAZ¹, LUIZA BORN PUREZA², JULIA GUARDA LARA HOLZ³, ¹NISSANA HIPPLER⁴ E MARINA SIMONI DE ÁVILA⁵

Abordagem familiar; atenção primária; relato; experiência

DISCUSSÃO

A família é o primeiro grupo social no qual um indivíduo é inserido. Segundo Nathan Ackerman em sua obra “A psicodinâmica da vida familiar - diagnóstico e tratamento das relações familiares”, a família é o modelo universal para o viver; ela é unidade de crescimento, de experiência, de sucesso e fracasso, ela é também unidade de saúde e doença (ACKERMAN, 1958). Por esta razão, ter conhecimento sobre a estrutura, composição, papéis e funções desempenhadas por seus membros auxiliam nos processos para adequar a abordagem familiar necessária a determinado núcleo. Sendo assim, a abordagem familiar é uma ferramenta vital no cuidado domiciliar, além de amparo para os indivíduos nos processo de saúde-doença da família.

O serviço de Atenção Primária à Saúde (APS) abrange um conjunto de ações desde prevenção, diagnóstico e tratamentos, até a reabilitação e redução de danos na saúde individual e coletiva, de forma a impactar de maneira positiva a população de um território (KLINKMAN & WEEL, 2011). No Brasil, busca-se utilizar um método centrado na pessoa, o qual visa uma abordagem médica de olhar ampliado, que leva em consideração o contexto social e cenário econômico no qual o paciente está inserido. Para mais, é preciso entender que os Determinantes Sociais em Saúde (DSS) também auxiliam no desenvolvimento de abordagens personalizadas e direcionadas para as necessidades específicas da pessoa/família.

¹ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: gabriela.tomaz@sou.ucpel.edu.br

² Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: luiza.pureza@sou.ucpel.edu.br

³ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: julia.holz@sou.ucpel.edu.br

⁴ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: nissana.hippler@sou.ucpel.edu.br

⁵ Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: marina.avila@sou.ucpel.edu.br

Pesquisadores e autores do livro “Medicina Centrada no Paciente - Transformando o Método Clínico”, propuseram o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), constituído por quatro componentes interativos, sendo eles: “explorando a saúde, a doença e a experiência da doença”, “entendendo a pessoa como um todo”, “elaborando um plano conjunto de manejo dos problemas” e “intensificando a relação entre pessoa e médico” (STEWART et al., 2014) A partir dos métodos centrados nas pessoas, entende-se que os determinantes sociais envolvidos corroboram para a prática de ações direcionadas às singularidades dos pacientes. Assim, a Atenção Primária à Saúde torna-se uma poderosa ferramenta de ligação das comunidades com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e assume o papel de firmar o compromisso com a saúde integral dos indivíduos e suas famílias.

Com o objetivo de levantar o maior número de informações dos pacientes em potencial para seleção familiar e realização da abordagem, foram aplicados questionários para coleta de dados com os aqueles que frequentam a Unidade Básica de Saúde Sanga Funda em Pelotas/RS. Posteriormente, foi feita a análise do índice de vulnerabilidade familiar. Após a determinação da família a ser abordada, a primeira visita domiciliar foi realizada para recolher informações para a construção do Genograma da paciente índice, Figura 1, além do agendamento de consulta clínica na UBS.

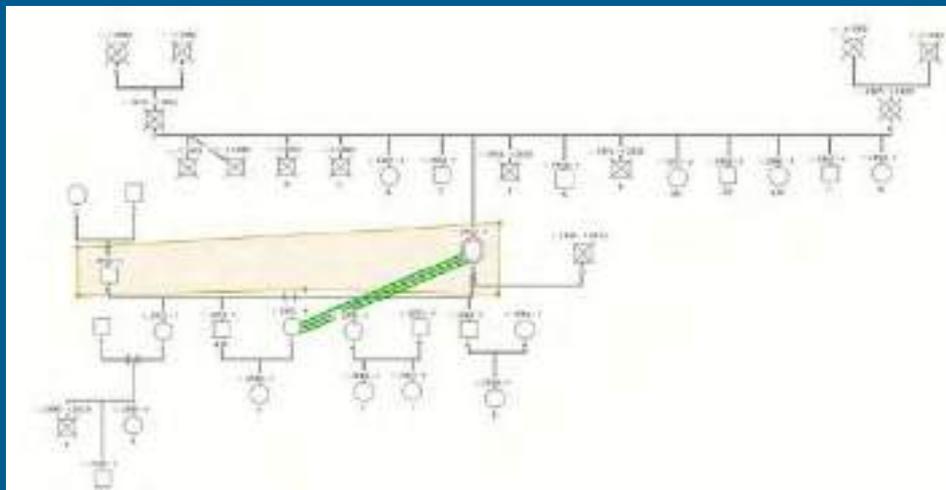


Figura 1 : Genograma

O Genograma, também chamado de heredograma e popularmente conhecido como árvore genealógica, é um instrumento facilitador na promoção da assistência em seus diferentes níveis (MCGOLDRICK et al., 1985). De fácil execução e por seu formato gráfico de página única, o genograma facilita a visualização do contexto familiar e de suas principais características. Este é indicado para estar presente no prontuário médico,

servindo de consulta para os membros da equipe de saúde. Por tais motivos, é considerado uma ferramenta de auxílio ao acesso à situação psicossocial, fornecendo uma visão mais integral do paciente.

Na consulta clínica, exames de rotina foram solicitados, bem como a renovação de receitas. Com base na consulta e nas informações expostas pela paciente, desenvolveu-se uma abordagem familiar com objetivo de orientá-la quanto à importância de mudanças no estilo de vida e informar sobre os processos de envelhecimento em uma linguagem clara e de fácil compreensão por parte da paciente. A paciente era analfabeta, porém apresentava entendimento com números e figuras. Desta forma, desenvolveu-se um diário de rotina para controle da realização de atividade física, da alimentação saudável e da ingestão excessiva de doces nos quinze dias seguintes, Figura 2.

	SEG	TER	QUA	QUII	SEX	SÁB	DOM
							
							
							

Figura 2 : Diário de Rotina

A utilização de figuras e desenhos para referenciar as atividades, e a disposição similar ao calendário semanal auxiliaram na visualização dos hábitos ao longo da semana e aumentaram o engajamento da paciente com o tratamento. A cartilha do idoso e as orientações a respeito dos riscos de queda também foram mencionadas.

Após duas semanas, uma segunda visita domiciliar foi realizada para recolhimento de informações para construção do Ecomapa, acompanhamento do diário de rotina e reafirmação das orientações para manutenção dos bons hábitos.

A partir das atividades desenvolvidas, a vivência acadêmica e formativa tornou-se mais rica. A abordagem familiar com pacientes vulneráveis demonstra o quão fundamental é propor ações que se adaptem e atendam às especificidades da família selecionada. Ademais, a criação de linhas de atuação personalizadas para o indivíduo auxiliam na aderência do tratamento

e das propostas de intervenção. Para mais, as atividades de extensão promovidas pela universidade são ações ímpares na formação de profissionais mais capacitados e com olhar crítico, escuta ativa e sensível, preocupados em resolver as adversidades e atender de forma integral o paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, espera-se que a paciente siga com as indicações e instruções recomendadas para que a haja uma qualidade maior de vida concomitante ao processo de envelhecer. Nota-se que o vínculo com a UBS foi restabelecido e que a relação médico-paciente de proximidade e confiança foi retomada, a qual facilitará o acompanhamento do tratamento. Por fim, com o aprimoramento da abordagem familiar, a manutenção de premissas básicas do Sistema Único de Saúde, como a integralidade e a longitudinalidade, foram preservadas, bem como os atributos da APS com enfoque no Métodos Clínico Centrado na Pessoa como proposto por Moira Stewart.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Nathan. **The psychodynamics of family life : diagnosis and treatment of family relationships**. Nova York: Basic Books, 1958

KLINKMAN, Michael; WEEL, van Chris. **Prospects for person-centred diagnosis in general medicine**. *Journal of evaluation in clinical practice* vol. 17,2 (2011): 365-70. doi:10.1111/j.1365-2753.2010.01582.x

STEWART, Moira; BROWN, Judith Belle; WESTON, Wayne; FREEMAN, Thomas; RYAN, Bridget L.; MCWILLIAM, Carol L.; MCWHINNEY, Ian R. **Patient-centered medicine: transforming the clinical method**. London: Radcliffe Publishing, 2014

MCGOLDRICK, Monica; GERSON, Randy; PETRY, Sueli. **Genograms Assessment and Intervention**. New York: SecEd. W.W.Norton & Company, 1985

SAÚDE NA TERCEIRA IDADE: ALONGAMENTOS E MOBILIDADE COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA EM GRUPOS COMUNITÁRIOS

IZADORA CALVETTI KAWSKI¹; ESTEFÂNIA SILVEIRA DE MORAES²

¹Graduanda do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) Pelotas, RS. Extensionista do Projeto Fisioterapia Aplicada na Saúde da Mulher e do Idoso. Brasil; E-mail: izadorakawski@gmail.com

²Docente do curso de Fisioterapia Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas, RS, Brasil. Coordenadora do Projeto Fisioterapia Aplicada na Saúde da Mulher e do Idoso; E-mail: estefania.moraes@ucpel.edu.br

Palavras-Chave: Fisioterapia; Saúde; Estratégia; Envelhecimento; Autonomia Pessoal

INTRODUÇÃO

O envelhecimento global vem sendo ressaltado nos últimos anos pelos principais órgãos governamentais, já que o número de pessoas idosas com mais de 60 anos vem superando as da faixa etária de 5 anos, modificando a visão estrutural da pirâmide etária mundial (ONU, 2019). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil a pirâmide etária era composta predominantemente por jovens, mas vem invertendo os números nos últimos anos e até mesmo se igualando, evidenciando que 57,4% do país compõe a terceira idade (IBGE, 2022). Diante das demandas e do declínio fisiológico desta população é preciso compor estratégias públicas nas esferas políticas e de saúde, que possam promover melhorias com impacto positivo à qualidade de vida dos idosos.

Nesta perspectiva, Pelotas-RS, em setembro de 2024, recebeu a nomeação de “Cidade Amiga do Idoso”, integrando a cidade a Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas (GNFACC). Consequentemente, tal iniciativa visa a promoção da saúde e garantias de acessibilidades nas barreiras físicas, ambientais e sociais aos idosos, entre outros que possam promover o envelhecimento ativo. O declínio fisiológico, apesar de ser algo natural a todo organismo humano, traz consigo alterações tais como: comorbidades, perda de peso não intencional, estresse, diminuição da força, sedentarismo, alteração da marcha e equilíbrio, além de aumentar os riscos associados a outras doenças crônicas e degenerativas (VIEIRA; BRITO; DA SILVA, 2023).

¹Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: izadorakawski@gmail.com

²Universidade Católica de Pelotas (UCPel); e-mail: estefania.moraes@ucpel.edu.br

Diante do exposto, a Política Nacional da Pessoa Idosa (PNSPI) incentiva o envelhecimento saudável por meio de ações à promoção em saúde, objetivando a prevenção de fragilidades, a fim de diminuir os riscos, estimular a convivência em grupos e a educação em saúde (TRINTINAGLIA; BONAMIGO; AZAMBUJA, 2022). Em consonância com a implementação das políticas públicas a terceira idade, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) desempenha um papel fundamental por meio do Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES) e do Programa de Extensão Fisioterapia na Comunidade: Projeto Saúde do Idoso, coordenado pela professora Estefânia Silveira de Moraes.

O projeto de extensão busca a promoção da saúde do idoso a partir de oficinas coletivas com atividades cinesioterápicas, conduzidas por movimentos corporais e práticas das capacidades físicas, com caráter preventivo. Tais iniciativas buscam a difusão dos exercícios físicos e o fortalecimento da rede de apoio social, oferecendo um espaço interativo/relacional, onde os idosos são acolhidos e valorizados, além de adquirirem maior autonomia no cotidiano.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é relatar a experiência de uma intervenção realizada por meio do Programa de Extensão Fisioterapia na Comunidade: Projeto do Idoso, por meio da manutenção da capacidade funcional, motora e psicoemocional dos participantes na terceira idade. Busca-se, por meio de atividades de alongamento, mobilidade e exercícios físicos, a progressão na melhora da funcionalidade articular, redução dos riscos de quedas e o fortalecimento da autonomia durante e após os encontros coletivos no CETRES.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A oficina é estruturada em três turmas, com aproximadamente vinte idosos, cujo os atendimentos são realizados em modalidade coletiva, às sextas-feiras, nos turnos matutino e vespertino. Cada sessão tem duração média de 50 minutos. As sessões são elaboradas pelos alunos do curso de Fisioterapia da UCPel sob a coordenação da professora Estefânia Moraes. A estrutura e a sala utilizadas para as práticas são fornecidas pela universidade, em parceria com o Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ), atrelado à instituição.

O desenvolvimento das dinâmicas ocorre em cooperação ao projeto de extensão e o CETRES, ambos vinculados à UCPel. Deste modo, atuam para a garantia da promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade da terceira idade, incentivando uma longevidade saudável e maior autonomia nas atividades diárias. Neste contexto, as aulas são realizadas apenas uma vez por semana e, por este motivo, buscam englobar toda capacidade cor-

poral da pessoa idosa dentro do planejamento das atividades coletivas. Tais práticas são continuamente adaptadas às intenções do projeto para que os idosos participem e sintam-se instigados. Os exercícios lúdicos visam o fortalecimento muscular, prevenção de lesões, o recrutamento da marcha e o aprimoramento do equilíbrio. Ademais, o alongamento e a mobilidade são executados duas vezes por aula, antes e depois das práticas corporais recreativas, sendo fundamentais para uma boa performance dentro da proposta quanto aos componentes de força, funcionalidade, marcha, coordenação e flexibilidade, tendo como duração de no máximo cinco minutos por sessão, buscando preparar e recuperar o corpo dos idosos.

É possível observar que a modalidade coletiva é fundamental durante o decorrer das atividades, pois desta forma os idosos conseguem comparar o seu desenvolvimento pessoal com outros participantes, realizar os exercícios, estimular uns aos outros e, assim, aderir ao planejamento proposto pelo projeto. Por isso, a continuidade fora do ambiente do projeto é essencial para os avanços nas questões do envelhecimento ativo e saudável, objetivando o controle da dor, melhora da capacidade funcional e possível regressão de algumas comorbidades, a partir dos estímulos fisiológicos, psicológicos e sociais capazes de impactar na promoção da saúde e qualidade de vida dos idosos.

DISCUSSÃO

O processo natural do envelhecimento traz mudanças físicas e psicossociais que frequentemente remodelam a autopercepção que os idosos têm de si mesmos e de seu papel na sociedade. Para muitos, a transição de uma vida ativa, como provedores e figuras centrais em decisões familiares, para uma fase marcada por limitações físicas e sociais pode gerar sentimentos de isolamento, inutilidade e sensação de descarte (SANTOS, 2024). Estes fatores são capazes de contribuir para a progressiva redução da mobilidade física e da participação no coletivo.

Nesta perspectiva, o projeto destacou-se como uma ferramenta eficaz nos desafios associados ao envelhecimento ativo ao promover tanto o bem-estar físico quanto emocional dos participantes. A partir das atividades propostas foi possível observar a melhora na funcionalidade motora, da autonomia e interação social, aspectos fundamentais a serem resgatados para preservação corporal desta etapa da vida.

Entretanto, apesar dos pontos positivos, a frequência semanal limitada e a ausência de acompanhamento contínuo externo ao projeto demonstra-se um limitante para a consolidação da construção do hábito de prática de exercícios físicos como aliado ao envelhecimento ativo. Tal limitação põem em evidência a importância de políticas públicas que ampliem a oferta de iniciativas semelhantes à proposta pela UCPEL, abrangendo o acesso e regularizando atividades voltadas para a terceira idade, reintegrando esse público na sociedade, permitindo novas experiências e o sen-

timento de pertencimento.

Nesta linha de pensamento, a implementação de ações que possam convergir com a saúde, a comunidade e os direitos dos idosos, é imprescindível para reduzir custos associados à saúde e estimular a percepção de valor social, o que permite aos idosos melhorar a qualidade de vida e bem-estar. Sendo assim, iniciativas como o projeto de extensão universitária, aliadas à criação de políticas públicas e comprometidas com a comunidade, têm o potencial de promover a reintegração social dos idosos, fortalecer laços comunitários, resgatar a autoestima, promovendo o viver saudável e ativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Projeto Saúde do Idoso e do Idoso fomenta a vivência de experiências por meio da cinesioterapia em sessões coletivas, proporcionando a reavaliação da percepção sobre a capacidade adaptativa dos idosos sobre si, desmistificando a ideia de que são frágeis e dependentes. O planejamento de práticas lúdicas tem como foco a simulação de situações reais e que muitas vezes são limitantes a sua condição motora e funcional. Sendo assim, os exercícios são essenciais para promover a segurança da mobilidade, a prevenção de lesões, melhora na condição de dor, desempenho cognitivo, maior flexibilidade, permitindo a esta comunidade maior autonomia nas suas atividades de vida diária.

Portanto, o feedback evidenciado pelos idosos foi positivo nos aspectos físicos e mentais. Entretanto, a frequência semanal das atividades foi considerada insuficiente para as melhorias em questões individuais complexas, por isso a necessidade de complementação fora do ambiente do IMDAZ. Conclui-se que o projeto possibilita agregar vivências e conhecimentos práticos às questões acadêmicas na promoção da saúde e bem-estar dos idosos.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS



FIGURA 1: Realização de alongamentos e mobilidade articular



FIGURA 2: Exercício simulando o “jogo da velha” em tamanho real



FIGURA 3: Festa junina integrativa com lanche coletivo e atividades

REFERÊNCIAS:

DO NASCIMENTO JUNIOR, L.L.; GUIMARÃES, V.S; CHAVES, C.T.O.P. Fisioterapia Preventiva na Terceira Idade. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 12, n. 1, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência de Notícias [Internet]. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 26 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). World Population Ageing 2019 [Internet]. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing-2019-Report.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

SANTOS, K. C. R. Fisioterapeuta e a saúde do idoso na atenção básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 07, Vol. 01, pp. 153-160

TRINTINAGLIA, V.; BONAMIGO, A. W.; AZAMBUJA, M. S. Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa. Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde, 35, 15, 2022

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DESCOBRINDO A SAÚDE BUCAL COM O TEATRO DO CONSULTÓRIO MÁGICO

JAMILE PAES DO AMARAL GULARTE¹; BRUNA GODINHO CORRÊA²; BEATRIZ BIDIGARAY¹

¹ Curso de Odontologia, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Autor correspondente: bruna.godinho@sou.ucpel.edu.br

PALAVRAS-CHAVES: Vulnerabilidade social; Desenvolvimento infantil; Odontopediatria; Saúde bucal.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é um conceito amplo que descreve as condições de fragilidade enfrentadas por indivíduos ou grupos em diversas dimensões da vida, como a econômica, educacional, cultural e ambiental. Ela não se limita à falta de recursos financeiros, mas também envolve processos de exclusão social, discriminação e dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Segundo Chambers (1989), a vulnerabilidade é caracterizada pela exposição ao risco e pela incapacidade de reagir ou se recuperar das adversidades, sendo, portanto, um reflexo da desigualdade estrutural e da falta de suporte.

No contexto infantil, essa situação é especialmente preocupante, pois afeta o desenvolvimento integral das crianças, comprometendo suas dimensões física, emocional, cognitiva e social. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) revelam que cerca de 400 mil crianças brasileiras entre 6 e 14 anos estão fora da escola, evidenciando um preocupante cenário de exclusão educacional.

Diante desse cenário, as atividades lúdicas despontam como uma ferramenta poderosa para promover o aprendizado e o desenvolvimento infantil. Estudos na área da pedagogia e psicologia demonstram que, ao brincar, as crianças aprendem de maneira natural e significativa, pois o lúdico estimula a curiosidade, a criatividade e a interação social. Além disso, as brincadeiras permitem que conceitos complexos sejam abordados de forma leve e acessível, favorecendo a retenção do conhecimento e o fortaleci-

mento de habilidades socioemocionais. (Calixto e Batista, 2017). De acordo com Piaget (1975), o jogo é essencial para o crescimento cognitivo e emocional da criança, pois proporciona experiências concretas que facilitam a assimilação e a acomodação de novos aprendizados.

Um exemplo prático dessa abordagem foi o projeto realizado pela disciplina de Odontologia em Saúde Coletiva, ministrada pela professora Beatriz Bidigaray, com alunos do primeiro semestre do curso de Odontologia.

OBJETIVO

Promover a educação em saúde bucal infantil por meio de estratégias lúdicas que desmitifiquem a ida ao dentista, reduzindo medos ou traumas associados ao atendimento odontológico. Busca-se também, ensinar a técnica correta de escovação, destacar a importância da higiene bucal para a saúde geral e fomentar hábitos saudáveis desde a infância.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O projeto, que teve duração total de aproximadamente seis horas, foi desenvolvido por um grupo de sete alunos do curso de Odontologia, sob a orientação da professora Beatriz Bidigaray. A ação ocorreu na Escola Estadual Rachel Mello, localizada no bairro Sanga Funda, uma área marcada pela vulnerabilidade social na cidade. Por meio de atividades lúdicas como teatro, músicas e fantoches, o projeto teve como objetivo desmistificar o medo de ir ao dentista entre as crianças. Aproximadamente 100 alunos das primeiras, segundas e terceiras séries participaram da atividade, que não apenas promoveu hábitos saudáveis de higiene bucal, como também criou um ambiente acolhedor e divertido para o aprendizado. Dessa forma, brincando, as crianças puderam compreender a importância da escovação correta e do cuidado dental, demonstrando como a educação lúdica pode transformar desafios em oportunidades de crescimento.

A primeira etapa consistiu no contato com a direção da escola para alinhar o interesse da instituição em participar da atividade. A proposta inicial envolvia a realização de brincadeiras educativas que abordassem a importância da saúde bucal para as crianças das primeiras séries do Ensino Fundamental. As atividades foram organizadas conforme a faixa etária das turmas, com destaque para o uso de técnicas lúdicas como teatro e dramatizações, que tornaram o aprendizado mais interativo e envolvente.

Nas turmas do 1º e 2º ano, a atividade iniciou com a interpretação de uma história protagonizada por personagens lúdicos: as “fadas”, que contavam a história dos doutores Bia e Dudu. A narrativa, de forma interativa, enfatizava a importância das consultas odontológicas. Durante a encenação, um dos estudantes de Odontologia interpretou uma criança no consultório odontológico, enquanto as “fadas” entregavam escovas e pastas de den-

te para realizar o momento de escovação orientada. Um aluno auxiliava a dentista (professora Beatriz), e as escovações eram demonstradas com o auxílio de bonecos e bocas de demonstração, permitindo que as crianças visualisassem os movimentos corretos. Durante o processo, outros alunos ajudavam as crianças na execução de suas próprias escovações.

Além disso, instrumentos odontológicos, que frequentemente causam estranhamento, foram apresentados às crianças para reduzir o medo associado à primeira ida ao consultório odontológico. Ao final da atividade, era ressaltado o bom comportamento do aluno que interpretava o paciente, destacando que ele estava com dentes perfeitos, sem “monstros” causados pela cárie. As crianças que participaram ativamente também receberam recompensas, como tatuagens temporárias, desenhos para colorir e balões, estimulando-as a manter o bom comportamento durante as futuras consultas odontológicas.

O projeto, como um todo, foi bem-sucedido ao promover uma experiência lúdica e educativa, incentivando a conscientização sobre a saúde bucal, além de reduzir medos relacionados ao consultório odontológico e fortalecer os hábitos de higiene dental nas crianças desde a infância.

DISCUSSÃO

A vulnerabilidade das crianças em relação à saúde pública, especialmente no campo da odontologia, é uma preocupação significativa, uma vez que muitas crianças em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades para acessar cuidados odontológicos. Fatores como pobreza, falta de informação e a ausência de serviços adequados afetam negativamente a saúde bucal infantil, resultando em altas taxas de cáries e outras doenças bucais (OMS, 2020). Além disso, a saúde bucal está intimamente relacionada à saúde geral, e a falta de tratamento odontológico adequado pode gerar consequências a longo prazo, como problemas de autoestima e dificuldades de aprendizagem (SILVA E VERA, 2024).

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel essencial na promoção da saúde bucal, mas muitas crianças ainda enfrentam dificuldades para acessar esses serviços devido à localização das unidades de saúde e à falta de transporte e profissionais qualificados. Em Pelotas, as condições nas áreas periféricas agravam esses desafios, exigindo o fortalecimento de políticas públicas e parcerias com organizações não governamentais para garantir acesso à educação e saúde adequadas. A colaboração entre governo, sociedade civil e comunidade é fundamental para combater as desigualdades (BRASIL, 1988).

Iniciativas que utilizam abordagens lúdicas, como teatro e brincadeiras, têm mostrado ser eficazes na educação em saúde bucal. A aprendizagem lúdica, como apontado por Vygotsky (1978), favorece o engajamento emocional e cognitivo das crianças, tornando o tema mais acessível e menos intimidador. O projeto desenvolvido pelos alunos do curso de Odontologia,

usou essas abordagens para envolver as crianças e promover o aprendizado de cuidados bucais. Além disso, essa iniciativa contribuiu para a inclusão social, ao fornecer informações essenciais e reduzir as barreiras ao acesso ao tratamento odontológico para crianças em situação de vulnerabilidade. Ademais, reforçou a importância da formação de profissionais de saúde com uma visão integrada, que considera a saúde física, mental e social, é essencial para garantir uma atenção de qualidade (BRASIL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o objetivo do grupo foi alcançado, pois houve uma redução significativa nos medos das crianças em relação à ida ao dentista, por meio das abordagens lúdicas. Através dessas atividades, foi possível ensinar de maneira envolvente a técnica correta de escovação. Observou-se também que as crianças participaram ativamente, demonstrando engajamento e receptividade durante todo o processo. O sucesso educativo da ação foi evidenciado pelo retorno dos alunos, que realizaram o exame CPO, índice que mede o número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados nas mesmas crianças, as quais, além de lembrarem dos estudantes, relataram o uso das escovas distribuídas e aceitaram o exame odontológico de maneira natural, sem demonstrar receios. A experiência foi enriquecedora tanto no aspecto profissional quanto pessoal, pois permitiu a quebra de barreiras no manejo com as crianças e proporcionou uma reflexão sobre a importância do diálogo e da empatia nas interações humanas, aspectos fundamentais na formação de um atendimento odontológico mais humanizado e eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

CALIETO, A. C.; BATISTA, F. M. R. C. A importância do lúdico na educação infantil. Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, v. 8, n. 19, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/mimil/Downloads/4780-32233-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin, Brighton, v. 20, n. 2, p. 1-7, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório global sobre a prevalência de cáries dentárias nas crianças. 2020. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 13 dez. 2024.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIAGET, J. O nascimento da inteligência na criança. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SILVA, I. L. da; VERA, S. A. A. Escovação supervisionada em crianças. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 2986–2999, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n7p2986-2999. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2667>. Acesso em: 13 dez. 2024.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de E. R. de M. Costa. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

OS GUARDIÕES DA CIDADELA - A JORNADA DOS ALIMENTOS MÁGICOS: UM CONTO SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

JOÃO PAULO DE CASTRO HAICAL¹; ANA ISABEL CALABUIG MENDES²; ARIANE BEATRIZ BIANCHI³; DANIEL BORSARI KIRCHESCH⁴; JOANA DIENSTMANN NAVARRO⁵; JÚLIA BÖHMER WENDT⁶; LUCAS MAURENTE BICA⁷; MARIA CLARA RAMOS SALDAÑA⁸; MARINA PEDRONI WEEGE⁹; MARINA SILVEIRA VILLELA¹⁰; RAFAEL MARTINS MENDES¹¹; MARIA NOEL MARZANO RODRIGUES¹²

Palavras-chave: Obesidade Infantil; Integração Comunitária; Narrativa Gráfica

INTRODUÇÃO

A determinação social da saúde, a promoção e prevenção de agravos estão presentes em diversas diretrizes, como as da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2013). Este documento sugere a necessidade de haver implantação de estratégias nacionais, locais e regionais efetivas integradas para a redução da morbi-mortalidade relacionada à alimentação inadequada.

O ganho de peso indevido nas crianças pode estar associado à obesidade da gestante ou diabetes gestacional. Após o nascimento, pode estar associado à interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo e à introdução alimentar inadequada com a oferta de alimentos ultraprocessados. Também, o sedentarismo e aspectos comportamentais, são fatores de risco (SMITH, KOBAYASHI, 2020; THOMAS-EAPEN, 2021). Na região Sul, atualmente 11,52% das crianças de 5 a 10 anos são obesas, representando o maior índice do país (SISVAN, 2024).

Para garantir a capacidade da população em adotar hábitos de vida saudáveis, são necessárias ações que tornem essas escolhas factíveis. Intervenções comunitárias relativas à alimentação podem constituir estratégias práticas contra a crescente epidemia de obesidade infantil. Na prática extensionista com crianças, o conto representa um artefato cultural importante para disseminação de informações de forma humanizada e criativa. Iniciativas como essa são mecanismos reconhecidamente eficazes para a sensibilização à adoção de hábitos de vida saudáveis (BOOG, 1999; SOUZA et al., 2018).

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Universidade Católica de Pelotas; pao.haical@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas; ana.calabuig@sou.ucpel.edu.br

³Universidade Católica de Pelotas; ariane.bianchini@sou.ucpel.edu.br

⁴Universidade Católica de Pelotas; daniel.kircheschi@sou.ucpel.edu.br

⁵Universidade Católica de Pelotas; joana.navarro@sou.ucpel.edu.br

⁶Universidade Católica de Pelotas; julia.wendt@sou.ucpel.edu.br

⁷Universidade Católica de Pelotas; ucas.bica@sou.ucpel.edu.br

⁸Universidade Católica de Pelotas; maria.saldana@sou.ucpel.edu.br

⁹Universidade Católica de Pelotas; marina.weege@sou.ucpel.edu.br

¹⁰Universidade Católica de Pelotas; marina.villela@sou.ucpel.edu.br

¹¹Universidade Católica de Pelotas; rafael.mendes@sou.ucpel.edu.br

¹²Universidade Católica de Pelotas; maria.rodrigues@ucpel.edu.br

OBJETIVO

O objetivo da ação foi promover educação popular sobre alimentação saudável para o enfrentamento da obesidade infantil, nas salas de espera dos serviços de assistência à saúde, vinculados à Universidade Católica de Pelotas (UCPel), utilizando um conto desenvolvido por estudantes da Unidade Curricular Extensionista II do curso de Medicina.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A etapa de diagnóstico incluiu a pesquisa no SISVAN, com os seguintes filtros: ano – 2024; meses – janeiro/agosto; município de Pelotas-RS e relatório por estabelecimento de saúde; idades – 2 a <5, 5 a <7 e 7 a 10 anos. A extração de dados focou nas UBS vinculadas à UCPel (Tabela 1).

Tabela 1: Estado nutricional de indivíduos acompanhados em unidades básicas de saúde com vínculo ao curso de Medicina. Pelotas-RS (2024).

UBS	2 a <5 anos		5 a <7 anos		7 a 10 anos	
	Acima do peso (n)	% do total de avaliados	Acima do peso (n)	% do total de avaliados	Acima do peso (n)	% do total de avaliados
Areal I	3	23,08	3	30,00	4	66,67
Balsa	7	15,91	4	11,11	6	21,43
Bom Jesus	15	10,20	16	17,25	7	17,07
Fátima	4	11,43	2	15,38	4	19,05
Leocádia	3	15,00	1	10,00	2	25,00
Pestano	5	8,33	10	27,03	8	25,18
Py Crespo	9	11,54	8	13,79	10	27,03
Sanga Funda	10	10,42	10	17,45	9	20,00
União de Bairros	9	13,64	3	10,00	4	25,00
Média±DP		13,28±4,39		16,89±2,69		27,38±15,10

Fonte: Brasil, Ministério da Saúde, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), 2024.

Evidenciou-se que o percentual de crianças com sobrepeso atendidos na atenção primária, está acima do observado no país para as três faixas etárias contempladas (2 a <5 anos: 7,16%; 5 a <7: 10,30%; e 7 a 10 anos: 13,92%).

O grupo de estudantes utilizou a metodologia 5WH2 para definir o plano de ação. Um líder foi designado para gerenciar o projeto e dar as devolutivas necessárias aos docentes para orientação, através do portfólio digital

do estudante. Os horários de sala de aula foram reservados para o trabalho em equipe, em sete etapas: conceitualização; investigação; criação do modelo; ilustração; escrita - original; revisão e edição.

O embasamento teórico para o conto, abrangeu a PNAN (BRASIL, 2013) e o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Além do estudo de aspectos de construção de narrativas médicas (GROSSMAN&CARDOSO,2006; SOUZA et al., 2018). Técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PNL) foram empregadas para aprimorar a adaptação do texto ao público infantil e para criar as imagens, garantindo clareza e engajamento (OPENAI).

O conto intitulado, Os Guardiões da Cidadela: A Jornada dos Alimentos Mágicos, foi o recurso desenvolvido para a ação de educação popular em saúde (Figura 1). A narrativa utilizou personagens míticos que interagem com crianças, e utilizavam alimentos com meios para salvar a cidadela. Os “poderes mágicos” adivinham das características nutricionais dos alimentos e seus benefícios para o desenvolvimento infantil. Além do conto ilustrado, atividades lúdicas para fixar o conhecimento foram desenvolvidas. O material foi validado por uma banca de docentes e monitores, conforme orientado por Costa & Jorge (2022).

Na prática extensionista de outubro e novembro, a contação de histórias ocorreu nas salas de espera, em encontros quinzenais de duas horas. A ação foi estruturada em três etapas: leitura e interação; discussão temática; - desafios práticos para uma alimentação saudável. As crianças e seus cuidadores eram convidados a resolver tarefas que reforçaram os aprendizados, como identificar alimentos saudáveis e planejar refeições balanceadas. As atividades de leitura continuarão no ano de 2025.

Figura 1: Os Guardiões da Cidadela: A Jornada dos Alimentos Mágicos. Pelotas-RS (2024).



Fonte: Os autores (2024).

DISCUSSÃO

A elaboração de contos, ou outros materiais educativos deve envolver etapas de validação. Isso se deve à necessidade de divulgar informações confiáveis à população (RIBEIRO & SPADELLA, 2018). Nesse aspecto, alguns desafios foram identificados, como por exemplo, aprimorar o conteúdo das atividades interativas para garantir engajamento e maior eficácia educativa; ampliar o alcance das ações extensionistas para um maior número de crianças; meios e ferramentas para mensurar o impacto a longo prazo. Para isso, o grupo de estudantes e monitores, empreenderá esforços para continuar aprimorando o material didático produzido.

Para os acadêmicos envolvidos, o projeto representou um laboratório de aprendizado interdisciplinar, unindo conhecimentos teóricos sobre nutrição, saúde pública e comunicação. Além disso, os estudantes desenvolveram habilidades de mediação cultural e aprimoraram suas capacidades de diálogo com famílias e crianças. Entende-se que para a comunidade, o projeto proporcionou uma abordagem inovadora e acessível para discutir alimentação saudável, ampliando o entendimento sobre a importância de escolhas conscientes no dia a dia.

Os métodos educativos baseados em narrativas podem ser mais eficazes do que abordagens tradicionais, especialmente entre públicos infantis (GROSSMAN & CARDOSO, 2006; RIBEIRO & SPADELLA, 2018; SOUZA et al., 2018). O conto

apresentado neste trabalho exemplifica como a extensão universitária pode inovar na promoção da saúde, integrando conhecimentos e criatividade. Ademais, a aplicação de ferramentas de inteligência artificial, como o PNL, demonstra o potencial das tecnologias para personalizar materiais educativos, tornando-os mais relevantes e acessíveis aos distintos públicos. Contudo, é essencial investir em pesquisas que avaliem o impacto de suas iniciativas, garantindo sua sustentabilidade e eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência evidenciou o potencial de contos como instrumentos de educação em saúde, bem como do potencial uso da IA como ferramenta para os estudantes. Apesar das limitações iniciais, a metodologia mostrou-se promissora, unindo extensão universitária, inovação tecnológica e engajamento comunitário. Desta maneira, entende-se que o projeto reforça a importância de abordagens criativas na saúde pública, especialmente em temas críticos como a obesidade infantil. Sua replicabilidade e acessibilidade abrem caminho para novas intervenções que integrem ciência e cultura na construção de uma sociedade mais saudável.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

SMITH, J. D.; FU, E.; KOBAYASHI, M. A. Prevention and management of childhood obesity and its psychological and health comorbidities. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 16, p. 351-378, 2020.

THOMAS-EAPEN, N. Childhood obesity. *Primary Care*, v. 48, n. 3, p. 505-515, 2021.

BRASIL. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). 2021.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, supl. 1, p. S139-S147, 1999.

SOUZA, R. L. et al. Contos como instrumento de educação em saúde: relato de experiência em um projeto com crianças. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 5, p. 1613-1620, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

GROSSMAN, E.; CARDOSO, M. H. C. de A. As narrativas em medicina: contribuições à prática clínica e ao ensino médico. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 30, n. 1, p. 6-14, 2006.

OPENAI. ChatGPT: modelo de linguagem baseado em IA. Versão 4.0. Disponível em: <https://www.openai.com/chatgpt>.

COSTA, L. L.; JORGE, T. M. Elaboração e validação de histórias infantis como estratégia de educação em saúde na fonoaudiologia. *CoDAS*, v. 34, n. 6, e20210309, 2022.

RIBEIRO, Z. M. T.; SPADELLA, M. A. Content validation of educational material on healthy eating for children under two years of age. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 36, n. 2, p. 155-163, 2018.

ESCANEAR, COMPARTILHAR E REPRODUZIR: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE PELOTAS

JOÃO PEDRO MARQUES¹; CAROLINA MAGALHÃES FALCÃO²; JAQUELINE PEGLOW³; LAURA WEBER SILVEIRA⁴; PEDRO STRIEDER VIEIRA⁵; GUSTAVO XAVIER SILVEIRA DOS SANTOS⁶; FERNANDA TOMIELLO⁷ (orientadora)

Palavras chaves: Patrimônio Cultural; Escaneamento Digital; Impressão 3D; Preservação Histórica; Participação Comunitária.

Este trabalho explora a preservação do patrimônio cultural da cidade de Pelotas, RS, por meio de técnicas de escaneamento digital e a impressão 3D. Considerando o risco de furtos e a degradação de monumentos e ornamentos históricos (IPHAN, 2024), a ação busca escanear, compartilhar e reproduzir elementos patrimoniais, promovendo a reflexão sobre o apagamento histórico cultural e fortalecendo a consciência coletiva sobre a importância da memória. Além disso, a iniciativa também visa fomentar uma relação mais próxima entre a população local e seu acervo cultural, promovendo uma dimensão educativa e participativa.

A relevância do tema é evidenciada pela rica herança arquitetônica de Pelotas, amplamente reconhecida por seus exemplares em estilo eclético, muitos dos quais estão vulneráveis a danos ou desaparecimentos (SANTOS, 2014). Entre os elementos mais representativos estão os mascarões, ornamentos de ferro fundido que, além de embelezarem as fachadas dos casarões históricos, constituem parte essencial da identidade visual e da memória coletiva da região. A degradação ou desaparecimento de tais elementos compromete não apenas o valor estético, mas também a compreensão histórica e cultural que esses patrimônios representam.

O objetivo principal é registrar, compartilhar e reproduzir elementos patrimoniais, através do escaneamento digital e impressão tridimensional, contribuindo para sua preservação. Além disso, busca-se sensibilizar a comunidade acerca da relevância do patrimônio cultural, incentivando

¹ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: joao.oliveira@sou.ucpel.edu.br

² Universidade Católica de Pelotas; e-mail: carolina.falcao@sou.ucpel.edu.br

³ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: jaqueline.peglow@sou.ucpel.edu.br

⁴ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: laura.silveira@sou.ucpel.edu.br

⁵ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: pedro.vieira@sou.ucpel.edu.br

⁶ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: gustavo.santos@sou.ucpel.edu.br

⁷ Universidade Católica de Pelotas; e-mail: fernanda.tomiello@sou.ucpel.edu.br

uma abordagem participativa. Os objetivos específicos são: documentar tridimensionalmente elementos ornamentais e arquitetônicos de Pelotas, utilizando tecnologias acessíveis; criar uma base digital de dados que permita a reprodução e divulgação desses elementos; promover eventos e exposições comunitárias que utilizem os modelos escaneados e impressos em 3D para conscientizar sobre o apagamento cultural. explorar intervenções artísticas, como a reinstalação de cópias impressas nos locais onde os originais foram furtados. desenvolver material educativo baseado nos modelos tridimensionais para uso em escolas e projetos sociais; e contribuir para a formação de um banco de dados histórico acessível ao público em geral.

Com relação à metodologia, após a definição dos elementos a serem escaneados, o estudo teve quatro etapas: as quais serão descritas e ilustradas a seguir: escaneamento, edição de modelos, impressão 3D e compartilhamento. Além disso, o compartilhamento dos resultados através de comunicação em eventos, relatos e artigos complementa tais procedimentos e contribui para sua replicabilidade.

A primeira etapa é o escaneamento, realizado com um *iPhone* com sensor *LiDAR* e os aplicativos *Scaniverse* e *Polycam* para captura digital dos elementos, conforme aparece na figura 1. A escolha dessa tecnologia se deu por sua acessibilidade e portabilidade, possibilitando o escaneamento direto no local dos monumentos. Durante o processo, foi necessário testar diferentes configurações para otimizar a qualidade do escaneamento em função das condições de luminosidade e tamanho dos objetos. Esses testes incluíram a calibração da distância ideal entre o sensor e os objetos, garantindo maior precisão nos detalhes capturados.

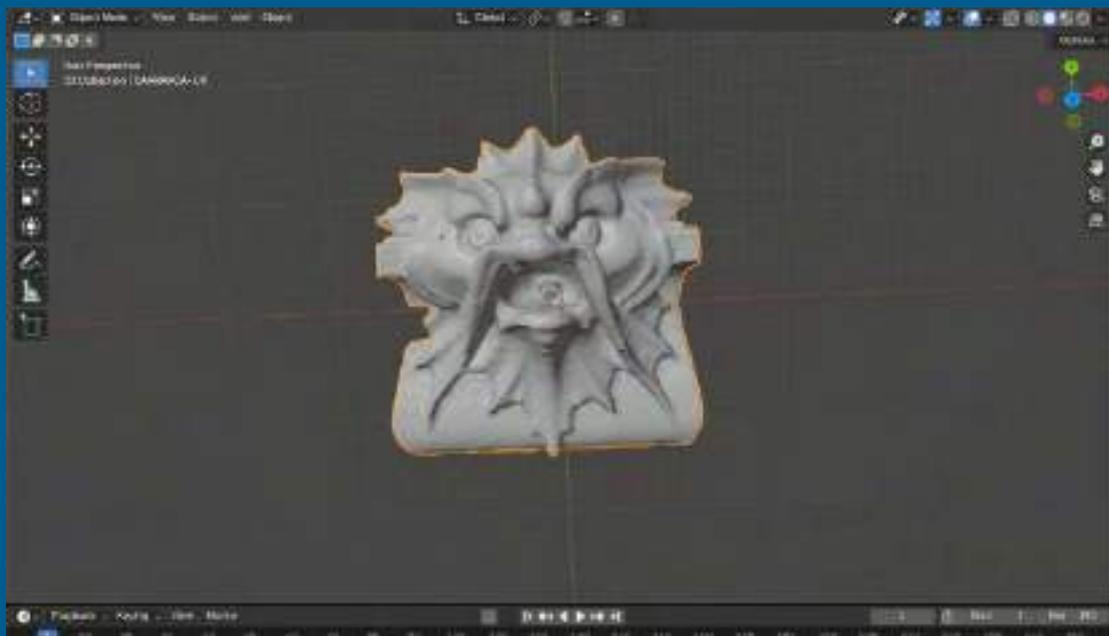
Figura 1:



Fonte: João Pedro Marques, 2024.

Através da edição de modelos são realizados ajustes e aprimoramentos foram realizados em *softwares* especializados como *3D Builder* e *Blender* (figura 2). Essa etapa incluiu a correção de lacunas nas malhas tridimensionais e a aplicação de texturas. As texturas originais foram restauradas utilizando técnicas de mapeamento UV, assegurando fidelidade visual ao modelo original. Além disso, foi testada a aplicação de texturas alternativas, como paletas de cores sólidas, para criar versões artísticas e dos modelos.

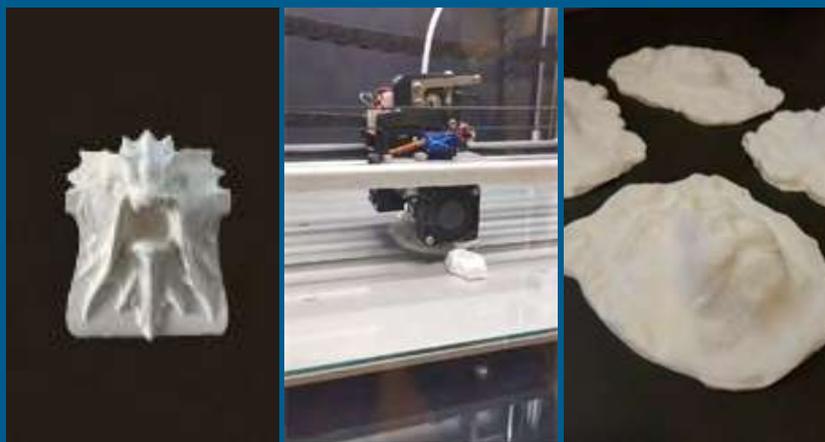
Figura 2:



Fonte: João Pedro Marques, 2024.

A impressão 3D foi feita em PLA, configurada e otimizada para garantir qualidade e fidelidade aos modelos originais. O processo incluiu testes com diferentes configurações de fatiamento e tempos de impressão, visando otimizar resultados. Peças maiores demandaram divisão em partes menores para impressão e posterior montagem. Materiais alternativos, como resinas biodegradáveis, também foram considerados para futuras aplicações, reforçando o compromisso com a sustentabilidade. A figura 3, abaixo, mostra alguns dos elementos impressos.

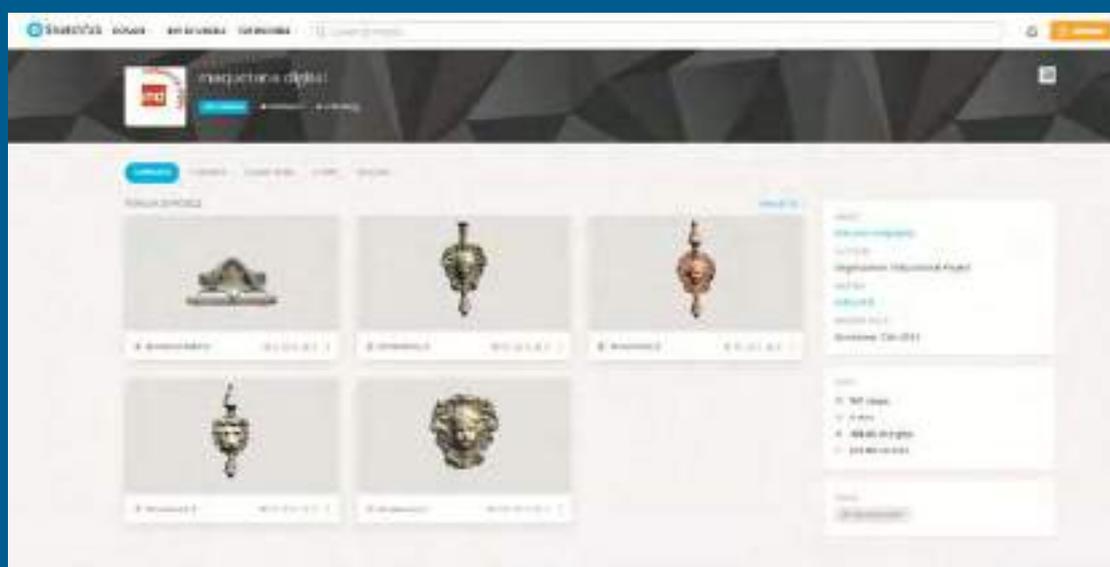
Figura 3:



Fonte: acervo dos autores, 2024.

Através do compartilhamento, os modelos digitais foram disponibilizados na plataforma *Sketchfab*, ampliando o acesso e o engajamento público. As ferramentas da plataforma permitiram a criação de coleções temáticas, organizando os elementos por tipo e contexto histórico. Além disso, foram realizadas formações internas para capacitar novos integrantes do Programa Maquetaria Digital a utilizarem as ferramentas de escaneamento e modelagem 3D. A figura 4 mostra a página da Maquetaria digital no Sketfab, a qual pode ser acessada pelo link <https://sketchfab.com/maquetaria.digital>.

Figura 4:



Fonte: acervo dos autores, 2024.

Após a conclusão das etapas iniciais em 2024, avançamos para um segundo momento de exploração de novas possibilidades. Com a experiência adquirida, concentramos esforços no refinamento das técnicas de reprodução, aprimorando os processos de impressão 3D para alcançar maior

precisão e qualidade. Com os modelos tridimensionais em mãos, desenvolvemos moldes de borracha projetados, garantindo a fidelidade aos detalhes e a durabilidade necessária para as próximas etapas. Por fim, esses moldes foram utilizados na produção de peças em resina, consolidando o processo e ampliando as possibilidades de aplicação dos resultados. Essa evolução representou um avanço no aprimoramento técnico e no desenvolvimento do projeto. A figura 5 mostra o molde de borracha e a reprodução em resina.

Figura 5:



Fonte: João Pedro Marques, 2024.

Os resultados indicam que o escaneamento, compartilhamento e reprodução de elementos patrimoniais contribui para sua preservação, valorização e possibilidade de replicabilidade. Além disso, constitui um potencial significativo para engajar a comunidade em ações de preservação. Durante eventos como o Dia do Patrimônio e a Feira do Livro, as exposições de modelos impressos suscitaram discussões importantes sobre a memória coletiva e o apagamento cultural. Esses eventos se mostraram eficazes para mobilizar a comunidade local, principalmente estudantes e professores, que passaram a atuar como agentes multiplicadores na conscientização sobre o tema.

Outro ponto de destaque é a possibilidade de integração com outras áreas do conhecimento. Por exemplo, os modelos tridimensionais podem ser utilizados em pesquisas acadêmicas sobre materiais e técnicas construtivas, bem como em estudos de restauração. A exploração artística também representa um campo promissor, pois permite reinterpretações criativas dos elementos patrimoniais, ampliando seu apelo para diferentes públicos. Adicionalmente, esses modelos podem ser empregados em projetos educacionais interativos, utilizando tecnologias como realidade aumentada e virtual para enriquecer o aprendizado sobre história e patrimônio.

De um ponto de vista mais amplo, este trabalho também contribui para a reflexão teórica sobre o papel das tecnologias digitais na preservação cultural. A abordagem proposta possibilita tanto a criação de novas formas de interação com o patrimônio quanto a ampliação de seu alcance para públicos mais diversos. A documentação tridimensional não apenas preserva as informações sobre os elementos patrimoniais, mas também facilita sua integração em ambientes virtuais, como exposições interativas e aplicativos de realidade aumentada. Além disso, o uso desses modelos em plataformas abertas incentiva a colaboração interdisciplinar, envolvendo a comunidade.

Por fim, a ação evidenciou o potencial do escaneamento, compartilhamento e reprodução de elementos patrimoniais para sua preservação, valorização e possibilidade de replicabilidade. Apesar de seu caráter experimental, o trabalho demonstrou que a integração entre tecnologia e participação comunitária pode gerar resultados significativos na documentação, reprodução e conscientização sobre o patrimônio cultural.

Como continuidade, pretende-se ampliar as ações, ampliando a formação de agentes capacitados a contribuir com a iniciativa, escaneando, compartilhando e reproduzindo mais elementos patrimoniais. Ademais, em futuras etapas do projeto pretende-se incluir a colaboração com artistas e educadores locais, promovendo uma dimensão ainda mais inclusiva e multidisciplinar. Outra possibilidade é explorar a criação de exposições itinerantes e intervenções artísticas utilizando os modelos 3D, ampliando seu impacto para regiões onde o acesso ao patrimônio cultural é limitado e chamando a atenção para os apagamentos decorrentes da deterioração ou furtos destes elementos.

REFERÊNCIAS

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **54 peças de metal são furtadas do Palacete “Casa 6” em Pelotas (RS)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/54-pecas-de-metal-sao-furtadas-do-palacete-201ccasa-6201d-em-pelotas-rs> Acesso em: 2 dez 2024.

SANTOS, C. A. S. **Ecletismo em Pelotas 1870 - 1931**. Pelotas: Editora Universitária/ Universidade Federal de Pelotas, 2014.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM FAMILIAR NA ATENÇÃO À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

BRAGA, JULIA CECILIA FERRARI¹; VALENTI, CAROLINA PROCHNOW²; PAGLIARINI, EDUARDA RODRIGUES³; STEFENON, LUIZA PROVENSÍ⁴; BRAZ, SARAH ELOI RODRIGUES⁵; WELTER, MONIQUE WESZ⁶; MASSAUT, EDER ARAUJO^{7,1}

Palavras chaves: Atenção primária à saúde; Abordagem familiar; Ecomapa; Genograma.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial Saúde (OMS) define a família como o contexto de promoção da saúde e redução da doença, onde desde que nascem, os indivíduos desenvolvem crenças e comportamentos de saúde. Reconhecendo as inúmeras mudanças na nossa sociedade, principalmente no acesso aos serviços de saúde, a família ocupa o principal papel de cuidador em situações de doença e a principal fonte de suporte sócio-emocional do indivíduo, sendo a ela também, o amortecedor do impacto das transformações sociais (RODRIGUES, 2013).

A abordagem familiar assume caráter essencial no trabalho na atenção primária em saúde. Nesse âmbito a Estratégia de Saúde da Família - ESF foi definida como reorientação do modelo de assistência que atua com equipes multiprofissionais em unidades de atenção primária à saúde (BRANTE et al, 2016). Dentre as ferramentas utilizadas estão: genograma, ecomapa, ciclo da vida familiar, FIRO (Fundamental Interpersonal Relations Orientation) e PRACTIC.

O Genograma é um modelo ilustrativo da composição familiar que possibilita a apreensão das relações entre os membros, os problemas vivenciados e eventos importantes no decorrer da vida, tendo um paciente índice destacado. O Ecomapa compreende a representação das relações da família com a comunidade, indicando a exis-

¹ Universidade Católica de Pelotas; email: julia.ferrari@sou.ucpel.edu.br

² Universidade Católica de Pelotas; email: carolina.valenti@sou.ucpel.edu.br

³ Universidade Católica de Pelotas; email: eduarda.pagliarini@sou.ucpel.edu.br

⁴ Universidade Católica de Pelotas; email: luiza.stefenon@sou.ucpel.edu.br

⁵ Universidade Católica de Pelotas; email: sarah.braz@sou.ucpel.edu.br

⁶ Universidade Católica de Pelotas; email: monique.welter@sou.ucpel.edu.br

⁷ Universidade Católica de Pelotas; email: eder.massaut@ucpel.edu.br

tência de redes de apoio com vínculos fortes e/ou frágeis e distanciados e oportunizando a compreensão da importância do convívio social para a qualidade de vida. (CASTRO et al, 2023).

As ferramentas de abordagem familiar descritas acima são relevantes no caso em questão, uma vez que permitem visualizar a dinâmica da família, os relacionamentos intrafamiliares e padrões disfuncionais, favorecendo intervenções mais eficazes e condizentes com a realidade. (RODRIGUES, 2013). Neste trabalho, em questão, no projeto de extensão feito na Unidade Básica de Saúde(UBS) - CAIC Pestano, localizada no bairro Pestano, em Pelotas, foram utilizadas duas ferramentas de abordagem familiar para entender o contexto familiar dos constituintes do lar abordado, bem como a rede de apoio do paciente alvo, possibilitando uma abordagem em saúde mais individual e com maior vínculo.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho foi relatar a experiência vivenciada na UBS CAIC Pestano, a partir do trabalho de abordagem familiar, escolher uma família em situação de vulnerabilidade e realizar a abordagem familiar, promovendo o vínculo, bem como promoção e prevenção à saúde.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Inicialmente, foram feitos questionários de vulnerabilidade familiar e, a partir deles, foram realizadas visitas à família escolhida para a aplicação de duas das ferramentas de abordagem familiar, no qual o questionamento de patologias foi levantado dos familiares presentes, bem como dos pais destes. Foi possível fazer um mapeamento dessas comorbidades utilizando um genograma (Figura 1) e as relações dessa pessoa foram postos no ecomapa (figura 2). A primeira visita foi para estabelecer um vínculo entre o nosso grupo e o paciente. A segunda visita foi para coletar informações sobre os familiares, sobre os medicamentos que a família utiliza, sobre redes de apoio e atividades de lazer do grupo em questão. Para o paciente alvo, foi feito o questionário de Escala de Vulnerabilidade Familiar (Tabela 1) e foi calculado o APGAR familiar (figura 3). A partir dos dados coletados, foi possível planejar uma intervenção para o caso.

Figura 1: Genograma com base nas informações da família, com destaque do paciente alvo.

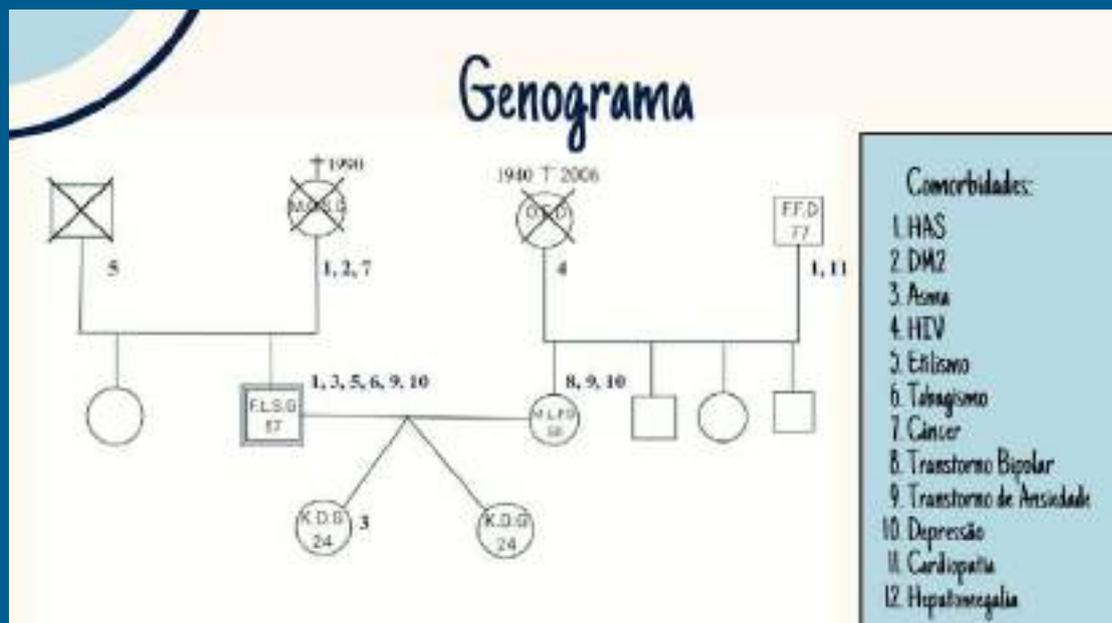


Figura 2: ecomapa com as redes de apoio do paciente alvo.

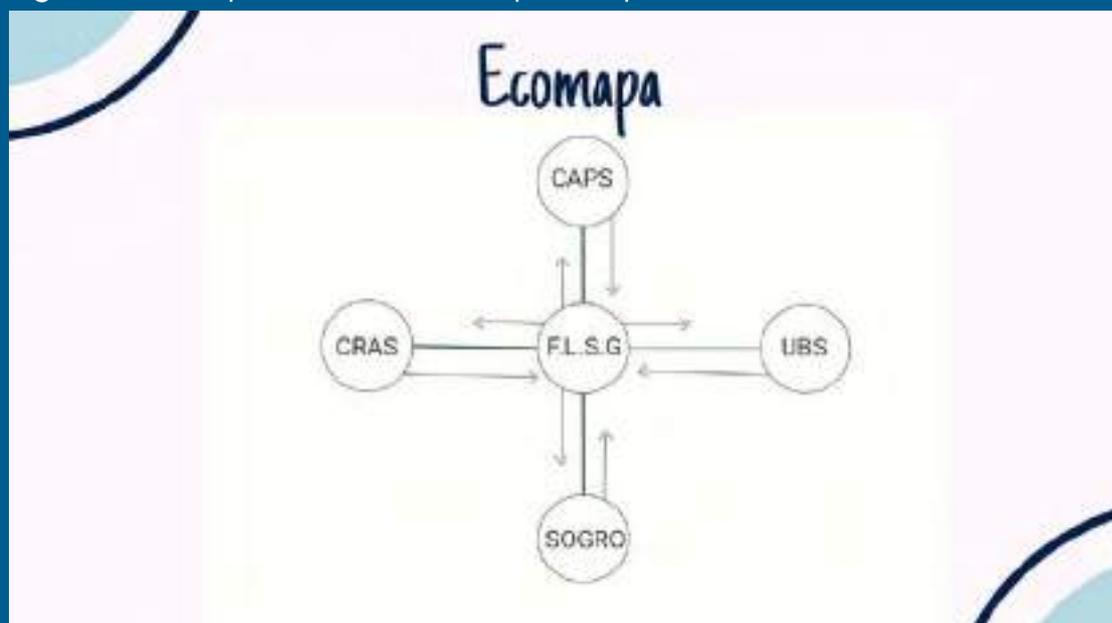


Tabela 1: Escala de Vulnerabilidade Familiar.

ITENS	NÃO (0 pto)	SIM (1 pto)
1. Alguém do domicílio passa por dificuldades financeiras?		X
2. Falta dinheiro para atender as necessidades do domicílio?		X
3. Existem dificuldades de acesso a diferentes tipos de alimentos?		X
4. Alguém no domicílio faz uso de medicamentos?		X
5. Alguém no domicílio faz uso de 5 ou mais tipos de medicamentos por dia?		X
6. Alguém no domicílio possui condição de saúde que requer cuidados contínuos?		X
7. Alguém no domicílio tem dificuldades para realizar atividades do dia a dia?		X
8. Alguém no domicílio necessita de ajuda para realizar seus cuidados diários de saúde?	X	
9. Alguém no domicílio teve a mãe ausente durante a infância?	X	
10. Alguém no domicílio teve o pai ausente durante a infância?	X	
11. Algum familiar já esteve em situação de abandono pela família?		X
12. Alguém no domicílio convive com pessoas violentas?		X
13. Alguém em seu domicílio já foi vítima de violência?	X	
14. Acontece violência em sua casa?	X	

Figura 3: APGAR familiar (FRACOLLI et al., 2020).

Questão	Sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Estou satisfeito pois posso recorrer a minha família em busca de ajuda quando alguma coisa está me incomodando ou preocupando.	X				
Estou satisfeito com a maneira pela qual minha família e eu conversamos e compartilhamos os problemas.		X			
Estou satisfeito com a maneira como minha família aceita e apoia meus desejos de iniciar ou buscar novas atividades e procurar outros caminhos ou direções.	X				
Estou satisfeito com a maneira pela qual minha família demonstra afecção e me age as minhas emoções, tais como raiva, magua, ou amor.		X			
Estou satisfeito com a maneira pela qual minha família e eu compartilhamos o tempo juntos.		X			

DISCUSSÃO

A Escala de Vulnerabilidade Familiar teve como resultado 9 pontos, indicando uma vulnerabilidade alta, conforme está previsto no PlanificaSUS. Já o APGAR familiar teve como resultado 8 pontos, indicando uma boa funcionalidade familiar, conforme (FRACOLLI et al, 2020). Quanto às ferramentas genograma e ecomapa, foi possível identificar que o etilismo e doenças psiquiátricas são prevalentes no contexto familiar, demonstrando a necessidade de apoio brando da UBS CAIC Pestano para acompanhar de maneira eficaz esses pacientes, bem como identifica-se que o paciente alvo não possui uma ampla rede de apoio e locais de lazer, visto que os únicos lugares que frequenta são aqueles de tratamento para sua doença. Tendo em vista esses resultados, é necessário aumentar o interesse do paciente pelas atividades propostas pela UBS CAIC Pestano para aumentar sua rede de apoio e lugares para se sentir bem, sendo possível participar de projetos como o “hiperdia” proposto na unidade básica. Além disso, o paciente é classificado como polifarmácia, demandando uma atenção redobrada para não ocorrer misturas de álcool e medicamentos psicoativos, levando a efeitos colaterais fatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a partir da utilização do ecomapa e do genograma, é possível identificar os hábitos familiares e sociais existentes no cotidiano do paciente, sendo possível, então, aplicar abordagens específicas e diferenciais para que a adesão do paciente seja firmada, bem como as patologias existentes e evidenciadas, por meio de um genograma, sejam trata-

das precocemente. Isso permitirá uma maior longevidade do paciente na Atenção Primária à Saúde e uma maior confiança do indivíduo na Unidade Básica de Saúde da sua área, permitindo-lhe evitar internações futuras e agravamento de doenças graves.

REFERÊNCIAS

BRANTE, A. R. S.; MARTINS, D. S.; NEVES, F. M. V.; FONSECA, J. C.; OTTONI, J. L. M.; OLIVEIRA, R. F. R. **Abordagem familiar: aplicação de ferramentas a uma família do município de Montes Claros/MG.** *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 1-9, jan./dez. 2016. DOI: 10.5712/rbmfc11(38)953.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PlanificaSUS:** Documento de referência. Disponível em: <https://planificasus.com.br/arquivo-download.php?hash=-48c3191b70c9ff22b8b336331fa417eaf87d366d&t=1692220483&type=biblioteca>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CASTRO, E. A.; PEREIRA, M. C. S. A.; COSTA, L. N. F.; BARBOSA, A. A. D. **Aplicação das ferramentas de abordagem familiar para o cuidado de uma paciente idosa: relato de caso.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 1, p. 1-7, 2023. DOI: 10.25248/REAS.e11392.2023.

FRACOLLI, Lislaine Aparecida; PADOVEZE, Maria Clara; SOARES, Cassia Baldini. **Tecnologias de sistematização da assistência de enfermagem a famílias na atenção primária à saúde.** São Paulo: EEUSP, 2020.

RODRIGUES, L. M. de O. (2013). **A família parceira no cuidar: Intervenção do enfermeiro.** Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra.

PROJETO DE EXTENSÃO: LIGA ACADÊMICA DE FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL

JÚLIA FASSBENDER FURTADO¹, BRUNA GODINHO CORRÊA²,
LAURA FREITAS MEYER¹, GIANE BRAIDA¹

¹ Curso de Fisioterapia, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
Autor correspondente: bruna.godinho@sou.ucpel.edu.br

Palavras-chaves: Fisioterapia; Neurologia; Atendimento Integral à Saúde;

INTRODUÇÃO

A Fisioterapia Neurofuncional é a área destinada as patologias que afetam o Sistema Nervoso, por meio de lesões como o Acidente Vascular Encefálico, distúrbios no sistema nervoso central tais como a Paralisia Cerebral, doenças neurodegenerativas como a Esclerose Lateral Amiotrófica e em síndromes como a Trissomia do Cromossomo X também conhecida como Síndrome de Down, entre outras patologias. Além disso, o profissional atua em pacientes com diferentes faixas etárias, como também o público idoso, visto o surgimento de patologias neurológicas associadas ao envelhecimento, como doença de Parkinson e demências, principalmente Alzheimer. (KOPCZYNSKI, MARCOS C)

Nestes casos, o papel do fisioterapeuta é fundamental desde as patologias que acometem recém-nascidos onde o fisioterapeuta atua desde os primeiros momentos de vida, começando logo após o nascimento, com o estímulo ao desenvolvimento motor visando prevenir e reduzir possíveis atrasos, promovendo a saúde e o bem-estar da criança. Além disso, o fisioterapeuta acompanha de perto os marcos do desenvolvimento motor, assegurando que cada fase seja atingida de maneira adequada. Esse acompanhamento pode ocorrer tanto no ambiente hospitalar, quanto em clínicas de reabilitação, porém, sempre objetivando a recuperação da funcionalidade e melhoria na qualidade de vida.

Ao atuar em pacientes mais adultos ou idosos o fisioterapeuta deve saber quais são as habilidades que esses indivíduos perderam, para que, a partir disso possa desenvolver estratégias que possibilitem que o paciente reaprenda ou reorganize as funções básicas de sua vida, dentro dos limites que as patologias impõem.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

OBJETIVOS

O objetivo do estudo é relatar as vivências dos alunos do curso de Fisioterapia que atuam voluntariamente no projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) com vínculo a Liga de Fisioterapia Neurofuncional (LAFIN).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto teve início em agosto de 2021, criado pela Diretoria da Presidente Bruna Godinho Corrêa, e permanece em atividade desde então, com pausas apenas durante as férias coletivas de alunos e da professora supervisora Giane Braida. Trata-se de um projeto com o objetivo de proporcionar um acompanhamento completo e uma reabilitação eficaz para pacientes acometidos por doenças neurológicas, buscando promover a recuperação funcional e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

Os atendimentos são realizados 1 vez na semana, onde os pacientes são atendidos gratuitamente pelos membros da liga. Os membros atuam de forma voluntária e são auxiliados pela professora coordenadora e supervisora. A atividade é desenvolvida na clínica de fisioterapia da universidade, onde os alunos a partir do 6º semestre têm a oportunidade de participar ativamente em atendimentos, enquanto estudantes de semestres anteriores são convidados a assistir aos atendimentos, promovendo assim uma formação prática sólida e uma compreensão aprofundada das necessidades dos pacientes.

Além disso, a troca constante de experiências com alunos de todos os semestres do curso, enriquece o processo de aprendizagem e estimula o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas, por meio do estudo de condições neuromotoras e de abordagens terapêuticas.

DISCUSSÃO

O projeto teve início ainda durante a Pandemia de Covid-19, e para sua realização foram necessários alguns cuidados como o uso de máscaras N95 durante os atendimentos, assim como será a higienização do local anterior e posterior ao atendimento, visando a segurança dos alunos e pacientes, ademais também foram adotadas todos os protocolos e medidas de segurança da UCPel.

Entretanto, vale ressaltar que o momento de início do projeto foi de extrema relevância para os pacientes que receberam os atendimentos, visto que estavam sem acesso a nenhum serviço deste tipo e se beneficiaram de forma excepcional. Para isso ser possível, podemos citar como métodos e abordagens de tratamento, o conceito Bobath e a Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (PNF).

O método Bobath é uma abordagem aplicada a indivíduos de todas as idades e com diferentes graus de comprometimento físico e funcio-

nal. Essa técnica de reabilitação neuromuscular utiliza reflexos e estímulos sensoriais de forma estratégica, com o objetivo de inibir ou provocar respostas motoras específicas, favorecendo a reabilitação de funções motoras comprometidas. O método leva em consideração as necessidades e capacidades do paciente, e pode ser utilizado tanto no tratamento de distúrbios neurológicos quanto em casos de lesões musculoesqueléticas. A recuperação, dentro dessa abordagem, é entendida como um processo ativo e dinâmico, que depende de tempo, paciência e da estimulação constante das capacidades neuroplásticas do sistema nervoso. Além disso, a reabilitação com Bobath envolve não apenas a recuperação das funções motoras, mas também promove mudanças adaptativas nos sistemas musculoesquelético e neurológico, ajudando o indivíduo a ajustar-se a novas condições funcionais e a recuperar sua independência nas atividades diárias, tornando-se crucial para a recuperação funcional e para a melhoria da qualidade de vida do paciente (LUVIZUTTO, GUSTAVO J.; SOUZA, LUCIANE A. PASCUCCI SANDE de)

Já o conceito de PNF é utilizado com o objetivo de promover a reabilitação das habilidades motoras grossas e finas. Ele parte da seleção de atividades terapêuticas em que o paciente apresenta condições clínicas, cognitivas ou fisiológicas para executá-las. Além disso, o tratamento é conduzido dentro de um contexto funcional, utilizando tarefas reais do cotidiano para promover melhorias nas atividades da vida diária. O tratamento funcional orientado à tarefa, conforme abordado pela Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), tem demonstrado um aumento significativo na possibilidade de aprendizagem motora, uma vez que o paciente é incentivado a realizar movimentos e atividades que são diretamente aplicáveis ao seu dia a dia, facilitando a transferência de habilidades para o contexto real (LUVIZUTTO, GUSTAVO J.; SOUZA, LUCIANE A. PASCUCCI SANDE de).

Ademais, inúmeras outras técnicas fisioterapêuticas podem ser abordadas nos pacientes, a depender sempre da sua patologia. Reforça-se que o projeto proporciona a vivência dos acadêmicos no atendimento aos pacientes, desenvolvendo raciocínio clínico e analisando qual abordagem terapêutica será mais recomendada para cada caso, dessa forma, desenvolve as habilidades teóricas adquiridas ao longo do curso, preparando os alunos para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Liga Acadêmica de Fisioterapia Neurofuncional se destaca como um espaço enriquecedor de aprendizado e prática, desempenhando um papel essencial na formação acadêmica e profissional dos estudantes de fisioterapia da Universidade Católica de Pelotas. Com um enfoque na integração entre teoria e prática, a Liga proporciona aos alunos a oportunidade de vivenciar, desde os primeiros semestres, situações clínicas reais, a fim de aprimorar suas habilidades. Sua atuação prática na Clínica de Fisio-

rapia da UCPel é um exemplo claro de como o conhecimento adquirido em sala de aula pode ser aplicado diretamente no cuidado aos pacientes, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e significativa. Além de beneficiar os acadêmicos, a Liga também contribui de maneira relevante para a comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

KOPCZYNSKI, Marcos C. *Fisioterapia em neurologia*. Barueri: Manole, 2012. E-book. p. 432. ISBN 9788520451748. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520451748/>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LUVIZUTTO, Gustavo J.; SOUZA, Luciane A. Pascucci Sande de. *Reabilitação neurofuncional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2022. E-book. p. 90. ISBN 9786555721355. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555721355/>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO DIREITO NA RUA

LAÍS PERELLÓ SANTOS¹; ANA PAULA DITTGEN DA SILVA²

Palavras-chave: Direito; Justiça; Extensão.

I - INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Direito na Rua presta esclarecimentos jurídicos e viabiliza o ajuizamento de ações judiciais às comunidades do Município de Pelotas/RS, promovendo a efetividade dos princípios constitucionais do acesso à justiça e da dignidade da pessoa humana.

II - OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência desta discente junto ao Projeto de Extensão Direito na Rua, o qual realiza atendimentos jurídicos e a promove ações vinculadas à educação em direitos humanos.

III - RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto de Extensão Direito na Rua leva assessoria jurídica às comunidades dos diversos bairros do Município de Pelotas e dos demais municípios atendidos pela Comarca de Pelotas, nos ambientes de comunidades católicas, CRAS, sedes de associações de moradores, escolas públicas, entre outros espaços aptos a receber e promover as atividades. As demandas dos assistidos, que versam, principalmente, acerca de questões relacionadas ao direito de família, como pedido de pensão alimentícia e divórcio, e concessão/restabelecimento de benefícios previdenciários, são encaminhadas ao SAJ da UCPEL para o ajuizamento de ações, sendo que os acadêmicos do curso de direito, do 9º e 10º semestres, assessorados por professores, representam judicialmente os assistidos.

No ano de 2024, o projeto realizou 15 atividades e atendeu 160 assistidos, com atuação nos Bairros Dunas, Fragata, Três Vendas, Jardim América e Colônia Z3, no Mercado Público de Pelotas e em diversos abrigos durante as enchentes que acometeram o Estado do Rio Grande do Sul.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: lais.psantos@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: ana.silva@ucpel.edu.br

O projeto também promove a educação em direitos humanos nas escolas públicas de Pelotas, em articulação com as turmas da disciplina de Direito Constitucional II, auxiliando os alunos de tais instituições a terem uma formação emancipatória e cidadã.

III - DISCUSSÃO

Conforme relatado anteriormente, as atividades desempenhadas pelo Projeto de Extensão Direito na Rua promovem a transformação social, por meio da concretização dos direitos constitucionais do acesso à justiça e da dignidade da pessoa humana dos assistidos.

Nessa perspectiva, com relação ao princípio constitucional do acesso à justiça, ao passo que o projeto leva assessoria jurídica aos membros das comunidades que encontram-se impossibilitados de receber tais serviços por razões econômicas e/ou de locomoção, possibilita que os assistidos demandem a tutela jurisdicional do Estado, concretizando assim, o disposto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal:

“XXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

No mesmo sentido, assim estabelece o jurista Mauro Cappelletti:

“O direito de acesso à justiça é classificado pelos autores como ‘o mais básico dos direitos’, pois não tem sentido a ampliação e atribuição de outros direitos sem que haja mecanismos de reivindicação. É cediço que, por vezes, o acesso a outros direitos é precedido da efetivação do direito de acesso à justiça.”

De outro lado, com relação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, tem-se que a atuação do Projeto de Extensão Direito na Rua possibilita que os assistidos possam efetivar seu direito fundamental de acesso à justiça de forma digna, por meio da prestação de serviços de assessoria jurídica de forma integral e gratuita.

Tal fundamento está previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal:

“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado

Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;”

Sob essa ótica, dispõe o jurista Pedro Lenza:

[...] b) no tocante ao princípio da dignidade da pessoa humana, esse núcleo é representado pelo mínimo existencial, conjunto de prestações materiais

essenciais sem as quais o indivíduo se encontrará abaixo da linha da dignidade; c) tal mínimo existencial deve ser dotado de eficácia jurídica positiva ou simétrica, isto é, as prestações que o compõem poderão ser exigidas de forma direta, mediante tutela específica.”

Outrossim, sobre a assistência jurídica integral e gratuita, o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, assim estabelece:

“LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”

Isto posto, tem-se que através das atividades desempenhadas pelo projeto, o Serviço de Assistência Jurídica da UCPel possibilita que os assistidos, pessoas evidentemente economicamente hipossuficientes, possam demandar ao Estado a tutela jurisdicional sem arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Nesse ínterim, assim estabelece o desembargador federal do TRF4 Paulo Afonso Brum Vaz:

“Trata-se de princípio constitucional e direito fundamental, conquista histórica intimamente relacionada com uma das ondas de acesso à justiça preconizadas por Cappelletti e Garth. A efetivação do acesso à justiça diz respeito ao cumprimento de condições objetivas que garantem ao cidadão a oportunidade de obter a resolução de seu conflito de interesses pelo Poder Judiciário. No entanto, as despesas processuais podem limitar essa garantia de uma parcela da população.”

Tendo tudo isso em vista, percebe-se a importância da atuação do projeto, pois proporciona a efetivação dos direitos fundamentais dos assistidos de forma digna, contribui para a formação dos discentes do curso de direito, interligando as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais, e contribuem para o desenvolvimento da região.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, depreende-se que o Projeto de Extensão Direito na Rua é de suma importância tanto para os assistidos, ao passo que proporciona a efetivação de seus direitos constitucionais de acesso à justiça e dignidade da pessoa humana, bem como para os discentes do curso de direito, pois possibilita que tenham uma formação profissional humanística e empática.

V - REFERÊNCIAS

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução: Ellen Gracie. Northfleet. Porto Alegre. Fabris, 1988.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo. SaraivaJur, 2023.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**

UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

BRUM VAZ, Paulo Afonso. Assistência judiciária gratuita e judicialização: sobre a possibilidade de definição jurisprudencial de um parâmetro inicial objetivo para o seu deferimento no processo previdenciário. 2021. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=1416

SANTOS, Laís Perelló; SILVA, Lara de Lima e DA SILVA, Ana Paula Dittgen. O Projeto de Extensão “Direito na Rua”. 2023. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/extentio/article/view/3514/2004>

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

LARISSA MORAES DE SOUZA¹; FELIPE DE CARVALHO PEDROSO²; NATÁLIA MARTINS LEAL³; TIAGO DE GARCIA NUNES⁴;

Programa de Aquisição de Alimentos; Segurança alimentar; Grupo de trabalho; Combate à fome; Soberania alimentar;

I - INTRODUÇÃO:

Este estudo está associado à pesquisa-ação vinculada ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPel) e à pesquisa intitulada “Soberania e segurança alimentar em Pelotas/RS: a implementação da política municipal de segurança alimentar e nutricional: produção, equipamentos públicos de abastecimento e o direito humano à alimentação adequada.”

II - OBJETIVOS:

O trabalho tem como objetivo apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), analisar a dinâmica de funcionamento do PAA e também visa evidenciar as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (grupo gestor), coordenado por um Grupo de Pesquisa e Extensão da Universidade Católica de Pelotas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel.

III - RELATO DE EXPERIÊNCIA:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa do governo Federal que visa garantir a soberania alimentar, combater à fome e estimular a agricultura familiar, através da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e camponesa que são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional grave. Em âmbito local ele está sendo executado por meio de equipamentos públicos de segurança e soberania alimentar, pela rede pública filantrópica de ensino e por entidades de combate à fome, promovendo a inclusão produtiva das famílias

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: larissa.souza@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: felipe.pedroso@sou.ucpel.edu.br

³Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: natalia.leal@sou.ucpel.edu.br

⁴Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: tiago.nunes@ucpel.edu.br

e garantindo o direito humano à alimentação adequada.

IV - DISCUSSÃO:

A discussão e a articulação sobre segurança alimentar e nutricional começaram a ganhar destaque a partir dos anos 1990, com o movimento “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Esse movimento resultou na criação de uma estrutura organizada para combater a fome, com a formação de comitês que recebiam doações e, com o apoio da sociedade civil, atendiam as pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 1992, Lula, por meio do Instituto Cidadania, apresentou ao então presidente Itamar Franco o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que propunha a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A partir dessas articulações, surgiram iniciativas como o Programa Fome Zero e o fortalecimento da política de combate à fome por meio do CONSEA, além de outros programas, como o PAA.

É importante ressaltar que as políticas públicas destacam-se ainda por sua importância no fortalecimento democrático, com benefícios ideais a fim de se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, no que diz respeito a direitos sociais. No caso do Brasil o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, respalda amparo legal para as mesmas.

A política pública Programa de Aquisição de Alimentos desde a sua criação em 2003 vem sendo ampliada e aperfeiçoada. Este Programa mostrou inovador uma vez que simultaneamente assume dois papéis fundamentais: promover acesso à alimentação adequada para indivíduos em insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar. Sua história teve início em 2003 no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicialmente criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, e reinstituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, surgindo como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar e nutricional e apoiar a agricultura familiar, consolidando-se como um pilar fundamental no combate à fome no país.

Em âmbito local, Pelotas e Jaguarão, o Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo executado desde o início de 2024, por meio de equipamentos públicos de segurança e soberania alimentar, pela rede pública e filantrópica de ensino e por entidades de combate à fome, promovendo a inclusão produtiva das famílias e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Essa articulação acontece a partir da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, entidade de assistência social, que contempla trinta e oito (38) pontos populares de combate à fome - é denominado ponto popular as comunidades religiosas de base, movimentos sociais e coletivos, cozinhas solidárias, ONGs, comunidades e povos de matriz africana, organizações de economia solidárias e associações de bairros que integram o sistema e trata-se coletivos informais que trabalham na atividade de produção e preparo de alimentos para posteriormente distribuição às famílias

cadastradas - que conectam mais de duas mil trezentas e quarenta famílias (2.340), totalizando em média sete mil e quinhentas pessoas (7.500).

Dessa maneira, com o objetivo de facilitar que o PAA seja executado em âmbito local, criou-se o Grupo de Trabalho, por meio dele está inserida a universidade. Assim, integram o Grupo de Trabalho: trabalhadores da Universidade Católica de Pelotas, bolsistas de iniciação científica, estudantes do mestrado, estudantes do doutorado, três trabalhadores da entidade Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, um representante da COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul) e dois representantes dos Pontos Populares de Combate à Fome.

Ademais, outras entidades também participam como parceiras do grupo gestor, sendo algumas: Ministério de Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Cáritas - Ação Social da Mitra Arquidiocesa de Pelotas; EMATER; EMBRAPA; Prefeitura de Pelotas; Prefeitura de Jaguarão; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas; Aducpel; etc.

Nesse sentido, o processo de implementação do programa envolveu várias etapas realizadas pelo Grupo de Trabalho para garantir a eficácia na atuação com famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar grave. A primeira etapa foi a busca ativa e o cadastro de 2.340 famílias nessas condições. Na segunda etapa, ocorreram reuniões com os 38 “Pontos de Combate à Fome” nas cidades de Pelotas e Jaguarão. A terceira etapa envolveu o mapeamento e a realização de visitas técnicas a 15 cozinhas solidárias na região. Na quarta etapa, foram realizadas articulações e reuniões técnicas com 12 cooperativas de produção fornecedoras, visando a elaboração dos projetos de fornecimento de alimentos. A quinta etapa consistiu na inscrição em três editais independentes do Programa de Aquisição de Alimentos.

Já no ano de 2024, a atuação do Grupo de Trabalho deu-se por meio do início do fornecimento de alimentos aos Pontos de Combate à fome e tem-se o desejo de posteriormente, implementar cursos de formação para impulsionar a superação da condição de insegurança alimentar – geração de renda, combate a violência de gênero, inclusão produtiva, produção cooperativa e solidária etc.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do exposto, depreende-se que o PAA, lançado em 2003 e recentemente reinstituído em 2023, se consolidou como uma ferramenta essencial no combate à fome, sendo um exemplo de como políticas públicas podem integrar diversas áreas do governo e da sociedade para enfrentar desafios complexos de forma eficaz. Verifica-se também que a importância dessas políticas é respaldada pela Constituição de 1988, que reconhece a alimentação adequada como um direito fundamental, reforçando o

papel das políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em Pelotas e Jaguarão, o PAA tem sido implementado com sucesso desde 2024, com a articulação de diversos atores, incluindo universidades, entidades sociais, cooperativas e organizações governamentais. A colaboração da Universidade Católica de Pelotas e de outras instituições educacionais no Grupo de Trabalho do programa tem sido crucial para garantir a execução eficiente e a implementação de ações como o cadastramento de famílias, a articulação com pontos de combate à fome e o fornecimento de alimentos. O grupo gestor também planeja expandir suas ações com cursos de capacitação e geração de renda, promovendo a inclusão produtiva e o empoderamento das comunidades atendidas.

Portanto, a execução local do PAA exemplifica a importância da colaboração entre o governo, sociedade civil, universidades e outras entidades para enfrentar questões estruturais como a fome e a insegurança alimentar. A continuidade e ampliação desse tipo de política pública são fundamentais para a superação das desigualdades sociais e para a promoção da soberania alimentar no Brasil.

VI- REFERÊNCIAS:

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. RESR, Piracicaba, SP, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. Impressa em fev. 2015.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

ARNS e ROCHA. (2019) Política de Segurança Alimentar e Nutricional: limites e potencialidades para uma integração de ações intersetoriais em Pelotas-RS. Seminário de Políticas Sociais no Mercosul - SEPOME (6.: 2020: Pelotas, RS) Anais do VI Seminário de Políticas Sociais no Mercosul – SEPO-ME. Políticas sociais na América Latina e garantia dos direitos humanos.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA COMUNIDADE: SAÚDE DO IDOSO

LAURA FREITAS MEYER¹; BRUNA GODINHO CORRÊA²; JULIA FASSBENDER FURTADO¹; HARTUR MARCEL TORRES DA SILVA³; ESTEFÂNIA SILVEIRA DE MORAES^{1,3}

¹ Curso de Fisioterapia, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

³ Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Autor correspondente: bruna.godinho@sou.ucpel.edu.br

Palavras-chaves: Fisioterapia em Grupo; Envelhecimento Saudável; Prevenção Primária.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que idosos pratiquem de 150 a 300 minutos de atividade física aeróbica de moderada intensidade ou 75 a 150 minutos de atividade física aeróbica de vigorosa intensidade, a partir desta recomendação os desfechos positivos para saúde são: diminuição da mortalidade por doenças cardiovasculares, redução da incidência de hipertensão e do diabetes tipo 2, melhora na saúde mental reduzindo os sintomas de ansiedade e depressão e melhora do sono (CARMARGO; RODRIGUEZ AÑEZ, 2020).

Nos últimos anos, com o aumento da expectativa de vida, houve uma significativa inversão da pirâmide etária, resultando em uma população idosa crescente em muitos países, incluindo o Brasil. Esse fenômeno trouxe uma série de desafios para a saúde pública, particularmente no que se refere à promoção de saúde entre os idosos, onde as quedas e suas lesões relacionadas são um problema crescente a este público, e, trazem consequências como dor de longa duração, deficiências funcionais, redução da qualidade de vida, custos excessivos com assistência médica e mortalidade (KARINKANTA et al, 2010).

As quedas em idosos podem ser provocadas por uma série de fatores, incluindo alterações fisiológicas naturais do envelhecimento, como a diminuição da acuidade visual, a perda de propriocepção e o aumento do tempo de reação. No entanto, o contexto ambiental também desempenha um papel crucial na prevenção de quedas, visto que indivíduos que mantêm um alto nível de funcionalidade nos sistemas fisiológicos ainda podem ser vulneráveis a quedas se o ambiente em que vivem for desafiador.

Por este motivo, além de um bom padrão funcional, também é fundamental orientar os idosos sobre a importância de adaptar seu ambiente e

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

promover comportamentos preventivos. Com o conhecimento adequado sobre suas condições de saúde e o uso de dispositivos auxiliares, como andadores e bengalas (quando necessário), é possível reduzir significativamente o risco de quedas, mesmo em ambientes que oferecem desafios (SHERRINGTON; TIEDEMANN, 2015).

Um dos profissionais capacitados para fornecer estas orientações e também proporcionar redução do envelhecimento patológico, é o fisioterapeuta especialista em gerontologia, cujo trabalho visa preservar a função motora do idoso, promover o adiamento da instalação de incapacidades decorrentes do envelhecimento e/ou reabilitar o idoso de forma funcional (CREFITO, 2016).

OBJETIVO

O objetivo do estudo foi relatar as vivências dos alunos do curso de Fisioterapia que atuam voluntariamente no projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) denominado “Atenção Fisioterapêutica na Comunidade” na oficina de Fisioterapia Preventiva, com ênfase em Saúde do Idoso.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A oficina de Fisioterapia Preventiva desenvolve-se no Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES). O local atua desde 1990 como um centro de extensão permanente da UCPel atuando na promoção de saúde, cidadania, cultura e protagonismo das pessoas idosas.

Aproximadamente 250 idosos frequentam o local, divididos em 25 oficinas, dentre elas: oficinas de artesanatos, canto, danças, estimulações cognitivas e sensoriais, socialização e convivência. A oficina de fisioterapia apresenta viés preventivo, e conta atualmente com três turmas de aproximadamente 20 idosos inscritos em cada e 12 alunos do curso de Fisioterapia gerenciam o projeto de extensão como bolsistas e voluntários sob a supervisão da professora orientadora Estefânia Silveira de Moraes. A oficina acontece uma vez por semana com duração de aproximadamente 50 minutos, propondo atividades voltadas ao equilíbrio, fortalecimento muscular, tarefas funcionais e flexibilidade, visando sempre a promoção da funcionalidade para o idoso.



Figura 1: Oficina de Fisioterapia Preventiva ano de 2024



Figura 2: Oficina de Fisioterapia Preventiva 2024

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DISCUSSÃO

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) criada no Brasil traz em suas diretrizes a promoção do envelhecimento ativo, a atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa e o estímulo à autonomia e participação do controle social para garantia de direitos. Diante desses

objetivos é possível atuar em duas vertentes: a promoção de saúde e a prevenção de patologias e lesões (GOMES et al, 2024).

Por muitos anos a fisioterapia foi vista com viés curativo, na qual o atendimento ao público idoso era realizado após a instalação de uma doença ou lesão. Todavia, hoje é reconhecida a importância da fisioterapia preventiva, principalmente no que diz respeito a redução do risco de quedas em idosos, através de um programa de exercícios que promovam melhora do equilíbrio, fortalecimento e coordenação, como mediante a orientações relacionadas ao autocuidado.

Através da oficina, são realizados diversos exercícios, dentre eles realiza-se fortalecimento muscular com halteres e caneleiras sempre salientando a importância do cuidado com a postura e evitando compensações, isso pois a sarcopenia é uma condição comum entre os idosos, associada com a força muscular prejudicada e o controle postural deficiente aumentam o risco de queda e podem ser trabalhados através destes exercícios (SHERINGTON; TIEDEMANN, 2015).

Outra queixa comum do idoso é a alteração do equilíbrio que pode ser trabalhada por meio de exercícios que requerem uma colocação mais estreita dos pés, marcha em diferentes sentidos, alteração na velocidade da marcha e passar por cima de objetos. Visto que a oficina ocorre somente uma vez na semana, os idosos também são incentivados a participar de outras atividades, assim como realizar exercícios domiciliares ou caminhadas a fim de cumprir as recomendações referente a prática de atividade física.

De maneira geral, a experiência como extensionista no CETRES tem evidenciado a importância de espaços como esse, que promovem a troca intergeracional e proporcionam um envelhecimento ativo e saudável. O centro segue as diretrizes da PNSPI ao proporcionar aos idosos um ambiente que favorece sua inserção social e a promoção da saúde, por meio de atividades que estimulam a participação, a socialização e a autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade através do projeto de extensão “Atenção Fisioterapêutica na Comunidade” de atuar diretamente com idosos e promover a fisioterapia preventiva na prática, tem demonstrado, de forma clara, o impacto positivo dessas intervenções na vida dos participantes. Através do cuidado, conhecimento e atenção oferecidos pelos estudantes de fisioterapia, é possível observar a transformação na saúde e na qualidade de vida dos idosos. O trabalho como extensionista tem sido altamente gratificante, pois a dedicação dos alunos é retribuída com o engajamento e o entusiasmo dos idosos, que se tornam protagonistas de suas próprias histórias de saúde e bem-estar.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Edina Maria de; RODRIGUEZ AÑEZ, Ciro Romelio. *Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos*. 2020. ISBN 978-65-00-15021-6 (versão digital) | ISBN 978-65-00-15064-3 (versão impressa)

SHERRINGTON, Catherine; TIEDEMANN, Anne. Physiotherapy in the prevention of falls in older people. *Journal of Physiotherapy*, v. 61, n. 2, p. 54-60, 2015. DOI: 10.1016/j.jphys.2015.02.011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1836955315000120>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) . Resolução nº 476 , de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regulamentação das atribuições do profissional fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. *Diário Oficial da União, Brasília*, 20 dez. 2016. Disponível em : <https://www.crefito.org.br> . Acesso em: 12 dez. 2024.

KARINKANTA, S. et al. Physical therapy approaches to reduce fall and fracture risk among older adults. *Nature Reviews Endocrinology*, v. 6, n. 7, p. 396-407, jul. 2010. doi: 10.1038/nrendo.2010.70. Epub 2010 Jun 1. PMID: 20517287

GOMES, N. da S.; PRATES, L. A.; WILHELM, L. A.; LIPINSKI, J. M.; VELOZO, K. D. S.; PILGER, C. H.; PEREZ, R. de V. “Só sei que é uma doença”: conhecimento de gestantes sobre sífilis. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S. l.], v. 34, 2021. DOI: 10.5020/18061230.2021.10964. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10964>. Acesso em: 11 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

APOIO JURÍDICO ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PELOTAS - Um Relato de Experiência dos Extensionistas NuDiPp.

LAURA MENON¹; MARCELA SIMÕES SILVA².

Assistência Jurídica; Associações Culturais e Educacionais; Projeto de Extensão; Código Civil.

INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão vinculado ao Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, Núcleo de Direito e Participação Popular Campo e Cidade (NuDiPp) trabalha para estimular e consolidar formas associativas e cooperativas de organização, buscando fortalecer a participação popular e o protagonismo das comunidades urbanas e rurais em Pelotas e região, atendendo ao público através do Serviço de Assistência Judiciária Gratuito (SAJ - UCPEL). O presente trabalho visa relatar a experiência da aluna de extensão no semestre de 2024/2, no apoio jurídico às associações culturais e educacionais que foram regularizadas através do projeto, sob orientação da Professora Marcela Simões Silva. Assim sendo, é necessário destacar que tais associações referem-se a um conjunto de pessoas com interesses comuns que desejam se organizar para um fim, sem um interesse econômico. Ademais, são de extrema importância pois servem para defenderem seus interesses, sem que ganhem algo em troca, além da igualdade entre todos que participam da associação, reconhecendo e informando seus direitos enquanto cidadãos e membros da sociedade, participando ativamente de processos decisórios políticos, sociais e econômicos.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

1 Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); laura.menon@sou.ucpel.edu.br;

2 Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); marcela.silva@ucpel.edu.br.

OBJETIVOS

O principal objetivo que norteia o trabalho é fomentar a formação das associações, com o devido apoio jurídico necessário para que elas possam se formalizar, ser registradas e reconhecidas pelas instituições públicas necessárias, e atuar na contribuição de melhorias para a comunidade local em questão. Assim, é fundamental buscar a retomada das práticas associativas como meio para mobilização da sociedade e a conquista de direitos, especialmente considerando que, na maioria das vezes, os grupos diretamente afetados por decisões políticas, econômicas e sociais não participam dos processos decisórios. Portanto, para que isso se efetive, o projeto tem o intento de estimular a prática de organizações coletivas para a defesa e reivindicações de direitos de seus interesses comuns, fomentando a participação popular em espaços decisórios, consolidando cada vez mais o protagonismo da população. Nesse sentido, o projeto busca auxiliar tais grupos acerca das necessidades jurídicas para a efetivação da regularização deles, sendo necessário para isso, um registro específico. Para que tais associações sejam legalmente consideradas existentes como pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com o Artigo 45 do Código Civil, norteador desse tipo de processo, a existência delas começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro descrito.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O Projeto de Extensão da Universidade Católica de Pelotas, Núcleo de Direito e Participação Popular Campo e Cidade, NuDiPp, auxilia nesse processo, embasado primordialmente nos Artigos 44, 45 e 46 do Código Civil. Tais dispositivos elucidam o que é uma associação, descrevendo-a como pessoa jurídica de direito privado, que tem sua existência legal marcada por um registro específico. Este registro que, precisa declarar elementos constitutivos fundamentais como: a denominação do grupo, os fins, a sede, tempo de duração, o fundo social, os nomes e a função dos fundadores e diretores, o modo como se administra e representa o grupo (judicial e extrajudicialmente), dentre outros requisitos. Para isso, começa de fato a experiência dos discentes através do primeiro passo principal para começar a organizar a formalização dessas associações: reuniões com os membros fundadores, que visem elaborar um Estatuto para o grupo. A experiência é extremamente enriquecedora e prática. Por exemplo, através dessas reuniões periódicas com as mulheres da Associação Cultural E Educacional De Mulheres Empreendedoras Negras e Indígenas - FEMENI, fui partícipe da elaboração do Estatuto Social delas, para posteriormente, poder ser fei-

to o registro da Associação. É necessário reiterar que, o Estatuto Social que deve ser feito é o que dá vida à uma Associação, e é através da formulação dele que os membros decidem seus papéis no conjunto, o modo que irão trabalhar e administrar o grupo. Evidentemente, todos esses elementos devem estar em acordo com o Código Civil, especificamente nos Artigos 44, 45 e 46, para que o Estatuto seja aceito em Cartório, e a Associação possa ter o seu registro.

DISCUSSÃO

Se aborda no presente trabalho a importância do fomento às associações e também, como o projeto de extensão pode ser essencial para que elas se efetivem e formalizem. Sendo assim, não só acarreta pontos positivos para a sociedade, mas também para a Universidade e os seus discentes, que têm conseqüentemente uma prática ativa no entendimento de leis, e na formulação de procedimentos jurídicos junto à comunidade, e nos feitos judiciais essenciais para regularização das referidas associações. O Projeto NuDiPp difunde o conhecimento jurídico necessário e informações acerca do processo de surgimento de associações, com ênfase nos trâmites de registro e atuação delas. Nesse caso, no último semestre, foram registradas 3 associações culturais e educacionais: Associação Cultural E Educacional Coletivo Sofá na Rua; Associação Cultural E Educacional De Mulheres Empreendedoras Negras e Indígenas - FEMENI; Associação Educacional Sul-Sur Fair Trade Cooperativa Jr.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do Projeto de Extensão NudiPp, é possível que os alunos extensionistas tenham enriquecedoras experiências de práticas jurídicas que fomentem não só o ensino e o conhecimento de trâmites e processos cíveis, mas também, que possibilitem o auxílio à comunidade local em questões que necessitam de auxílio judiciário para vigorar. Sendo orientados e acompanhados pela Prof. Me. Marcela Simões Silva, os extensionistas procuram estar vinculados aos projetos da cidade, para proporcionar maior protagonismo aos membros das comunidades locais, e fomentar a participação destes em espaços políticos e sociais, para que tenham seus direitos e deveres reconhecidos e ouvidos em decisões importantes acerca da comunidade. É portanto, uma experiência fundamental para os graduandos do curso de Direito ter esse tipo de contato com Associações culturais e educacionais, visando uma integração proveitosa que providencie

variadas formas de novos conhecimentos e conexões entre os discentes, docentes e membros da comunidade local.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2022.

Pequeno Manual para Associações. Núcleo de Direito e Participação Popular: Campo e Cidade – NUDIPP. Universidade Católica de Pelotas. Disponível em: <https://ucpel.edu.br/laravel/public/storage/mq-jOrWtvpuufOXZGPrtxwjCH8ezdcSX1pKBAN5Mn.pdf>.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

A IMPORTÂNCIA DE PROPORCIONAR A JOVENS VULNERÁVEIS INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

NATÁLIA GASTAL BEHRENSDORF¹; RAFAELA PINTO MULLER²; JOSIANE PINHEIRO BERNY³.

Palavras chave: Populações vulneráveis; Formação profissional; Escolha da Profissão.

INTRODUÇÃO

A escolha profissional no término do ensino médio é uma decisão crucial dos adolescentes. O envolvimento no trabalho remunerado revela-se não apenas uma necessidade econômica, mas também como forma de busca por independência e autonomia, tanto financeira quanto simbólica em relação às suas famílias. Ademais, como ressaltado por BRENNER e CARRANO (2023), o trabalho é valorizado como uma forma de educação e disciplina entre as famílias populares.

Nesse cenário, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) no curso de Medicina possui na grade curricular do 1º ano o Programa de Extensão Integrador Institucional: Direitos Humanos e Cidadania, que visa:

compreender a práxis extensionista sociocomunitária como construção de conhecimentos no processo de formação interdisciplinar e interprofissional, integrando os saberes científico e popular, para a reflexão-ação com os distintos grupos sociais sobre os direitos humanos fundamentais, com responsabilidade social⁴.

1 Graduada do 1º ano do Curso de Medicina da Universidade Católica de Pelotas. <natalia.behrendorf@sou.ucpel.edu.br>

2 Graduada do 1º ano do Curso de Medicina da Universidade Católica de Pelotas. <rafaela.muller@sou.ucpel.edu.br>

3 Preceptora do 1º ano do Curso de Medicina da Universidade Católica de Pelotas na UBS Fátima. <josiane.pinheiro@ucpel.edu.br>

4 Plano de ensino da disciplina de PEII.

Como parte da disciplina, os alunos realizaram visitas ao Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ) para identificarem e, posteriormente, realizarem, uma atividade de extensão que fosse de interesse e de contribuição para os adolescentes-alvo (idades entre 12 e 17 anos). O resultado desse encontro revelou o interesse e ambições desses jovens perante o mercado de trabalho. Foi relatado por eles a falta de informações e conhecimento perante as profissões que almejavam, além da carência de noção sobre os processos seletivos que permitem o ingresso em instituições de ensino superior.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência de acadêmicas de medicina nessa atividade de extensão, desde a preparação para o encontro com os jovens do IMDAZ, com a busca de referencial teórico que possibilitasse o desenvolvimento da atividade de extensão, até propriamente os encontros com os jovens, nos quais foi possível realizar reflexões sobre como a falta de informações e de conhecimento prévios sobre as atividades profissionais e também sobre os cursos de ensino superior e seus acessos, se torna mais um fator de vulnerabilidade para os jovens que frequentam o Instituto.

METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, foi adotada uma abordagem qualitativa, a qual permitiu o acompanhamento das interações ocorridas no IMDAZ. A observação foi realizada de forma não-estruturada, permitindo que as acadêmicas registrassem suas impressões de forma livre.

Foram realizadas 2 visitas ao IMDAZ. Na primeira, as acadêmicas, juntamente com os colegas que integravam o seu grupo, realizaram uma roda de conversa com os jovens, como procedimento de construção de dados. Esta metodologia, através da atenção à forma das narrações e à dinâmica da conversação, contribuiu com a horizontalidade e a aproximação das acadêmicas com os jovens.

Nessa etapa foram observados muitos questionamentos a respeito de profissões diversas e sobre a forma de acesso à educação de nível superior e ao mercado de trabalho. Esse interesse foi, em grande parte, motivado pelo fato de que o grupo discente era bem heterogêneo, possuindo membros com idades entre 17 e 55 anos, dos quais 5 alunos já estavam realizando a segunda graduação, com o objetivo de mudarem de profissão.

Ao final do encontro, ficou acordado com os jovens do IMDAZ que a ação realizada com eles envolveria o fornecimento de informações sobre outras carreiras, já que o tema foi muito demandado por eles.

Com o tema escolhido, os acadêmicos de medicina passaram a estudar sobre o tema e realizaram a construção de um referencial teórico que pertinente.

Nesse sentido, PANTOJA et al (2021) realizaram uma pesquisa na qual avaliaram o impacto da feira vocacional na escolha de profissões dos alunos da escola pública, verificando que 68% dos estudantes declararam que a exposição esclareceu suas dúvidas. Dessa forma, identificaram a importância da realização de feiras vocacionais no âmbito escolar, uma vez que tais iniciativas tendem a desenvolver a maturidade vocacional dos alunos na escolha de qual profissão/carreira seguir.

De acordo com ALVES et al (2019), no artigo “Orientação Profissional com Jovens em Vulnerabilidade Social: Uma Revisão Teórica”, para os jovens de escola particular há uma rapidez e necessidade de ter acesso ao ensino superior enquanto para os de escola pública há outros caminhos a percorrer antes de ingressar no ensino superior. Elucidam, assim, os autores que jovens que participam de processos de orientação profissional acabam tendo mais condições de fazer escolhas com qualidade e de se sentirem mais seguros para lutar pelo que querem, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Posteriormente, ocorreu a 2ª vista ao Instituto, na qual foram realizadas exposições com profissionais convidados de áreas diversas, policiais civis, Dj e veterinário, que apresentaram suas profissões, narraram suas rotinas de trabalho e oportunizaram a formulação de perguntas, construindo um diálogo enriquecedor para os jovens do Instituto, e que consubstancia uma metodologia ativa de aprendizado.

RESULTADOS

Durante as atividades no IMDAZ foi possível observar as dúvidas e incertezas que permeiam essa etapa do desenvolvimento, e o quanto projetos de extensão podem ser utilizados para promoção e ampliação do conhecimento, sendo enriquecedor para todos os participantes.

Com a prática extensionista, bem como com o apoio do material levantado na pesquisa bibliográfica, restou evidente o quanto a falta de informações e de conhecimento prévio necessário para lidar com o ingresso no ensino superior se torna uma vulnerabilidade vivida não só pelos jovens do instituto como do país inteiro.

No entanto, constatou-se a curiosidade dos adolescentes em querer descobrir o que os espera no mercado de trabalho, e o interesse no acesso a informações que serão importantes para as suas escolhas profissionais. Tal situação evidencia um campo importante para atuação da sociedade, seja na forma de construção de políticas públicas que aproximem a realidade de jovens oriundos de escolas públicas e de segmentos mais vulneráveis à informação que é fornecida aos jovens de escola particulares, seja no fomento de atividades extensionistas e da sociedade civil com essa finalidade.

Além disso, para os discentes foi evidenciada a necessidade de contato com as diversas realidades sociais e as diferenças no acesso a informações, o que será importante para a construção de sua personalidade profissional e o melhor entendimento humano.

CONCLUSÃO:

Esse estudo relatou a experiência de uma prática extensionista e como disciplinas como essa podem contribuir para a sociedade e também para o desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional dos acadêmicos de medicina.

REFERÊNCIAS:

1. BRENNER, Ana Karina Brenner; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. 2023. Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/wrjyvyBmV7zsWtmLgDrz8SN/>>. Acesso em 13 de jun 2024.
2. PANTOJA, L. C., COUTINHO, J. J. O., JUNIOR, E. P. da S., SANTANNA, J. da S., LEDER, P. J. S., PANTOJA, M. C., FERREIRA, B. T. da C., & COELHO, P. S. A. 2021. O impacto da feira vocacional na escolha de profissões dos alunos da escola pública. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), p. 4345–4351. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-293>>. Acesso em 13 de jun de 2024.
3. ALVES, Natalia; SILVA, Rafaelly; BARREIRA; Marília; TEREZINHA, Joca. (2019). Orientação Profissional com Jovens em Vulnerabilidade Social: Uma Revisão Teórica. *Revista FSA*. 16. p. 249-264. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332795523_Orientacao_Profissional_com_Jovens_em_Vulnerabilidade_Social_Uma_Revisao_Teorica/link/5e0e4c9592851c8364adc2c5/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnNOUGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19>. Acesso em 13 de jun de 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

VIVÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE UMA UNIDADE BÁSICA DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PEDRO EMÍLIO PAMPLONA MACHADO BARP; MARIA CLARA BALSAN CHIQUIN; MARIANA ACCORSI TELES; MARIANA HARTER SCHERDIEN; CÂNDIDA GARCIA SINNOT SILVEIRA RODRIGUES.

Promoção de Saúde; População; Atenção Básica; Planejamento

INTRODUÇÃO

Primeiramente, conforme estabelecido no Art. 2º da PORTARIA N° 2.436, a Atenção Básica é composta por um conjunto de ações e serviços de saúde direcionados tanto ao indivíduo quanto à família e à coletividade. Estas ações incluem promoção da saúde, prevenção de doenças, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, sendo executadas por meio de práticas integradas de gestão e cuidado qualificado. As equipes multiprofissionais são responsáveis por implementar tais ações em um território específico, assumindo a responsabilidade sanitária sobre a população adstrita a essa área. Esse modelo permite a organização dos serviços de acordo com as necessidades locais e a realidade da população.

Para que as ações sejam bem-sucedidas, é essencial que as equipes possuam conhecimento profundo sobre as características do território onde desenvolvem suas atividades. A inserção da equipe multiprofissional, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), garante a realização de diagnósticos situacionais e a criação de vínculos com a população, elementos essenciais para que as intervenções sejam efetivas, abrangentes e integradas.

A abordagem no território deve ir além da simples identificação dos dados epidemiológicos da população-alvo. É necessário analisar as dimensões sociais, econômicas e ambientais que afetam diretamente o acesso ao direito à saúde. Barcellos (2000) aponta que a doença está relacionada

1 Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: pedro.barp@sou.ucpel.edu.br

2 Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: maria.chiquin@sou.ucpel.edu.br

3 Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: mariana.teles@sou.ucpel.edu.br

4 Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: mariana.harther@sou.ucpel.edu.br

5 Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: candida.rodrigues@ucpel.edu.br

às condições individuais, enquanto a situação de saúde reflete fatores ambientais e sociais contextuais, influenciando o surgimento e a prevalência de doenças. Portanto, a análise crítica desses fatores fornece maior clareza para o planejamento de ações em saúde.

Assim, a análise detalhada da área de atuação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) se torna essencial, uma vez que possibilita identificar determinantes sociais, fatores de risco e as especificidades locais da população, fornecendo elementos fundamentais para estratégias de acolhimento e intervenções adequadas. O diagnóstico situacional possibilita compreender as necessidades da população e criar políticas públicas ou ações que tragam mudanças significativas para a realidade social e de saúde local.

OBJETIVOS: O presente trabalho tem como objetivo principal relatar a observação do território adscrito à Unidade Básica de Saúde Py Crespo, destacando a relevância da territorialização no processo saúde-doença e analisando como o diagnóstico situacional pode orientar e potencializar as práticas de cuidado e planejamento em saúde no contexto local.

RELATO DA EXPERIÊNCIA: Este relato tem como base a experiência reflexiva e observacional do território adscrito à UBS Py Crespo, desenvolvida durante atividades de extensão realizadas por alunos do primeiro ano do curso de Medicina da Universidade Católica de Pelotas. O objetivo da Unidade Curricular Extensionista foi proporcionar aos estudantes uma compreensão aprofundada sobre o conceito de território, suas implicações históricas, sociais e sua influência no planejamento em saúde.

Os alunos analisaram o papel do território como elemento fundamental para o planejamento local em saúde, realizando visitas a diversas microáreas dentro da área de abrangência da UBS para aplicar os conhecimentos adquiridos de forma prática. Inicialmente, foi realizada uma busca por informações no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), o que revelou que a UBS atende entre 15.000 e 16.000 habitantes, distribuídos em 17 microáreas distintas.

Com essas informações em mãos, as equipes realizaram visitas exploratórias para investigar os principais determinantes sociais da saúde, identificar os perfis da população, os principais desafios de acesso à UBS Py Crespo e as doenças crônicas mais prevalentes na região. Entre essas microáreas, a microárea 3 chamou a atenção por apresentar altos índices de vulnerabilidade social e infraestrutura precária, impactando diretamente a qualidade de vida da população local.

Na microárea 3, observou-se que grande parte da população é composta por catadores de materiais recicláveis, sujeitos a riscos contínuos de exposição a resíduos biológicos e químicos. Além disso, a falta de saneamento básico adequado, como esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo, torna as condições de moradia insalubres, o que eleva a probabilidade de disseminação de doenças e o surgimento de complicações de saúde. Entre as doenças mais prevalentes identificadas na população local, destacaram-se Diabetes e Hipertensão, condições agravadas pela escassez de opções

para acesso a alimentos saudáveis e pela predominância de pequenos comércios com ofertas alimentares de baixa qualidade nutricional.

DISCUSSÃO: Juntamente com a supervisão da preceptora da UBS, foram analisados os dados e observações coletados no território, destacando os determinantes sociais mais críticos identificados na microárea 3. Os principais problemas incluíram fatores socioculturais e ambientais, como acesso limitado à UBS devido às condições precárias das ruas e o agravamento das situações por alagamentos frequentes. Esses fatores impactaram negativamente o acesso e a continuidade do cuidado prestado, reforçando a necessidade urgente de melhorias tanto no acesso aos serviços de saúde quanto na infraestrutura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estudo aprofundado e o diagnóstico situacional do território adscrito representam instrumentos essenciais para avaliar o nível de vulnerabilidade social da população e orientar a formulação de estratégias que melhorem a saúde da população atendida pela UBS Py Crespo. O conhecimento

do território e a análise crítica das necessidades locais são fundamentais para implementar um modelo de atenção integral, promovendo ações que não se limitem apenas ao tratamento de doenças, mas que considerem também as condições de vida e os determinantes sociais.

Esta experiência de extensão se mostrou significativa para a formação profissional dos estudantes de medicina, promovendo um aprendizado prático e interdisciplinar. Ela contribui para a formação de médicos mais empáticos, preparados e conscientes da importância da humanização no atendimento e no planejamento de ações de saúde baseadas em uma abordagem integral e crítica.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, C.; MONKEN, M. *O território na promoção e vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

FARIA, R. M. de. A territorialização da atenção básica à saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4521-4530, 2020.

CALISTRO, M. de O.; et al. Territorialização com uso de georreferenciamento e estratificação de vulnerabilidade social familiar na Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2141-2148, 2021.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

CONSTRUINDO UM ATENDIMENTO INCLUSIVO PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

RAÍSSA DOM ZANIN¹; BIBIANA MARTINS VERISSIMO DE MELO²; STÉFANI CAPELETT ZARICHTA³; NATHÁLIA BOBROWSKI RICHTER⁴; CARLA AVILA⁵.

1.1. *Universidade Católica de Pelotas*

1.2. *raissa.zanin@sou.ucpel.edu.br*

2.1. *Universidade Católica de Pelotas*

2.2. *bibiana.melo@sou.ucpel.edu.br*

3.1. *Universidade Católica de Pelotas*

3.2. *stefani.zarichta@sou.ucpel.edu.br*

4.1. *Universidade Católica de Pelotas*

4.2. *nathalia.richter@ucpel.edu.br*

5.1. *Universidade Católica de Pelotas*

5.2. *carla.avila@ucpel.edu.br*

Palavras chave: Atenção Básica; LGBT; Pessoas Transgênero

Introdução

Dentro das demandas em saúde do município de Pelotas - RS, identifica-se uma lacuna entre a atenção básica e o vínculo com a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e mais). Essa falha ocorre, principalmente, quando a população busca o acesso à unidade básica de saúde, uma vez que muitas equipes não se encontram capacitadas de maneira adequada para atender as necessidades específicas desses indivíduos, especialmente as pessoas transgênero, evidenciando assim, a perda da longitudinalidade do cuidado. Frequentemente, pacientes que fazem parte deste grupo, não são questionados quanto às suas demandas específicas, seja por falta de diálogo na relação médico-paciente, tanto por parte do próprio paciente, quanto por parte da equipe médica, que, muitas vezes, não se encontra devidamente treinada para lidar com as peculiaridades da saúde desta população¹. Esse cenário compromete a eficiência do SUS, fazendo com que o serviço se afaste dos seus princípios fundamentais, afetando negativamente a saúde, o bem estar e a qualidade de vida desta população. Além disso, muitos profissionais de saúde desconhecem a

existência de serviços especializados para o atendimento ambulatorial da população LGBTQIAPN+, o que agrava ainda mais a marginalização desse grupo no sistema de saúde.

Objetivo

Relatar a experiência de participação do projeto de extensão UBS DE TODAS AS CORES, no 1º Congresso Pelotense de Medicina da Família e Comunidade.

Relato de experiência

No dia quatro de outubro de 2024, nós do projeto UBS DE TODAS AS CORES comparecemos ao primeiro Congresso Pelotense de Medicina de Família e Comunidade. O evento foi uma oportunidade para estudantes e profissionais já formados ampliarem e consolidarem seu conhecimento a respeito da saúde coletiva, promovendo a troca de conhecimentos, experiências e pesquisas, além de proporcionar o avanço das práticas clínicas, de ensino e de políticas públicas na área da saúde.

Nossa participação teve como foco entender o quanto profissionais e futuros médicos estão capacitados para atender as necessidades específicas da população LGBTQIAPN+. A ação foi realizada durante o credenciamento do evento, na qual conversamos com os congressistas, momento que permitiu uma significativa troca de conhecimento, fortalecendo o compromisso de todos com a inclusão, a equidade e a universalidade no atendimento em saúde. Ademais, nessa ação identificamos um desconhecimento e desconforto de alguns participantes acerca do atendimento da comunidade LGBTQIAPN+, suas necessidades e barreiras estruturais no acesso ao serviço de saúde.

Além disso, ofertamos um questionário para divulgação do projeto de extensão aos participantes do congresso. Nessa atividade, abordamos uma variedade de tópicos que permitiu que os participantes compartilhassem suas percepções sobre o que consideram mais desafiador e essencial para melhorar o atendimento. Obtivemos a participação de 58 congressistas nesse questionário, o qual foi uma ferramenta de coleta de dados que proporcionou uma visão clara sobre as lacunas de ensino dos profissionais atuantes e em formação, e o déficit existente nos princípios de equidade e universalidade do SUS.

Através do questionário que realizamos com os participantes do congresso, foi possível identificarmos quantos profissionais já haviam realizado atendimento de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, sendo que 44,8% dos participantes responderam negativamente. Este resultado suscita algumas reflexões, como: será que

as pessoas dessa comunidade não procuram atendimento devido à falta de um ambiente acolhedor? Ou seria a ausência de conhecimento por parte da equipe sobre as necessidades específicas dessa população o principal fator? Alternativamente, a baixa procura poderia ser atribuída à percepção dos profissionais de que a presença dessa população nas consultas é considerada insuficiente?

Outro dado relevante é que 32,8% dos participantes não demonstraram interesse em buscar informações adicionais sobre como conduzir atendimentos a pessoas LGBTQIAPN+. Esse número levanta a questão de como os profissionais veem a importância de se atualizar e capacitar para oferecer cuidados adequados a esse público. Além disso, 63,8% dos profissionais não perguntam aos pacientes acerca do nome social e 52,6% esquecem de questionar sobre a orientação sexual. Esses números indicam uma falta de sensibilização e uma abordagem inadequada na comunicação com os pacientes, que impacta diretamente no acolhimento e no cuidado oferecido.

Por fim, 32,75% dos profissionais não sabiam da existência de um ambulatório de apoio à saúde de pessoas transsexuais em Pelotas, em parceria com a UFPEL, e 13,79% não responderam à questão, o que sugere desconhecimento sobre esse importante serviço. Isso reforça a necessidade de maior divulgação de recursos e apoio especializado para a comunidade trans, além de destacar a importância de uma formação continuada que informe os profissionais sobre os serviços existentes.

Esses dados evidenciam a urgência de mudanças na formação e na prática dos profissionais de saúde, para garantir um atendimento mais inclusivo, respeitoso e sensível às necessidades da comunidade LGBTQIAPN+.

Discussão

Essas e outras questões nos levam a refletir sobre as falhas do sistema de saúde no atendimento adequado à comunidade LGBTQIAPN+. É evidente que os profissionais de saúde necessitam de capacitação contínua para realizarem um atendimento inclusivo e respeitoso, sendo imprescindível que os gestores municipais reconheçam essa necessidade e a tratem com urgência, pois quando se busca atendimento médico, é esperado receber respostas claras e orientações precisas sobre as necessidades específicas de cada indivíduo.

No entanto, ao chegar a uma consulta médica, não ser tratado pelo nome social, os profissionais demonstram falta de respeito e competência no atendimento às especificidades, ou se não estiverem atualizados sobre os exames e rastreios específicos necessários, a experiência torna-se pro-

fundamente insatisfatória. Em tais circunstâncias, é natural que o paciente se sinta desmotivado a retornar, afastando-se do sistema de saúde justamente no momento em que mais precisa de cuidados.

Ademais, a participação expressiva dos congressistas, possibilitou, ainda, a visualização de uma forte disposição de parte dos profissionais e estudantes de medicina em refletir sobre o próprio preparo e compreender áreas que ainda necessitam de aprofundamento e capacitação.

Considerações finais

A participação no congresso e o retorno obtido através do diálogo confirmam o valor do UBS DE TODAS AS CORES como projeto transformador. Diante do exposto, ressalta-se a importância de sensibilizar os profissionais sobre as questões específicas que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+ e de fornecer orientações práticas para garantir um atendimento acolhedor, respeitoso e livre de preconceitos, enfatizando-se a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a inclusão dessa população na busca pela integridade dos cuidados.

Destaca-se, ainda, a relevância deste projeto na identificação e análise das lacunas existentes no atendimento e no acesso à saúde para a população LGBTQIAPN+. Esta investigação pode proporcionar dados importantes, os quais podem ser utilizados para disseminar conhecimento e despertar o interesse de outros profissionais e da sociedade. Além disso, visa possibilitar a ampliação das ações e intervenções nos próximos anos, direcionando esforços para áreas específicas onde a intervenção é necessária.

O objetivo final é alcançar um atendimento justo, com acesso universal e equitativo, garantindo a continuidade do cuidado e a preservação da longitudinalidade no atendimento aos pacientes.

Referências:

Safer JD, Coleman E, Feldman J, Garofalo R, Hembree W, Radix A, Sevelius J. Barriers to healthcare for transgender individuals. *Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes.* 2016 Apr;23(2):168-71. doi: 10.1097/MED.000000000000227. PMID: 26910276; PMCID: PMC4802845.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PELOTAS: UM OLHAR ATENTO

RENATA PINTO DIAS DE OLIVEIRA JANDT¹; CARLA SILVA DE ÁVILA²

Palavras-chave: Curricularização; Extensão; Pessoas em situação de rua; Interseccionalidade.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar um relato de experiência vivenciado no segundo semestre de 2023, no Curso de Psicologia, na componente curricular Programa interprofissional extensionista (PIEx): Vivência extensionista interprofissional I.

2. OBJETIVO

Aprofundar a discussão iniciada na componente curricular PEII: Programa de extensão integrador institucional - direitos humanos e cidadania - sobre as Pessoas em Situação de rua na cidade de Pelotas em uma perspectiva interseccional identificando os marcadores sociais raça, gênero, sexualidade e classe social presentes na temática; assim como verificar a (in)existência de rede de apoio na cidade de Pelotas.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Buscando mapear a rede de apoio na cidade de Pelotas, contatamos com a Secretaria Municipal de Assistência Social, visitamos o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Cláudia Pinho Hartleben; a Casa de Passagem e o Centro POP.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher Cláudia Pinho Hartleben integra a rede de proteção e políticas públicas para a mulher e é voltado ao trabalho de prevenção à violência. Como nos foi explicado, não havia no local uma ação específica para mulheres em situação de rua, motivo pelo qual não pudemos coletar dados para a pesquisa.

A Casa de Passagem é uma unidade para acolhimento e proteção de indivíduos afastados do núcleo familiar, bem como para famílias que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. É um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O serviço funciona 24 horas em regime de plantão e das 19h às 08h oferecendo banho, alimentação, pernoite. Na Casa, também tem espaço para abrigar os cães do público assistido.

¹Graduanda do 4º semestre do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pelotas. Extensionista do NEEPRER; e-mail: renata.jandt@sou.ucpel.edu.br;

²Professora da Universidade Católica de Pelotas; e-mail: carla.avila@ucpel.edu.br

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Os serviços são voltados ao atendimento de jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Funciona de segunda à sexta-feira, das 8 às 16h, os acolhidos têm acesso a encaminhamentos de documentos, benefícios e outros serviços; podem tomar banho, se alimentar, guardar seus pertences, descansar e lavar as suas roupas.

4. DISCUSSÃO

Inicialmente se faz necessário tratar o conceito da população em situação de rua, perfil predominante e causas que a originam.

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, define população em situação de rua da seguinte forma:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009, art. 1º, Parágrafo único).

De acordo com os dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), “o perfil das pessoas em situação de rua cadastradas no país são majoritariamente do sexo masculino (87%), adultas e negras (68%). Dentre as principais causas estão problemas familiares, desemprego, alcoolismo e/ou uso de drogas” (Relatório digital População em situação de rua, MDHC, Brasília, Agosto de 2023).

Infelizmente, a realidade da população de rua de Pelotas, não se diferencia da realidade nacional.

Segundo dados obtidos² em conversa com o Coordenador da Casa de Passagem de Pelotas à época, Sr. José Francisco Assumpção da Luz, no mês de 09/23 na Casa de Passagem foram acolhidas 197 pessoas, sendo 89,85% homens e 10,15% mulheres. Do total de mulheres, 90% são negras³.

Faixa etária de homens: 18 a 35 anos (84 pessoas), 36 a 59 anos (87 pessoas), 60+ (6 pessoas). Faixa etária de mulheres: 18 a 35 anos (10 pessoas), 36 a 59 anos (10 pessoas), 60+ (0 pessoas).

Número de pessoas que faz uso de substância lícita/ilícita (149); possuem alguma deficiência, sejam física e/ou intelectual (11); portadores de doenças crônicas e/ou infecções sexualmente transmissíveis (17); diagnosticadas com algum transtorno mental (39) - do total de 197 acolhidos.

2 Informações repassadas na visita realizada em 02/11/2023 e autorizada a divulgação para fins acadêmicos

3 Destaque-se que no referido mês não foi feito nenhum acolhimento para população LGBTQIAPN+.

Uma vez conhecida a realidade que permeia a população em situação de rua cabe questionar como podemos pensar a temática na perspectiva das múltiplas exclusões e como construir estratégias para o enfrentamento desta realidade tão dolorosa da população em situação de rua?

Os debates sobre interseccionalidade surgiram a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980, com destaque inicial para Kimberlé Crenshaw.

A professora universitária e socióloga norte-americana Patricia Hill Collins também contribuiu sensivelmente ao tema utilizando o termo interseccionalidade para se referir a essa sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão.

No Brasil nomes marcantes na temática são Sueli Carneiro, Neusa Santos, Luiza Bairros, Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento.

A teoria da interseccionalidade tem encorajado diversas reflexões sobre as consequências estruturais de poderes que criam relações de subordinação, opressão, discriminação e, através deste debate promover a adoção de políticas públicas de inclusão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o perfil da população em situação de rua em Pelotas é majoritariamente do sexo masculino, adultas, e negras, em situação de extrema vulnerabilidade social.

Que vários fatores contribuem para esta realidade, como questões familiares, uso de substâncias, desemprego.

Contudo, a discussão precisa ser debatida também se levando em consideração os sistemas de opressão que são inúmeros e permeiam a temática.

Acredita-se que a interseccionalidade seja uma boa estratégia, pois evidencia e debate a sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão, como discriminação, racismo, patriarcado.

É preciso que se evidencie que as pessoas em situação de rua, especificamente por não serem membros dos “grupos dominantes” na sociedade, suas trajetórias são marcadas por maior vulnerabilidade, estando mais sujeitas as múltiplas formas de opressão, o que torna suas vidas mais dolorosas.

Constatou-se, também que apesar de existir uma rede de apoio em atividade na cidade de Pelotas, a mesma apresenta múltiplos desafios, tais como ampliação do serviços de saúde e assistência social para atender as necessidades da população em situação de rua.

Por fim, destaca-se efetiva possibilidade de articular as temáticas centrais do NEEPRER⁴ com conhecimentos problematizados em sala de aula,

⁴ NEEPRER- Núcleo de extensão, ensino e pesquisa das relações étnico-raciais da UCPEL que tem como objetivo principal realizar ações referentes à promoção da Igualdade Racial por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

a exemplo do que deu origem a este trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em 11 dez. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania- MDHC. Agosto de 2023. Disponível em: [www.gov.br > publicacoes > relat_pop_ua_digital](http://www.gov.br/publicacoes/relat_pop_ua_digital). Acesso em: 10 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

O PROJETO DE EXTENSÃO PACIENTES JURÍDICOS SOBRE A LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ACESSO À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

SAMIRA KOHN (autora)¹; MANOELA DAMÉ (autora)²; ISABEL HIRCHMANN (autora)³; MARINA NOGUEIRA MADRUGA (orientadora)⁴

Palavras-chave: direitos fundamentais; acesso à saúde; dignidade da pessoa humana; acesso à justiça.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal reconhece o Direito à saúde como um direito universal e um dever do Estado (artigo 6º). De acordo com o artigo 196 do mesmo diploma normativo, a saúde deve ser garantida por meio de políticas sociais e econômicas, as quais devem assegurar o acesso universal e igualitário aos serviços de: promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, devido a desigualdades socioeconômicas, problemas orçamentários e a falta de políticas públicas adequadas, uma parte significativa da população ainda não consegue acessar os serviços de saúde, que deveriam ser gratuitos e de qualidade.

Assim, apesar de ser um direito fundamental, o SUS enfrenta dificuldades para atender a todas as demandas, resultando em falhas tanto na qualidade dos serviços quanto no acesso a atendimentos médicos, tratamentos, cirurgias e medicamentos, em filas de espera que demoram significativo tempo para atendimento. Desta realidade, se tem como alternativa viável a garantia de direitos, por intermédio da judicialização de casos que envolvem a garantia e promoção de saúde.

Frente a tal realidade, na qual pessoas vulneráveis enfrentam dificuldades de acesso à saúde, o Projeto de Extensão “Pacientes Jurídicos”, vinculado ao Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) e ao Curso de Direito da

1 Universidade Católica de Pelotas – samira.kohn@sou.ucpel.edu.br

2 Universidade Católica de Pelotas – manoela.correa@sou.ucpel.edu.br

3 Universidade Católica de Pelotas – isabel.hirchmann@ucpel.edu.br

4 Universidade Católica de Pelotas – marina.nogueira@ucpel.edu.br

Universidade Católica de Pelotas, oferece suporte jurídico, visando atender questões essenciais relacionadas à saúde.

Logo, o texto “O Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos Sobre a Luz dos Direitos Fundamentais da Dignidade da Pessoa Humana e Acesso à Saúde: Relato de Experiência”, visa relatar a experiência de ensino-aprendizagem sobre conteúdos teóricos de acesso à justiça para assegurar dignidade humana e direito à saúde, frente à experiência prática, junto ao atendimento comunitário e jurídico de três alunas inseridas no Projeto, que atendem a comunidade, na Unidade Básica de Saúde da Sanga Funda e no Serviço de Assistência Jurídica da UCPel.

Para satisfazer o propósito principal, parte-se do seguinte questionamento: “de que maneira o Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos impacta a população no cumprimento das demandas na área da saúde, levando em consideração ser direito fundamental?”.

Em busca dessa resposta sobre a conexão do acesso à justiça e a garantia dos direitos fundamentais na experiência extensionista, deve-se observar que esta proporciona um espaço de aprendizagem prático que possibilita a reflexão crítica, o desenvolvimento de habilidades jurídicas e a construção de soluções para problemas sociais, promovendo a conscientização e o empoderamento das comunidades atendidas, além da efetiva garantia ao direito à vida e acesso à saúde.

2. OBJETIVO

Neste relato de experiência se pretende apresentar: a) a contextualização do processo de ensino-aprendizagem das alunas extensionistas e os objetivos do Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos; b) a descrição da experiência; c) a análise reflexiva e d) os resultados e impactos do projeto na comunidade e na extensão universitária.

Para dar conta dos itens “c” e “d”, respectivamente: análise reflexiva e resultados, procedeu-se a um levantamento de dados do semestre de 2023/2 da judicialização de casos que envolvem saúde pelo projeto junto ao SAJ.

Com o objetivo de contribuir, o texto visa destacar a importância dos projetos de extensão para a conexão entre teoria e prática dos alunos, além de fortalecer o atendimento à comunidade local, através do apoio jurídico para acessar serviços de saúde, proporcionando um contato direto com a comunidade e com a realidade socioeconômica da região, enriquecendo a formação humanística e a prática jurídica das discentes.

3. RELATOS DE EXPERIÊNCIA E DISCUSSÃO

Os tópicos a seguir pretendem dar conta deste relato de experiência para apresentar os impactos da extensão na formação acadêmica e na efetivação de direitos sociais junto à comunidade:

3.1. A contextualização do processo de ensino-aprendizagem das alunas extensionistas e os objetivos do Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos:

Os principais objetivos do Projeto, conectados com objetivos de Ensino aprendizagem através da prática extensionista são: a) atendimento jurídico, orientação e assessoramento à comunidade hipossuficiente do bairro Sanga Funda na sua UBS; b) fortalecer vínculos interdisciplinares entre os cursos de direito e medicina; c) permitir aos estudantes envolvidos no projeto o aprendizado alicerçado na vivência comunitária e interdisciplinar; d) potencializar a estrutura física das Unidades Básicas de Saúde de responsabilidade da UCPel; e) oportunizar a aproximação dos estudantes do curso de Direito da UCPel, desde o início do curso, com a realidade socioeconômica local, potencializando sua formação humanística.

Conectando as alunas extensionistas com a realidade da comunidade, o projeto contribui tanto para a região quanto para o desenvolvimento da prática jurídica, pois essa experiência oferece a nós estudantes uma visão prática dos desafios cotidianos, estimulando uma reflexão crítica sobre o direito social e o acesso à justiça.

A vivência comunitária e interdisciplinar pretende desenvolver as habilidades esperadas ao profissional do Direito, fortalecendo o acesso à justiça e promovendo a dignidade humana e o direito à vida.

3.2. A descrição da experiência e a análise reflexiva:

A participação das extensionistas acontece com um encontro semanal de modo presencial na universidade, além de uma visita *in loco* na UBS Sanga Funda para o atendimento das demandas mensais.

Tendo responsabilidade pelas seguintes atividades: atendimentos iniciais/triagem, solicitação de documentos, elaboração de peça inicial, análise de processos, discussão acerca da omissão dos Entes Públicos, instrução da comunidade acerca do direito à saúde (presencial e online pela rede social do Projeto).

Primeiramente, em relação a análise dos casos e processos, o trabalho desempenhado pelos extensionistas, é em um primeiro momento realizar atendimento no SAJ da UCPel ou na UBS da Sanga Funda, após análise do caso trazido pelo assistido, se constatada a necessidade - caso o assistido tenha esgotado todas as possibilidades administrativas e extrajudiciais e entregue a documentação jurídica necessária -, ingressa-se com a demanda judicial.

Ainda, é essencial ressaltar a discussão acerca da omissão dos Entes Públicos; neste tópico, debate-se sobre a falta de investimento e interesse da Administração Pública (nas três esferas) em fornecimento de insumos e tratamentos na área da saúde. Constata-se nesta parte que a maioria dos processos, os quais ingressamos seriam facilmente resolvidos se existisse uma maior atenção dos Entes nas demandas de assistência básica de saúde.

Além disso, realizamos atividades de informação junto à comunidade sobre direitos relacionados à saúde, tanto de modo presencial durante os

atendimentos, como de modo virtual por rede social, até elaboração de materiais, folders, modelos de laudos instrutivos.

Como último ponto, tem-se a observância prática do Projeto, onde se procura debater sobre casos reais atendidos pelo grupo e pesquisas de jurisprudências semelhantes para análise.

3.3 Os resultados e impactos do projeto na comunidade e na extensão universitária:

Em levantamento dos dados relativos ao segundo semestre de 2023 relacionados ao Projeto, colhidos da base de dados semestral que fazem levantamento as extensionistas e coordenadora responsável, se tem: 23 (vinte e três) processos em tramitação na Justiça Estadual e Federal, sendo elas: 8 (oito) demandas de consultas e exames, 7 (sete) demandas de medicamentos, 6 (seis) demandas de cirurgias e 2 (duas) demandas de insumos.

O que se percebe pelos números de apenas um semestre é a necessidade de acesso a demandas básicas de atendimento via SUS em que as pessoas vulneráveis e hipossuficientes aguardam para atendimento além do prazo razoável, ferindo o direito à saúde e necessitando buscar acesso à Justiça para proteção.

4. CONSIDERAÇÕES

Por fim, conclui-se que os projetos de extensão são de suma importância na vida acadêmica dos discentes, sendo possível a experiência prática da teoria e o impacto na comunidade. Através do Projeto de Extensão Pacientes Jurídico foi adquirido conhecimento e experiência em relação ao funcionamento do direito a saúde e processo civil, desde o atendimento e orientação do assistido, recebimento de documentos para análise até o acompanhamento processual.

Além disso, o Projeto possui grande relevância social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e garantia do direito à vida e saúde, uma vez que, além de possibilitar o acesso gratuito para pessoas hipossuficientes, ele propicia o atendimento na comunidade local da região da Sanga Funda, tornando a assistência judiciária humanizada e acessível para aqueles que não possuem meio para deslocar-se até a UCPEL. Por fim, o Projeto fortalece a relação entre a Universidade e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tais experiências permitem que se tenha uma formação humanística e jurídica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União: 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: out. de 2023.

FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Para equacionar a judicialização da saúde no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 3, 2019.

FILPO K, MIRANDA MG, SILVA RB, PEREIRA, TR. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. Rio de Janeiro: Ágora 21. 2019. 802 p.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional: Coleção Esquematizado**. 27. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

ABORDAGEM DO LAZER DE IDOSOS NO PRIMEIRO ANO DE MEDICINA

SARAH ELOI RODRIGUES BRAZ¹; CAROLINA PROCHNOW VALENTI²;
MANOEL BOIJINK SOARES³; JÚLIA CECÍLIA FERRARI BRAGA ; CAINÁ
CORRÊA DO AMARAL⁵

Universidade Católica de Pelotas¹, sarah.braz@sou.ucpel.edu.br¹;

Universidade Católica de Pelotas², carolina.valenti@sou.ucpel.edu.br²;

Universidade Católica de Pelotas³, manoel.soares@sou.ucpel.edu.br³;

Universidade Católica de Pelotas⁴, julia.ferrari@sou.ucpel.edu.br⁴;

Universidade Católica de Pelotas⁵, caina.amaral@ucpel.edu.br⁵

PALAVRAS CHAVE: Idoso; lazer; saúde; psicopatologias.

INTRODUÇÃO

O artigo 3º do Estatuto do Idoso prevê dentre as garantias fundamentais dos indivíduos com 60 anos ou mais, o direito ao lazer: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, [...]” (BRASIL, 2003). Nesse sentido, atividades de lazer para a população senescente fomentam o desenvolvimento corporal, mental e emocional ao estimular por exemplo, respectivamente, o aumento de massa magra, a memória e a autoestima (MORI; FERREIRA, 2010). Assim, cabe à Atenção Primária à Saúde (APS) preocupar-se com o entretenimento do idoso já que ela se encarrega da promoção e prevenção da saúde, valendo-se de suas ramificações, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), imprescindíveis para garantir o acesso à saúde (BRANT et al., 2016).

OBJETIVO

Descrever a experiência vivenciada durante o primeiro ano do curso de medicina, na disciplina de Unidade Curricular de Extensão 1 (UCEx1) através de consultas realizadas na UBS Areal I, e visitas domiciliares (VD) à casa da paciente com o propósito de ponderar a desvalorização do lazer do idoso e os impactos na saúde dele a curto e longo prazo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência foi vivenciada por uma abordagem familiar, realizada durante a UCEx1 com uma idosa de 84 anos, viúva, diagnosticada previamente com depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Foram acompanha-

das duas consultas na UBS Areal I, com a aplicação da Escala de Lawton (LAWTON; BRODY, 1969) e de Katz (KATZ et al., 1963), questionamentos que apontaram alto comprometimento das atividades básicas diárias. Aliadas às comorbidades físicas, foram observados sintomas depressivos exacerbados desencadeados pela recente viuvez.

Na semana seguinte, foi concretizada uma VD devido à dificuldade de locomoção da paciente. Essa visita possuiu como objetivo criar vínculo com a paciente, conhecer sua residência e a situação em que a senhora se encontrava, bem como realizar o genograma familiar e ecomapa a fim de melhor compreender as patologias físicas e psíquicas apresentadas e suas perpetuações na família. Durante a conversa, a idosa tomou ciência da existência do grupo de convívio da UBS, embora não tenha demonstrado interesse dada a dificuldade enfrentada para sair de casa ocasionado pela síndrome do pânico. Já a segunda VD, três semanas depois, objetivou acompanhar a paciente até a UBS para cuidado integral e multidisciplinar. Na UBS houve uma reorganização dos medicamentos prescritos, com a elaboração de uma tabela que indica hora do dia, quantidade e medicamento a ser ingerido. Também, iniciou-se o preenchimento da caderneta da pessoa idosa e verificou-se o cartão de vacina dela.

O cenário observado ao longo dos acompanhamentos supracitados foi de desrespeito ao artigo 3º do Estatuto do idoso (BRASIL, 2003) porquanto a referida idosa não possuía atividades de entretenimento que gerassem sensação de bem-estar ou que estimulassem seu desenvolvimento corporal. Ausentaram-se instruções e incentivos suficientes de ocupações adequadas para o caso clínico da paciente. A exemplo, em razão de suas limitações físicas, o ideal é que aliado aos exercícios que ela realizava por conta própria, atividades que estimulem os sentidos fossem propostas, como a escuta de rádio, *podcasts*, jogos que instiguem a memória e o pensamento crítico – quebra cabeças, *sudoku* e *puzzles* de encaixe- ao considerar os benefícios intelectualmente gerados (Wu Z et al., 2023).

Nesse viés, a obra *O Ciclo da Vida Humana* destaca as perdas na velhice, como a diminuição das capacidades, da saúde física, a aposentadoria e a perda do cônjuge, que requerem reparação psicológica. Por esta razão, é fundamental que o psicológico do idoso seja trabalhado previamente para questões como essa, bem como possua acompanhamento para quando os fatos se concretizarem, pois são grandes marcadores do ciclo humano (LARKS; SIQUEIRA, 2013). Os sentimentos de solidão, angústia e abandono gerados devem ser questionados com afinco e combatidos com atividades de lazer que gerem sentido à vida senescente, seja por de ações sociais, como voluntariados, seja pela conquista da paz provinda da resolução de conflitos internos (LARKS, SIQUEIRA, 2013).

Além disso, a maior batalha a ser vencida é desacreditar que na velhice o ócio seja sinônimo de infelicidade. Caso um idoso possua inconvenientes visuais, a audição pode e deve ser explorada, não apenas pela recomendação clássica de ouvir rádio, mas apresentando-se alternativas talvez

desconhecidas para a população mais velha, como podcasts de esportes, fofoca, cozinha, notícias e *audiobooks*, importante ferramenta para acometimentos visuais, estudos apontam que imagem visual pode permutar a percepção visual e induzir mudanças semelhantes inclusive durante o sono. (BERNARDI et al., 2019)

Outrossim, o caso em questão é delicado porque está permeado pela síndrome do pânico, o qual impede o lazer através do contato com a rede de apoio e a geração de bem-estar que ela promove. Nas consultas realizadas, foi estimulado que a senhora acompanhasse o grupo de idosos da UBS, bem como voltasse a realizar visitas a sua vizinha, amiga de longa data. A movimentação na residência na idosa encontrava-se diminuída devido a frequente ausência do filho etilista e à recente lesão da filha, o que naquelas semanas agravou o quadro depressivo.

Em suma, a partir da análise do caso, ações interventivas foram realizadas com a idosa com o intuito melhoria dos quadros físico, mental e emocional, como o preenchimento da caderneta do idoso, verificação do cartão de vacina e fomento à fisioterapia. Além disso, atividades de lazer adaptadas ao seu contexto foram propostas, conforme as preferências da paciente, como a leitura de livros religiosos os quais pudessem distraí-la, auxiliar na resolução de conflitos internos e gerar contentamento.

CONCLUSÃO

Portanto, é indubitável que ocupações com o objetivo de divertimento, descanso e desenvolvimento são imprescindíveis na velhice. Esses desenvolvimentos físicos, mentais e emocionais aumentam a expectativa de vida a partir do fortalecimento muscular, protelação de doenças como demência, Alzheimer e depressão. Logo, cabe aos profissionais de saúde o estudo clínico e social de cada caso a fim de adaptar óbices senescentes à lazeres. Ademais, aos familiares se incumbe a função de fermento e suporte para que tais atividades ocorram.

É necessário atentar-se também que quanto maior o número de comorbidades presentes em um idoso, maior a tendência que ele se isole diante de tantos empecilhos para a socialização, deambulação e sensação de bem-estar. Como enfatizado por Cícero em 44.aC., em sua obra *O tempo da memória*, a velhice se torna honrosa quando se preocupa em proteger seus próprios direitos e assim, cabe à sociedade brasileira, ao Estado, aos médicos e aos familiares o respeito à Lei Federal 10.741/2003 que dispõe o Estatuto do Idoso.

REFERÊNCIAS

BERNARDI G, BETTA M, CATALDI J, Leo A, Haba-Rubio J, Heinzer R, Cirelli C, Tononi G, Pietrini P, Ricciardi E, Siclari F. Visual imagery and visual perception induce similar changes in occipital slow waves of sleep. *J Neurophysiol*. 2019 Jun 1;121(6):2140-2152. doi: 10.1152/jn.00085.2019. Epub 2019 Apr 3. PMID: 30943100.

BRANTE, A. R. S.; MARTINS, D. S.; NEVES, F. M. V.; FONSECA, J. C.; OTTONI, J. L. M.; OLIVEIRA, R. F. R. Abordagem familiar: aplicação de ferramentas a uma família do município de Montes Claros/MG. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 1-9, jan./dez. 2016. DOI:10.5712/rbmfc11(38)953.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Dispõe sobre os direitos do idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

KATZ, S.; FORD, A. B.; MOSKOWITZ, R. W.; JACKSON, B. A.; JAFFE, M. W. Studies of illness in the aged. The index of ADL: a standardized measure of biological and psychosocial function. *JAMA*, v. 185, n. 12, p. 914–919, 1963.

LARKS, Cláudio Eizirik; SIQUEIRA, Ana Margareth. *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2013.

LAWTON, M. P.; BRODY, E. M. Avaliação de pessoas idosas: atividades de vida diária de autossuficiência e instrumentais. *The Gerontologist*, v. 9, n. 3, p. 179–186, 1969.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). *Caderneta do idoso*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-do-idoso/caderneta-do-idoso>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MORI, Guilherme; FERREIRA DA SILVA, Luciene. Lazer na terceira idade: desenvolvimento humano e qualidade de vida. *Revista Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 950–957, out./dez. 2010.

WU Z, Pandigama DH, Wrigglesworth J, Owen A, Woods RL, Chong TT, Orchard SG, Shah RC, Sheets KM, McNeil JJ, Murray AM, Ryan J. Lifestyle Enrichment in Later Life and Its Association With Dementia Risk. *JAMA Network Open*. 2023 Jul 3;6(7):e2323690. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2023.23690. PMID: 37450299; PMCID: PMC10349343.

PRODUÇÃO DE SIMULADORES ACADÊMICOS COM POLÍMEROS TERMO MOLDÁVEIS

STEFHANISAMPAIODASILVA¹; MANUELABERNARDIDASILVA²; HUDATAREQ KHAMIS AHMAD³; MARCEL LUZ BASSO¹; CHIARADAS DORES DO NASCIMENTO⁵

Simuladores de sutura; Polímeros termomoldáveis; Biomateriais;

INTRODUÇÃO

A aquisição de habilidades cirúrgicas é essencial para a formação segura e eficaz de profissionais da área da saúde. No treinamento de técnicas de sutura, é comum o uso de partes de língua suína em cursos acadêmicos devido ao seu baixo custo e eficácia prática do treinamento (DENADA¹, R., *et al.*, 2012).

Ainda assim, a utilização deste material no ambiente acadêmico apresenta três grandes questões a serem consideradas: o difícil armazenamento por necessitar de refrigeração; sua dependência da disponibilidade no mercado para compra; e a objeção de consciência de alunos que são contra o abate animal (ABHARI R.E., *et al.*, 2017). Estes são fatores que indicam a relevância do ensino baseado na simulação, o qual já vem sendo empregado em vários cursos de graduação da área da saúde.

A simulação permite que o aprendizado ocorra em ambientes controlados e seguros, sem riscos para os pacientes, além de viabilizar a prática contínua. Essa repetição é crucial para aprimorar as habilidades práticas dos estudantes e melhorar seu desempenho. Diversos modelos de simuladores são descritos na literatura, classificados em alta e baixa fidelidade. Os modelos de alta fidelidade, como partes de animais *post-mortem* e cadáveres humanos, têm sido progressivamente menos utilizados devido a questões éticas e legais.

Em contrapartida, os modelos de baixa fidelidade, como os materiais sintéticos que simulam tecidos humanos, por exemplo, polímeros como a borracha de silicone, ganham destaque na atualidade. Estudos que analisaram a influência da fidelidade dos modelos na aquisição de habilidades de sutura por estudantes não identificaram diferenças significativas entre os modelos de alta e baixa fidelidade (AWAD, L., *et al.*, 2023). Contudo, para que um simulador seja considerado viável no ensino de técnicas de sutura, ele

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: stefhani.silva@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: manuela.silva@sou.ucpel.edu.br

³Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: huda.ahmed@sou.ucpel.edu.br

⁴Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: marcel.basso@sou.ucpel.edu.br

⁵Instituição: Universidade Católica de Pelotas; e-mail: chiara.nascimento@ucpel.edu.br

deve apresentar características fundamentais, como portabilidade, reprodutibilidade e baixo custo. Além disso, a textura e a resistência à passagem da agulha devem ser compatíveis com as propriedades do tecido humano (BASTOS, SILVA, 2011; DENADAI et al., 2014).

OBJETIVOS

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo desenvolver e validar simuladores de sutura utilizando materiais poliméricos biocompatíveis que se assemelham à pele humana. Além disso, busca-se estudar a adaptação desses materiais para aprimorar um simulador com propriedades físicas semelhantes ao tecido cutâneo, contribuindo para o treinamento de habilidades cirúrgicas de estudantes e profissionais da disciplina.

METODOLOGIA

O trabalho proposto envolve etapas de prototipagem utilizando moldes fabricados em ácido polilático (PLA) por meio de impressoras 3D. Os simuladores de pele são confeccionados nesses moldes, preenchidos com tela-malha 14 fio 28 de arame galvanizado e borracha de silicone com dureza Shore A. Posteriormente, os simuladores passam por um processo de validação realizado por cirurgiões e/ou professores da disciplina de Técnica Cirúrgica do curso de Medicina da UCPel.

O feedback dos alunos sobre o desempenho dos simuladores é de fundamental importância, pois, além de ter um propósito acadêmico, o trabalho busca, a cada etapa de fabricação, implementação de otimizações na produção e nos biomateriais. O objetivo é oferecer uma alternativa eficaz, portátil e segura, que atenda de maneira eficiente às necessidades do treinamento dos estudantes.



DISCUSSÃO

O material de escolha para simular a pele humana foi, inicialmente, o polímero de borracha de silicone Siqborflex, nas durezas de 20 Shore A e 30 Shore

A. Os silicones são polímeros com propriedades autodesmoldantes e apresentam diferentes classificações mecânicas, como variações de dureza, boa flexibilidade e elegância. Este polímero escolhido é mais adequado em termos de flexibilidade, resistência ao rasgamento e viabilidade de custo financeiro.

O modelo desenvolvido possui uma base com tensão flexível, obtida por meio de uma malha galvanizada, posicionada na segunda

camada do simulador. Esse elemento estrutural permite que as incisões realizadas no simulador apresentem uma abertura regulável, conforme ilustra a Figura 1 (a).

(a) (b) (c)



Figura 1: (a) Modelo de simulador de sutura com base ajustável para simular a “ferida cirúrgica” aberta; (b) simulador de sutura - *Skin* entregue aos estudantes do curso de Medicina da UCPel matriculados na disciplina de Técnica Cirúrgica. (c) Demonstração do simulador validado pelos professores e/ou cirurgiões.

Para a validação da performance dos simuladores de suturas, são realizadas as técnicas básicas de sutura por professores e/ou cirurgiões da disciplina de Técnica Cirúrgica do curso de Medicina da UCPel. Tais como, os pontos simples separados, em “X”, em “U” vertical (Donatti), em “U” horizontal (Wolff), sutura contínua simples e ancorada. As suturas são feitas com fio de nylon de espessura 2-0 com agulha $\frac{3}{8}$ triangular. As características apresentadas no simulador confeccionado, como elasticidade, potencial de rompimento e portabilidade são consideradas adequadas a partir da aplicação das técnicas cirúrgicas validadas pelos professores e/ou cirurgiões.

As suturas são realizadas utilizando fio de nylon 2-0 com agulha triangular $\frac{3}{8}$. As características do simulador, como elasticidade, resistência ao rompimento e portabilidade, são consideradas adequadas com base nos testes práticos e na validação das técnicas cirúrgicas realizadas pelos avaliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, desenvolvido com polímeros biocompatíveis para a fabricação de simuladores de sutura, atende às principais características fornecidas para o treinamento cirúrgico, como elasticidade, resistência ao rompimento, portabilidade, reprodutibilidade e facilidade de acesso. Assim, apresenta-se como uma alternativa eficaz e de baixo custo para o treinamento de técnicas de sutura.

REFEFÊNCIAS

DENADAI, R; OSHIIWA, M.; SAAD-HOSSNE, R. Does bench model fidelity interfere in the acquisition of suture skills by novice medical students. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 5, p. 600-606, 2012.

Abhari RE, Martins JA, Morris HL, Mouthuy PA, Carr A. Synthetic sutures: Clinical evaluation and future developments. **J Biomater Appl.** 2017

Awad L, Langridge BJ, Jeon FHK, Bollen E, Butler PEM. A comparison of commercially available synthetic skin substitutes for surgical simulation training. **GMS J Med Educ.** 2023

BASTOS, É. M. and SILVA, R. D. P. Proposal of a synthetic ethylene-vinyl acetate bench model for surgical foundations learning: suture training. **Acta Cirúrgica Brasileira** [online], v. 26, n. 2, p. 149-152, 2011.

Yoshida H, Tsutsumi S, Mizunuma M, Yanai A. A surgical simulation system of skin sutures using a three-dimensional finite element method. **Clin Biomech** (Bristol, Avon). 2001

DENADAI, R, SAAD-HOSSNE, R, TODELO, A. P, KIRYLKO, L. and SOUTO, L. R. M.

Low-fidelity bench models for basic surgical skills training during undergraduate medical education. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* [online], v. 41, n. 02, p. 137-145, 2014. MAGALHÃES, H. P. **Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental**. São Paulo: Ed. Savier, 1996. 338 p.

SANTANA, D. B. L.; CARDIAL, A. F. D. **Pele artificial para treinamento de sutura**. Depositantes: Daniel Santana e Antônio Cardial. Procurador: Brasnor-te Marcas e Patentes S/S Ltda. – EPP. BR 202014032318-5 Y1. Depósito: 12 dez. 2014.

SILVA, A. P.; RODRIGUEZ, J. E. R.; OLIVEIRA, M. C.; NEGREIROS, R. M. A.;

CAVALCANTE, L. P. The alternative model of silicone for experimental simulation of suture of living tissue in the teaching of surgical technique Research

performed at Laboratory of Surgical Technique and Experimental Surgery, Medical School, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-AM, Brazil. **Acta Cirurgica Brasileira**, v. 34, n. 4, 2019.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Fabricação de Simulador Facial para Treinamento em Injetáveis Dérmicos com Polímeros Termomoldáveis

TAÍS CARVALHO DA COSTA¹; CLARA VAZ BARBOSA²; JOSIARA TAPIA DOS SANTOS³; JULIA DOS REIS GULARTE⁴; MARCEL LUIZ BASSO⁵; CHIARA DAS DORES DO NASCIMENTO⁶

Preenchedores Dérmicos; Tecnologias Educacionais; Treinamento Prático; Impressão 3D;

INTRODUÇÃO:

A crescente busca pela melhoria da aparência física na sociedade contemporânea reflete uma valorização crescente da estética e da evolução das técnicas médicas voltadas para esse campo no Brasil e no mundo. Conforme dados de International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS), o Brasil encontrou-se na segunda posição entre os países que mais realizaram procedimentos estéticos no mundo em 2023, idem Figura 1.



Figura 1: Países ranqueados pelo total de procedimentos realizados. Fonte: International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS), 2023

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

¹Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: tais.costa@sou.ucpel.edu.br

²Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: clara.barbosa@sou.ucpel.edu.br

³Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: josiara.santos@sou.ucpel.edu.br

⁴Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: julia.guarte@sou.ucpel.edu.br

⁵Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: marcel.basso@sou.ucpel.edu.br

⁶Instituição: Universidade Católica de Pelotas – e-mail: chiara.nascimento@sou.ucpel.edu.br

Procedimentos minimamente invasivos, também conhecidos como não cirúrgicos, têm ganhado destaque ao fazerem uso de injetáveis dérmicos a fim de melhorar a estética, facial e corporal, de modo eficiente. No entanto, estes exigem elevada precisão para garantir segurança, durabilidade e resultados satisfatórios. Efeitos adversos, bem como a aplicação inadequada dos preenchedores podem comprometer a experiência dos pacientes acarretando em complicações de saúde graves.

Neste cenário, a formação de profissionais capacitados para a realização desses procedimentos torna-se indispensável e o desenvolvimento de materiais educativos é essencial para viabilizar treinamentos práticos seguros e eficazes.

OBJETIVOS:

O presente trabalho visou projetar e fabricar um simulador facial utilizando polímeros termomoldáveis para fins acadêmicos, servindo como base de pesquisa e integrado em práticas laboratoriais. Este dispositivo busca atender às necessidades de treinamento em procedimentos com preenchedores dérmicos, proporcionando uma experiência realista e segura para estudantes e profissionais relacionados à área da estética e à saúde.

METODOLOGIA:

O desenvolvimento do simulador seguiu uma abordagem estruturada, que pode ser descrita em seis etapas, conforme fluxograma na Figura 2, compostas por: Revisão de literatura, escaneamento e renderização, impressão 3D do molde, Confecção do modelo, validação e testes laboratoriais. Com exceção da revisão de literatura, vemos na Figura 3 um diagrama demonstrando o fluxo de trabalho empregado durante a confecção, validação e teste laboratorial do simulador de face.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

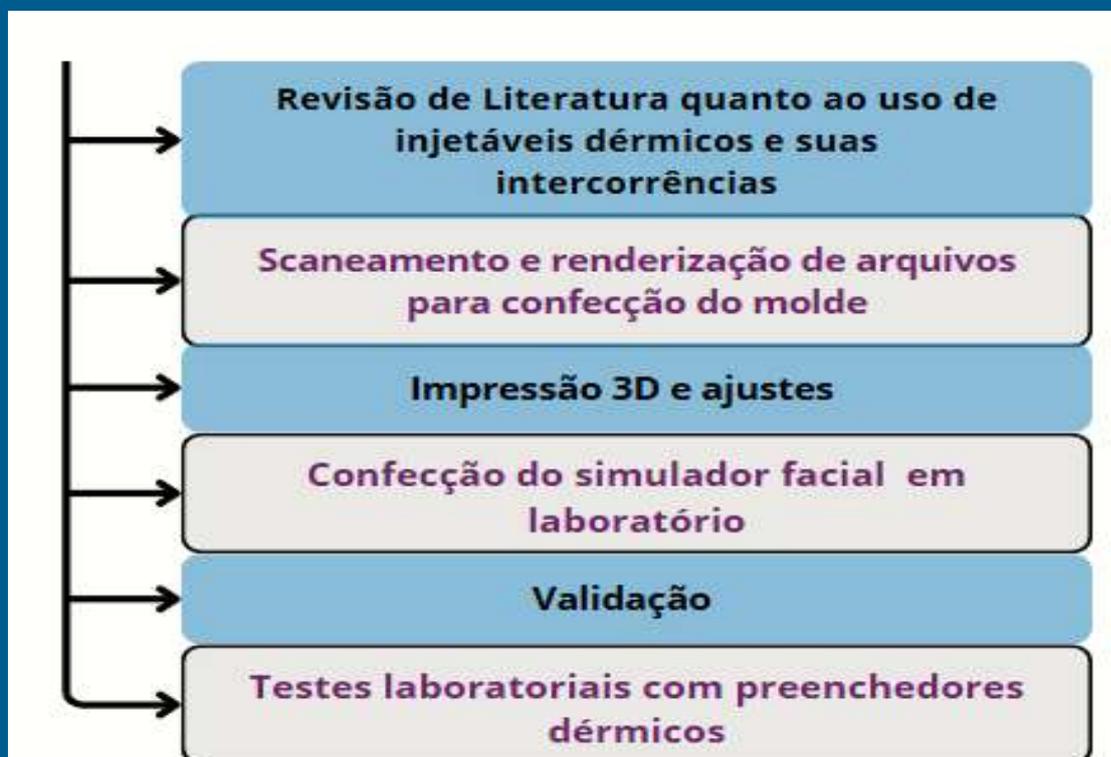


Figura 2: Fluxograma da metodologia aplicada à pesquisa.



Figura 3: Diagrama do processo de confecção, validação e teste laboratorial do simulador de face, iniciando da imagem superior esquerda até a última imagem na região superior direita.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Para a revisão da literatura, utilizou-se as bases de dados SciElo, MEDLINE via BVS, PubMed, BVS e Google Acadêmico, sendo o último utilizado para coleta de literatura cinzenta. Esta revisão visou identificar as intercorrências e aplicações dos injetáveis dérmicos, focando especificamente nos preenchedores permanentes.

Após a seleção de um modelo voluntário, iniciou-se a confecção dos simuladores através do escaneamento dos tecidos da face com o Scanner 3D CR-Scan Ferret, com posterior renderização do arquivo STL obtido nos Softwares Fusion 360 e Meshmixer, da Autodesk. Uma vez que se obteve o

modelo da face, iniciou-se a confecção do molde 3D, para posterior impressão tridimensional em uma impressora Creality cedida pela instituição.

A confecção do simulador iniciou após a obtenção do molde em polímero resistente a altas temperaturas. O simulador foi confeccionado utilizando o Borflex 13, um polímero termoplástico que, quando aquecido, torna-se maleável, permitindo moldagens detalhadas que replicam com fidelidade as características faciais necessárias. Além deste, fez-se uso de: balança de precisão, papeiro de ágata esmaltado, bastão de vidro, corantes específicos e a vaselina sólida. Esta etapa foi realizada no Laboratório da Biomédica, seguindo todas as normas de segurança.

A validação foi realizada pela biomédica Patrícia Zank, que visou analisar a estética, aplicabilidade em práticas laboratoriais, capacidade de volumização e absorção de materiais no tecido sintético, buscando elencar pontos positivos e negativos que estes simuladores apresentam para futuras otimizações.

Testes laboratoriais avaliaram a retenção, volumização e caracterização do comportamento de partículas de polimetilmetacrilato (PMMA) no tecido sintético. Estes dados serviram como embasamento teórico para um Trabalho de Conclusão de Curso de acadêmicas da biomedicina, bem como foram integrados em projeto exposto no XXIII Congresso de Iniciação Científica de 2024, sediado na Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Os dados obtidos também foram integrados em um resumo expandido aprovado para congresso internacional POLYMER BLENDS / EURO FILLERS 2025, que será sediado em Lyon, na França.

DISCUSSÃO:

O uso de simuladores é uma estratégia eficiente para a formação de profissionais na área da saúde que almejam uma especialização na área da estética. A integração de tecnologias como escaneamento 3D e impressão 3D foi determinante para garantir a qualidade e a fidelidade do simulador em relação à anatomia, como destacado por Ugidos et al., 2024 e Oszoy et. al, 2009.

Por conseguinte, os polímeros termomoldáveis utilizados proporcionaram uma experiência sensorial realista, permitindo que os usuários simulem procedimentos com preenchedores de forma próxima à realidade clínica, bem como sua flexibilidade que permite múltiplos usos, aumentando a eficiência e a sustentabilidade do dispositivo.

Os testes laboratoriais revelaram que o simulador foi bem avaliado por estudantes e profissionais, que destacaram a facilidade de uso, a similaridade anatômica e o suporte pedagógico oferecido. No entanto, alguns ajustes foram sugeridos, como melhorias na reprodução de detalhes mais finos da pele e maior variação de densidades no material para simular diferentes camadas de tecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho reforça a importância de aliar inovações tecnológicas à educação em saúde, promovendo a formação de profissionais mais capacitados para atender às demandas do mercado estético. O simulador facial desenvolvido mostrou-se uma ferramenta pedagógica eficaz, capaz de contribuir significativamente para o aprimoramento técnico e teórico de estudantes e profissionais.

A pesquisa, simultaneamente, proporcionou a integração de diversas disciplinas e especialidades, ao utilizar de uma equipe multidisciplinar composta por acadêmicos da biomedicina, odontologia, engenharia, além de profissionais médicos e biotecnólogos. Esta característica demonstra, também, a necessidade e a importância da multidisciplinariedade em pesquisa, enriquecendo o conhecimento de todos os envolvidos, além de servir como incentivo à formação de novos grupos de pesquisas nas instituições de ensino superior.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprimoramento dos materiais utilizados e a inclusão de recursos que possibilitem o treinamento de outras técnicas estéticas, ampliando a aplicabilidade do simulador. Além disso, é recomendável a realização de estudos comparativos entre diferentes tipos de simuladores para avaliar sua eficácia e custo-benefício.

REFERÊNCIAS:

Global Survey 2023: Full Report and Press Releases. Disponível em: <<https://www.isaps.org/discover/about-isaps/global-statistics/global-survey-2023-full-report-and-press-releases/>>.

Rombaldi, C. A. Avaliação do grau de satisfação com a estética facial e da qualidade de vida antes e após a realização de procedimentos estéticos faciais minimamente invasivos. Dissertação de Mestrado (Especialização em Periodontia). Faculdade de Bauru, na Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.25.2023.tde-18052023-171137>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LEE, W.; KIM, H.; PARK, J. Injectable fillers for facial rejuvenation: An overview. *Journal of Cosmetic Dermatology*, v.10, n.1, p.16-20, 2011.

STURM L. P., COOTER R.D., MUTIMER KL, GRAHAM JC, MADDERN GJ. A systematic review of permanent and semipermanent dermal fillers for HIV-associated facial lipoatrophy. *AIDS Patient Care STDS*. 2009 Sep;23(9):699-714. doi: 10.1089/apc.2008.0230. PMID: 19673594

OLIVEIRA, C. A. et al.. Síndrome da Embolia Gordurosa Secundária ao Uso

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

de Polimetilmetacrilato na Bioplastia: Uma Revisão Sistemática. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 206–211, 2020.

SILVA, C. L. et al.. Os Riscos do Preenchimento com Polimetilmetacrilato (PMMA): Uma Revisão de Literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 2543–2552, 2022.

KURIMORI, K. T. et al.. Complicação grave do uso irregular do PMMA: relato de caso e a situação brasileira atual. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 156–162, 2019.

UGIDOS LOZANO, M. T.; HARO, F. B.; RUGGIERO, A.; et al. Evaluation of the applicability of 3D models as perceived by the students of health sciences. *Journal of Medical Systems*, v. 43, p. 108, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10916-019-1238-0>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OZSOY, U.; DEMIREL, B. M.; YILDIRIM, F. B.; TOSUN, O.; SARIKCIOGLU, L. Method selection in craniofacial measurements: advantages and disadvantages of 3D digitization method. *Journal of Craniomaxillofacial Surgery*, v. 37, n. 5, p. 285–290, 2009.

GARCIA, C. A.; SILVA, R. M. Simulators in biomedical training: benefits and limitations. *Journal of Aesthetic Medicine*, v. 32, n. 4, p. 125-135, 2020.

TSCHOPP, E. et al. Simulators in clinical practice: an effective tool for training and analysis. *Journal of Clinical Simulation*, v. 18, n. 2, p. 215-223, 2021.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

DIREITO NA RUA: VOLUNTARIADO E SOLIDARIEDADE NAS ENCHENTES GAÚCHAS

VALERIA VILLALBA SOARES DE OLIVEIRA¹; ANA PAULA DITTGEN DA SILVA².

Enchentes; Assistência Jurídica; Direitos Humanos; Acesso à Justiça.

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão “Direito na Rua” destaca-se por sua contribuição essencial na promoção do acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Durante as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, sua atuação foi crucial, oferecendo assistência jurídica emergencial gratuita aos desabrigados e conduzindo iniciativas comunitárias que garantiram o fornecimento de recursos básicos aos abrigos da cidade de Pelotas. Essa iniciativa evidencia o compromisso das universidades em contribuir para o bem-estar social, sobretudo em momentos de crise, destacando a importância do envolvimento acadêmico em ações de impacto direto na sociedade.

OBJETIVOS

O projeto buscou mitigar os impactos sociais e jurídicos enfrentados pelas comunidades atingidas pelas enchentes. Além da assistência imediata, objetivou facilitar o acesso a benefícios sociais, orientar a população na regularização de documentos e promover uma mobilização solidária que conectasse a comunidade acadêmica às necessidades urgentes das populações afetadas.

O artigo de Ferreira destaca a responsabilidade do acadêmico de Direito em informar a sociedade sobre seus direitos e o acesso à justiça, enfatizando o papel dos futuros bacharéis como agentes de transformação. Ele afirma que, ao se tornarem operadores do direito, esses profissionais devem integrar os Poderes do Estado e a sociedade, contribuindo para a criação ou aprimoramento de mecanismos jurídicos que tornem o sistema mais eficiente e acessível. Nesse contexto, a vivência prática, como a proporcionada pelo projeto “Direito na Rua”, se torna essencial. Durante as enchentes que devastaram comunidades gaúchas, o projeto mostrou como a mobilização coletiva e a solidariedade podem atuar de maneira eficaz em tempos de crise. Os estudantes, além de aplicar o conhecimento

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

1 Discente na Universidade Católica de Pelotas; e-mail: valeria.oliveira@sou.ucpel.edu.br

2 Docente na Universidade Católica de Pelotas; e-mail: ana.silva@ucpel.edu.br

técnico adquirido em sala de aula, puderam vivenciar os desafios de levar justiça e assistência a uma população vulnerável, desenvolvendo valores éticos e humanitários fundamentais para a formação profissional.

Essa experiência também exemplifica como a extensão universitária pode conectar o ensino ao mundo real. A prática em campo permite que os acadêmicos percebam a importância de sua futura atuação na sociedade, contribuindo não apenas para a resolução de problemas jurídicos, mas também para a construção de um sistema mais acessível e eficiente para todos, especialmente para aqueles em situações de vulnerabilidade. Assim, a extensão universitária serve como um elo vital entre o conhecimento acadêmico e a aplicação prática da cidadania e justiça.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A atuação do projeto foi ainda mais efetiva através da colaboração entre diferentes instituições, incluindo o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça, cartórios de registro e o Exército Brasileiro, que disponibilizou transporte logístico em áreas de difícil acesso. Durante os mutirões organizados para atender os desabrigados, foram realizados serviços fundamentais, como o preenchimento do Cadastro Único (CadÚnico) para habilitação a benefícios sociais, a emissão de segundas vias de documentos e o suporte jurídico em situações emergenciais. Além disso, voluntários da Universidade Católica de Pelotas – incluindo alunos e professores – arrecadaram e distribuíram doações às comunidades, garantindo não apenas o atendimento imediato às necessidades, mas também promovendo uma rede de solidariedade que envolveu a comunidade acadêmica e outras organizações.

DISCUSSÃO

Atuar na sociedade exercendo nossa profissão é um dever ético e uma oportunidade de transformar realidades. Como estudantes e futuros profissionais do Direito, fomos desafiados a aplicar nossos conhecimentos em um cenário de extrema vulnerabilidade social, o que exigiu tanto habilidade técnica quanto sensibilidade humana. Essa experiência não apenas reforçou a importância do compromisso social no exercício da profissão, mas também demonstrou como o Direito pode ser uma ferramenta para a promoção da dignidade e da justiça.

A atuação do projeto “Direito na Rua” ao prestar assessoria jurídica gratuita se alinha à perspectiva apresentada por Mendonça, Marinho e Moura (2019), que destacam o papel dos núcleos universitários na tentativa de superar o caráter conservador e excludente do Direito. Esses núcleos buscam amenizar a distância entre os sujeitos e a efetivação de seus direitos, promovendo ações que tornem o Direito mais acessível e conectado às

realidades sociais.

No contexto das enchentes gaúchas, essa abordagem foi essencial para garantir que os desabrigados, frequentemente afastados das pautas jurídicas devido à formalidade e complexidade do sistema, tivessem acesso a orientações e serviços fundamentais para a recuperação de sua dignidade e cidadania.

A Universidade Católica de Pelotas desempenhou um papel essencial nesse processo, proporcionando o suporte necessário para que nos engajássemos em ações concretas de assistência jurídica e humanitária. A formação oferecida pela instituição transcendeu o campo técnico, preparando-nos para sermos profissionais éticos, conscientes e comprometidos com os valores humanitários. O incentivo ao voluntariado e à extensão universitária foi determinante para que pudéssemos compreender o impacto transformador de nossa atuação no cotidiano das pessoas afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no projeto “Direito na Rua”, especialmente durante as enchentes que devastaram comunidades gaúchas, revelou o poder da solidariedade e da mobilização coletiva em tempos de crise. Essa experiência reafirmou o papel da extensão universitária como um elo entre o ensino e a prática, permitindo que estudantes não apenas adquirissem conhecimento técnico, mas também desenvolvessem valores éticos e humanitários. A formação proporcionada pela Universidade Católica de Pelotas, que integra de maneira exemplar o tripé de ensino, pesquisa e extensão, desempenhou papel fundamental nesse processo. A universidade, ao incentivar a participação ativa de seus alunos em projetos de impacto social, contribui significativamente para a formação de profissionais não apenas capacitados tecnicamente, mas também comprometidos com os princípios da justiça e da equidade.

O impacto positivo gerado pela assistência jurídica gratuita e pelas ações filantrópicas reforça a relevância de iniciativas como esta, que aproximam a universidade da sociedade e geram benefícios concretos para populações vulneráveis. O projeto “Direito na Rua” continua atuando com a mesma dedicação e compromisso, reafirmando sua missão de promover a justiça social e a cidadania, além de consolidar a formação de profissionais do Direito que buscam fazer a diferença, sendo agentes transformadores de realidades e protagonistas da mudança que a sociedade tanto necessita. O papel da Universidade Católica de Pelotas, como um agente de transformação social, é inquestionável e digno de elogios, visto que a instituição sempre esteve na vanguarda de ações solidárias e de conscientização social.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, Ricardo. **A importância do acadêmico de Direito como condutor da sociedade ao reconhecimento dos seus direitos e exercício da cidadania.** *JusBrasil*, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-importancia-do-academico-de-direito-como-condutor-da-sociedade-ao-reconhecimento-dos-seus-direitos-e-exercicio-da-cidadania/111926883>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MENDONÇA, Natália Oliveira; MARINHO, Aliny Kelly Soares; MOURA, Marcos Evangelista Gomes. **Assessoria jurídica popular universitária como fomento à efetivação do direito de acesso à justiça.** *JusBrasil*, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/assessoria-juridica-popular-universitaria-como-fomento-a-efetivacao-do-direito-de-acesso-a-justica/712963394>. Acesso em: 09 dez. 2024.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

PROTAGONISMO INFANTIL: CRIANDO LAÇOS PARA DESMISTIFICAR A ODONTOLOGIA

VICTÓRIA GUIDOTTI PINTO¹; DIULIA TESSMANN BRAATZ¹; ANITA NETO DE VASCONCELLOS ALVES BEZERRA¹; BRUNA GODINHO CORRÊA²; DANIELE BEHLING LUCKOW³

¹ Curso de Odontologia, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

³ Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Autor correspondente: bruna.godinho@sou.ucpel.edu.br

Palavras-chaves: Observação; Medo ao Tratamento Odontológico; Educação Infantil

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência apoia-se nas ideias de Reggio Emilia e Emmi Pikler, em que temos a criança como protagonista de suas ações, pois elas têm vontade e discernimento para criar, agir e adquirir habilidades sem a interferência de adultos. Onde Reggio Emilia está focado no aprendizado coletivo, a expressão criativa e o papel da comunidade na educação infantil (Pereira, 2021) e Emmi Pikler tem como base no cuidado amoroso, desenvolvimento individual e autonomia da criança como base para ter um crescimento saudável (Mocellin, 2024).

É importante relacionar estes apontamentos ao cuidado odontológico, e salientar que um vínculo deve ser criado entre a criança e o profissional para que o medo da consulta seja reduzido, e, foi exatamente através desta proposta que surgiu a idealização da presente atividade.

OBJETIVO

A atividade teve como objetivo promover a aproximação entre os discentes do primeiro ano do curso de Odontologia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e as crianças do Centro da Criança São Luiz Gonzaga. Além disso, buscou compreender o protagonismo infantil no contexto da saúde bucal, com vistas à elaboração de um futuro projeto extensionista. Também, tem como propósito investigar a origem do medo odontológico e desmistificar a percepção de que a ida ao consultório odontológico é uma experiência negativa, promovendo, assim, uma mudança na visão das crianças sobre os cuidados dentários.

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O projeto foi estruturado em duas etapas, sendo a primeira dedicada à aproximação entre os estudantes e as crianças. No primeiro ano do curso de Odontologia, os discentes tiveram a oportunidade de conhecer a Casa da Criança São Luiz Gonzaga e realizar uma atividade com as crianças. Ao planejar as atividades, foram analisadas as diretrizes da creche e a importância da educação infantil, a fim de definir a abordagem mais adequada para a realização da proposta.

O local onde a atividade foi realizada apresentou aos alunos do curso de Odontologia suas práticas pedagógicas, que têm como base Reggio Emilia e Emmi Pikler. Com isso, foi idealizada uma ação que integra a forma pedagógica da Casa da Criança São Luiz Gonzaga e os Direitos Humanos, com foco no artigo 3º, que reza: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 3º). Fazendo uma associação entre a educação infantil e o artigo 3º é perceptível a importância de um local seguro para as crianças se expressarem, serem respeitadas, não sentirem medo e poderem se desenvolver livremente.

Com base nesse conhecimento, o grupo decidiu trabalhar com as crianças sobre o medo infantil em consultórios odontológicos, com o objetivo de entender sua origem e mostrar que o cirurgião-dentista está ali para ajudar e não para causar pânico. Assim, ao pesquisar artigos, foi possível desenvolver ideias para abordar esse tema com as crianças.

A proposta de abordagem de aproximação foi definida para a presente ação, onde, no primeiro encontro os alunos foram divididos em duplas, com cada dupla responsável por um grupo de crianças de diferentes idades, desde recém-nascidos até 4 anos. O objetivo era estabelecer um vínculo inicial com as crianças, usando roupas cotidianas, brincando, conversando de forma descontraída e, fazendo perguntas sobre a ida ao dentista, se tinham medo ou se gostavam, sem a intenção de obter respostas específicas, mas sim para compreender suas reações e perspectivas. Após essa primeira aproximação foi decidido realizar uma segunda atividade para ser aplicada com um grupo de crianças entre 2 a 3 anos.

No segundo encontro foram utilizados materiais riscantes diversos (giz de cera, giz de quadro, canetinhas coloridas e carvão), para montar ilhas de papel pardo e observar como as crianças iriam se aproximar e interagir. Neste momento, as crianças ficaram livres para se expressarem e chegarem até as ilhas no momento em que desejassem.

E, como era esperado, cada criança reagiu de uma forma diferente: alguns foram diretamente até as ilhas, escolhiam algum riscante e começavam a desenhar, outros sentaram e observaram, algumas crianças queriam a presença dos alunos de odontologia para participar da atividade.

Ao concluir essa primeira fase do projeto, foi observado a rápida troca de foco das crianças, elas desenhavam, depois iam brincar e, em seguida, retornavam ao desenho. Além disso, foi interessante observar a percepção diferente de cada uma delas com o carvão. Alguns utilizaram para riscar, outros evitavam pegar, por causa da sujeira e da textura e houveram crianças que o usaram para montar uma fogueira falsa. Foi notável também como as crianças dividiam tudo com tranquilidade, tanto os materiais quanto o espaço de seus desenhos.

DISCUSSÃO

De acordo com Possobon (2007), muitas crianças sentem medo e ansiedade ao ir ao dentista, mas isso varia de acordo com a personalidade de cada uma. O profissional deve adaptar sua abordagem, criando uma relação de confiança com o paciente infantil. Consultas frequentes, validação dos sentimentos da criança, explicações sobre os procedimentos e elogios durante a consulta podem reduzir o medo e a ansiedade, tornando a ida ao dentista menos estressante para o profissional e paciente.

A realização deste projeto em parceria com a Casa da Criança São Luiz Gonzaga foi extremamente gratificante, pois a proposta de aproximação permitiu que as crianças conhecessem melhor os estudantes de odontologia, fortalecendo o vínculo estabelecido. A partir das observações feitas e da maior interação com as crianças, foi possível planejar, para o futuro, uma proposta relacionada à odontologia, finalizando assim esta primeira fase do projeto e dando início à segunda etapa, focada no medo das crianças em consultas odontológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste projeto, foi observado e ressaltado a importância da educação infantil, conforme Antunes (2010, p.9), “a educação infantil é tudo; o resto é quase nada”. Ao realizar o projeto e refletir sobre essa frase, é possível perceber sua verdade, pois a educação infantil representa uma fase

crucial para o desenvolvimento pessoal das crianças, na qual suas habilidades criativas, sociais, motoras e emocionais estão em plena transformação.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Stefânia; MONTEIRO, Stephanie Souza; RODRIGUES, Marinéa Figueira. A importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento da criança. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 30-38, 2017.

RICARDO PEREIRA, Jorgiana. A Abordagem Educacional de Reggio Emilia para a Primeira Infância: Uma Visão de Pedagogia Participativa e da Escuta. **Revista portuguesa de pedagogia**, v. 55, 2021.

MOCELLIN, Beatris Maria. EMMI PIKLER: UMA VISÃO REVOLUCIONÁRIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR INFANTIL. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 51, p. 63-68, 2024.

ONU (1948) Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133

POSSOBON, Rosana de Fátima et al. O tratamento odontológico como gerador de ansiedade. **Psicologia em estudo**, v. 12, p. 609-616, 2007.

PROJETO DE EXTENSÃO ESCUÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

YASMIN BASSO¹; RAFAELA MEZZOMO RUFFATTO²; PAULA SEIXAS SALLABERRYBRIÃO³; IZADORA HOLZMARQUES⁴; MATHEUS TÓPHEREIRA DO NASCIMENTO⁵; CAROLINA RASCH DE AVILA⁶; CINTIA ROSA ALVES⁷; CAMILLE KIEKOW⁸; CAROLINA BARTZ RUSSO⁹; LUCIENE SMITHS PRIMO¹⁰; ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA ARRIEIRA¹¹

¹Universidade Católica de Pelotas; yasmin.basso@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas; rafaela.ruffatto@sou.ucpel.edu.br

³Universidade Católica de Pelotas; paula.briao@sou.ucpel.edu.br

⁴Universidade Católica de Pelotas; izadora.marques@sou.ucpel.edu.br

⁵Universidade Católica de Pelotas; matheus.nascimento@sou.ucpel.edu.br

⁶Universidade Católica de Pelotas; carolina.rasch@sou.ucpel.edu.br

⁷Universidade Católica de Pelotas; cintia.rosa@sou.ucpel.edu.br

⁸Universidade Católica de Pelotas; camille.kiekow@sou.ucpel.edu.br

⁹Universidade Católica de Pelotas; carolina.russo@sou.ucpel.edu.br

¹⁰Universidade Católica de Pelotas; luciene.primo@sou.ucpel.edu.br

¹¹Universidade Católica de Pelotas; isabel.arrieira@sou.ucpel.edu.br

Palavras-chave: Escuta Ativa; Cuidado; Acolhimento; PICS.

Discussão

O projeto de Extensão Escutação foi criado no ano de 2024 com o intuito de acolher as demandas individuais e coletivas da sociedade pelotense, por meio da escuta ativa nos cenários de atenção à saúde da Universidade Católica de Pelotas, assim como, realizar encaminhamento para atendimento no ambulatório de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). As ações realizadas no decorrer do ano de 2024 ocorreram em Pelotas-RS, inicialmente nos abrigos disponibilizados para as famílias acometidas pelas enchentes. Além disso, houve o acolhimento fornecido pelos alunos nos setores de Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia, como também dirigido às gestantes de alto risco instaladas na casa da gestante. Ao abordarmos a escuta ativa nos cenários da saúde onde alunos dos cursos de Medicina, Psicologia e Enfermagem, por exemplo, notamos o sucesso no processo de cuidado, no que diz respeito a adesão às recomendações, resultados clínicos, satisfação, comprometimento do paciente com o tratamento e qualidade das informações coletadas. Também é possível verificar honestidade e qualidade na comunicação, podendo assim, desenvolver habilidades ao longo da formação profissional em saúde.

REVISTA

EXTENTIO
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

Quando vamos à literatura, observa-se que alguns autores explicam que escutar vai além de um processo de ouvir, sendo, na verdade, uma questão de atitude e, ainda, um processo mental e emocional. Assim, levando em conta não apenas as definições da literatura, mas nossa própria experiência profissional, consideramos que a Escuta Ativa é um ato intencional de atenção plena que sustenta um espaço emocionalmente acolhedor e livre de julgamentos, no qual a pessoa que fala pode escutar melhor a si mesma através de quem a escuta. Nos referimos, portanto, à capacidade de estar completamente presente no encontro com o falante, demonstrando interesse genuíno por sua história e garantindo seu espaço de fala sem interrupções. Além disso, o Projeto Escutação demonstrou uma iniciativa valiosa e impactante na comunidade de Pelotas durante o ano de 2024. Através da escuta ativa do acolhimento em diversos cenários individuais e coletivos, promovendo bem-estar e suporte emocional. As ações realizadas, desde o auxílio às famílias afetadas pelas enchentes até o acolhimento de gestantes de alto risco, evidenciaram a versatilidade e a importância do projeto. Além disso, a utilização de redes sociais para educação em saúde e a integração com outros projetos, como o PICS, ampliaram o alcance e a efetividade das intervenções. Embora a empatia e a escuta ativa sejam essenciais para um cuidado de saúde de qualidade, sua prática não está isenta de desafios. Profissionais de saúde frequentemente lidam com a pressão, sobrecarga e tempo limitado para atendimentos e para superar esses desafios, é fundamental que a prática regular dessas ações e princípios seja incentivada, mesmo em alta demanda. Ao longo da graduação e da participação do Projeto de extensão falamos e tentamos praticar o cuidado humanizado, que é uma abordagem que coloca o paciente no centro do cuidado, levando em consideração suas necessidades físicas, emocionais, psicológicas e sociais. Essa prática valoriza o respeito à dignidade e aos direitos do paciente, criando um ambiente de acolhimento, confiança e compreensão e justamente um dos pilares do cuidado humanizado é a escuta ativa, uma habilidade essencial que envolve ouvir o paciente de forma atenta, sem interrupções, e compreender suas preocupações de maneira empática. A escuta ativa vai além de simplesmente ouvir as palavras; ela inclui interpretação de sinais não verbais, como linguagem corporal e expressões faciais, e a validação dos sentimentos e experiências do paciente. Por fim, a empatia e a escuta ativa se complementam de maneira significativa. A empatia cria o espaço necessário para que a pessoa se sinta confortável a compartilhar suas experiências e sentimentos mais profundos. A escuta ativa, por outro lado, garante que essa comunicação seja realmente entendida e validada.

Considerações Finais: Portanto, pode-se perceber que o projeto de Extensão Escutação realizou diversas atividades ao longo de seu primeiro ano de atuação. De fato, mas todas com ênfase na escuta ativa, a qual é a base para que o Projeto cresça cada vez mais e espalhe sua visão e dedicação pela comunidade. Além disso, ao falarmos desse tema tão sensível, nota-se a melhor relação entre profissionais/estudantes e pacientes e a linguagem não verbal

também se aplicando e corroborando, uma vez que a habilidade de interpretar esses sinais não verbais é fundamental na escuta ativa. Ao praticar a escuta ativa, os profissionais não apenas obtêm informações mais precisas e completas, mas também criam um ambiente de confiança e empatia, onde o paciente se sente valorizado e compreendido. Essa abordagem melhora a qualidade do atendimento, reduz erros clínicos, contribui para a adesão ao tratamento e, principalmente, promove um cuidado holístico que considera as necessidades físicas, emocionais e psicológicas do paciente. Sendo assim, investir no desenvolvimento da escuta ativa é fundamental para garantir um atendimento de saúde mais humanizado e eficaz, essencial para o bem-estar do paciente e a excelência no cuidado. Em conclusão, a escuta ativa é uma habilidade essencial e transformadora no cenário da saúde, a qual o Projeto de Extensão Escuta Ativa pretende levar para muitos anos, transmitindo o cuidado com o próximo para os estudantes, de forma a contribuir com a sociedade/comunidade não só pelotense. Assim, criando postagens nas Redes Sociais, relatando nossas experiências para pessoas ao redor e inspirando cada vez mais estudantes a praticar a escuta ativa.

Referências:

BRASIL. ESCUTA ATIVA NA MEDICINA. Disponível em: <https://ibcmed.com/escuta-ativa-na-medicina-como-melhorar-o-atendimento-aos-pacientes/>. Acesso em: dezembro de 2024.

BRASIL. O QUE É A ESCUTA ATIVA. Disponível em: <https://asana.com/pt/resources/active-listening>

BRASIL. A ARTE DE ESCUTAR. Disponível em https://lo-tuspsicanalise.com.br/biblioteca/A_%20Arte_de_Escutar.pdf

REVISTA

**EX
TEN
TIO**
UCPEL
CATÓLICA DE PELOTAS

